

Conhecendo a TEOLOGIA CRISTÃ

Uma forma simples de entender a fé



Teologia • Revelação • Trindade • As Obras de Deus
Os Anjos • O Ser Humano

Zacarias de Aguiar Severa



Conhecendo a
TEOLOGIA
CRISTA

Zacarias de Aguiar Severa

Copyright©2018 por
Zacarias de Aguiar Severa
Todos os direitos reservados por:
A. D. Santos Editora
Al. Júlia da Costa, 215
80410-070
Curitiba – Paraná – Brasil
+55(41)3207-8585
www.adsantos.com.br
editora@adsantos.com.br

Capa:
Rogério Proença
Editoração:
Manoel Menezes
Coordenação editorial::
Priscila Laranjeira
Impressão e acabamento:
Gráfica Patras

Conselho Editorial:

Reginaldo P. Moraes, Dr.; Gleyds Domingues, Dra.; Antônio Renato Gusso, Dr.; Sandra de Fátima Gusso, Dra.; Priscila R. A. Laranjeira, Edi-torial; André Portes Santos, Diretoria; Adelson Damasceno Santos, Dire-toria; Adelson Damasceno Santos Jr., Diretoria.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SEVERA, Zacarias de Aguiar,

Conhecendo a teologia cristã / Zacarias de Aguiar Severa – Curitiba: AD Santos Editora, 2018, 176 páginas.

ISBN – 978.85.7459-465-1

CDD 230

1. Teologia Sistemática | 2. Teologia Cristã

1ª edição: Dezembro de 2018.

Proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios a não ser em citações breves, com indicação da fonte.

Edição e Distribuição:



Prefácio

Conhecendo a Teologia Cristã é uma apresentação abreviada e simplificada do conteúdo essencial da Teologia Sistemática Cristã. Por mais de 30 anos tenho estudado e ensinado teologia, tanto nas igrejas que pastoreei como em instituições teológicas. Como fruto dos estudos formais de teologia e do labor na docência teológica, escrevi, primeiro, o *Manual de Teologia Sistemática*, publicado pela A. D. Santos, desde 1999, que vem sendo usado como um dos livros básicos na disciplina de Teologia Sistemática em algumas instituições.

Mas senti a necessidade de escrever uma teologia de forma mais abreviada, visando a edificação dos cristãos e a capacitação deles para o testemunho da fé.

O mundo atual vem desafiando cada vez mais o entendimento do cristão. Cosmovisões e ideias não cristãs estão sendo propagadas diuturnamente pelos meios de comunicação e nas escolas, de modo a minar os fundamentos bíblicos e teológicos do Cristianismo. Por isso, requer-se uma atenção mais específica às doutrinas que constituem a base da fé cristã, para que nossos irmãos tenham mais firmeza no que creem e esperam, e não sejam “levados por todo vento de doutrina”

(Ef 4.14); e também para que estejam “preparados para responder a todo o que vos pedir a razão da esperança que há em vós” (1Pe 3.15). Assim, com esse intuito, preparei este resumo da teologia cristã e o fiz buscando sempre a orientação de Deus, para que o meu trabalho fosse fiel ao ensino das Escrituras e útil para o crescimento espiritual das pessoas.

O livro começa com uma explicação sobre a teologia e sua importância, e segue tratando das doutrinas cristãs: revelação divina, Deus, trindade, obras de Deus, anjos, o ser humano, pecado, Jesus Cristo, salvação, Espírito Santo, igreja e as últimas coisas. Cada tema desses mencionados comporta

outras doutrinas subordinadas. Assim, todas as verdades fundamentais cristãs são tratadas, formando um todo orgânico e coerente – uma teologia sistemática resumida.

Espero que este livro seja de grande valor para a sua vida e um instrumento para o seu trabalho na obra do Senhor.

Zacarias de Aguiar Severa

Sumário

Prefácio

1. A TEOLOGIA

I. O que é Teologia

II. Importância do Estudo da Teologia

2. A REVELAÇÃO DE DEUS

I. Revelação Geral

II. Revelação Especial

III. Inspiração das Escrituras

IV. A Autoridade das Escrituras

3. O DEUS REVELADO

I. Argumentos Racionais da Existência de Deus

II. A Transcendência e a Imanência de Deus

III. Os Atributos Naturais de Deus

IV. Os Atributos Morais de Deus

4. A TRINDADE

I. Controvérsias sobre a Trindade nos Primeiros Séculos

II. Indícios da Trindade no Antigo Testamento

III. A Trindade Revelada no Novo Testamento

IV. Uma Explicação sobre a Doutrina

5. AS OBRAS DE DEUS

I. O Plano Eterno de Deus

II. A Criação do Universo

III. A Providência Divina

IV. O Problema do Mal no Mundo

6. OS ANJOS

I. Existência e Natureza dos Anjos

II. As Ordens e Serviço dos Anjos

III. Os Anjos Maus

7. O SER HUMANO

I. A Origem do Ser Humano

II. A Constituição da Pessoa Humana

III. A Origem das Almas

IV. A Imagem de Deus no Ser Humano

8. O PECADO

I. Origem e Natureza do Pecado

II. As Consequências do Pecado

III. A Expansão do Pecado

9. JESUS CRISTO

I. A Natureza de Cristo

II. Os dois Estados de Cristo

III. Os Ofícios de Cristo

IV. A Expição feita por Cristo

10. A SALVAÇÃO PESSOAL

I. O Fundamento da Salvação

II. A Natureza da Salvação

III. Os Aspectos da Salvação Inicial

IV. A Vivência e Consumação da Salvação

11. O ESPÍRITO SANTO

I. A Natureza do Espírito Santo

II. Etapas no Ministério do Espírito Santo

III. A Obra do Espírito Santo na Vida Cristã

IV. O Batismo com o Espírito Santo

V. A Plenitude do Espírito Santo

12. A IGREJA

I. A Natureza da Igreja

II. Nomes Bíblicos da Igreja

III. As Funções da Igreja

IV. Liderança e Governo da Igreja

V. As Ordenanças da Igreja

13. AS ÚLTIMAS COISAS

I. A Morte Física e o Estado Intermediário

II. A Segunda Vinda de Cristo

III. A Ressurreição do Corpo

IV. O Julgamento Final

V. A Questão do Milênio VI.

VI. O Estado Final dos Não Salvos

VII. O Estado Final dos Salvos

Referências



Você está iniciando a leitura de um livro de teologia.

Garanto que se você ler atentamente até o fim, terá uma boa compreensão das verdades fundamentais da fé cristã.

Isso representará luz e direção para a sua vida com Deus, e bênçãos de Deus para você. O profeta de Deus do passado conclamava: “Conheçamos e prossigamos em conhecer o Senhor; como o sol nascente, a sua vinda é certa; ele virá a nós como a chuva, como a primeira chuva que rega a Terra” (Os 6.3). Aí está uma promessa que se cumpre na vida daqueles que persistem na busca do conhecimento de Deus.

Então, crendo nisso, “prossigamos em conhecer o Senhor”.

Neste primeiro capítulo, vamos esclarecer o significado de teologia, seus ramos e sua relevância para a vida pessoal.

I. O QUE É TEOLOGIA

I. Definição. A palavra “teologia” vem de duas palavras gregas, *theós* (Deus) e *logos* (palavra, estudo). Etimologicamente, então, teologia significa estudo acerca de Deus. Definindo, podemos dizer que *teologia é o estudo acerca de Deus e suas relações com o universo, especialmente com o ser humano*.

A teologia investiga as ações reveladoras de Deus no mundo e na história e busca conhecer os seus desígnios, a fim de esclarecer e orientar a nossa vida com ele. Como afirmou Karl Barth, o assunto básico da teologia é Deus, “Deus na história de suas ações”.^[Nota 1] Isso compreende todos os

temas da fé cristã, tudo aquilo que cremos ou devemos crer como verdade de Deus revelada.

Millard Erickson esclarece que a teologia “*é a disciplina que procura afirmar, de modo coerente, as doutrinas da fé cristã, fundamentada principalmente nas Escrituras, situada no contexto da cultura em geral, verbalizada numa linguagem atual e relacionada com as questões da vida*”.[Nota

2] O objetivo da teologia é esclarecer de maneira lógica e coerente aquilo que as Escrituras nos ensinam para a vida, a fim de que possamos ter firmeza e segurança na nossa vida com Deus.

2. Teologia e religião. A teologia está relacionada com a religião, mas dela se distingue. A religião (de *religare*), em geral, designa *a vida do ser humano nas suas relações com o poder soberano e sobrenatural do universo*. Ela baseia-se em diferentes conceitos da realidade sobrenatural e assume formas e expressões diferentes na vida prática. A religião cristã tem seu fundamento na revelação bíblica. Suas ideias acerca da divindade e seus desígnios são mais elaboradas e definidas. Quanto à teologia, seu propósito é entender e explicar de forma lógica e organizada o conteúdo doutrinal da religião cristã. A teologia nasce da realidade da religião e está a serviço dela.

3. Ramos da teologia. A teologia tem um campo muito vasto. Por isso, para fins de estudo, ela é dividida em quatro ramos: bíblica, histórica, sistemática e prática.

(a) *Teologia bíblica.* Este ramo da teologia estuda e expõe o conteúdo do ensino de cada autor ou de grupos de autores da Bíblia. Temos, então, teologia do Antigo Testamento, teologia do Novo Testamento, teologia de Paulo, de Pedro, *etc.*

(b) *Teologia histórica.* Ocupa-se com a origem e o desenvolvimento das doutrinas cristãs no decorrer da história da igreja. Dá especial atenção às diversas correntes teológicas surgidas na história. Estuda, por exemplo, a teologia patrística, a teologia medieval, a teologia da Reforma, a teologia contemporânea, e outras.

(c) *Teologia sistemática*. É o estudo e exposição das doutrinas fundamentais da fé cristã, com base no ensino de toda a Escritura, organizando as doutrinas numa ordem lógica, de maneira a formar um todo harmônico e coerente. Como disse Mullins, “*Teologia sistemática é a apresentação ordenada e harmônica das verdades teológicas a fim de alcançar a unidade e a totalidade*”.^[Nota 3] A teologia sistemática não se restringe a nenhum livro ou autor das Escrituras; ela examina o que toda a Bíblia diz sobre cada tema.

(d) *Teologia prática*. Cuida da aplicação prática das verdades tratadas noutros ramos da teologia, especialmente na teologia sistemática. A teologia prática nos orienta como viver como cristãos, como orar, como pregar, como evangelizar.

Inclui disciplina como teologia pastoral, teologia do evangelismo, teologia da educação cristã, teologia do culto cristão, e outras.

O estudo deste livro é de *teologia sistemática*. Mas buscaremos fundamentação nos autores bíblicos (teologia bíblica), com algumas referências a história da igreja (teologia histórica), visando a prática da fé cristã (teologia prática).

II. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA TEOLOGIA

1. Negação da importância. Há pessoas que não dão valor ao estudo da teologia ou da doutrina cristã. Alegam que o importante é a fé, ou a experiência, ou a vida com Deus. Mas esse é um entendimento equivocado do cristianismo. Robert Culver diz que “*A teologia é uma parte ou um aspecto do próprio cristianismo... faz parte da essência do Cristianismo*”.^[Nota 4] A fé, a experiência cristã e a vida com Deus nascem e se firmam no conhecimento das verdades ensinadas por Jesus e seus apóstolos. O crescimento espiritual do cristão e a firmeza dele na fé dependem do conhecimento que ele tem das verdades cristãs.

O apóstolo Paulo deixou isso bem claro quando afirmou que Cristo designou líderes na igreja,

tendo em vista o aperfeiçoamento dos santos para a obra do ministério e para a edificação do corpo de Cristo; até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, ao estado de homem feito, à medida da estatura da plenitude de Cristo; para que não sejamos mais inconstantes como crianças, levados ao redor por todo vento de doutrina, pela mentira dos homens, pela sua astúcia na invenção do erro; pelo contrário, seguindo a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo (Ef 4.11-15).

O apóstolo Pedro também exorta os cristãos para que eles estejam “*sempre preparados para responder a todo o que vos pedir a razão da esperança que há em vós*” (1Pe 3.15). Isso implica conhecimento das verdades da fé e habilidade para expor de forma lógica e coerente aquilo que se crê e o que se espera. Para deixar mais claro por que o estudo da teologia é importante, vamos destacar alguns aspectos.

2. Razões da importância da teologia.

(a) *A teologia atende a uma necessidade da mente humana.*

O ser humano quer entender aquilo que ele crê ser vital para ele, como é o caso das verdades cristãs. A teologia examina e expõem de forma lógica e consistente as verdades que professamos, e assim ela atende a uma necessidade natural da mente humana.

(b) *A teologia é uma forma de expressar nosso amor a Deus.*

Nosso dever é amar a Deus “*de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento*” (Mt 22.37). No estudo da teologia nós expressamos um pouco desse amor a Deus com o nosso entendimento. Bruce Milne diz que “*o estudo da doutrina é uma expressão de amor ao Senhor através de nossas mentes*”. [Nota 5]

(c) *A teologia ajuda na formação do caráter cristão.* O conhecimento de Deus e de seus desígnios em relação a todas as coisas, e em especial em relação à vida humana, é fator de primeira grandeza na formação do caráter. O desenvolvimento cristão está relacionado com o “pleno conhecimento de Deus e de Jesus nosso Senhor” (2Pe 1.2) e, como vimos acima, com o doutrinação (Ef 4.14).

(d) *A teologia é um instrumento indispensável na defesa e pureza do cristianismo.* Na sua caminhada histórica, o cristianismo está sujeito a ataques e contaminações que vêm do mundo, em forma de superstições, cosmovisões e pensamentos diversos. Uma teologia bem fundamentada na Bíblia é necessária para combater esses ataques e preservar a verdade cristã. O cristão tem o dever de denunciar o falso ensino e defender a verdade (1Tm 1.3,4; 3.15; Hb13.9; 2Jo 9,10).

(e) *A teologia é importante para a propagação do evangelho.* A teologia é uma arma poderosa no ministério (Tt 1.9).

Para se propagar o evangelho na sua inteireza é necessário ter alguma compreensão inteligente do seu conteúdo e significado e ser capaz de dar uma explicação inteligível da verdade a outrem (1Pe 3.15). Lloyd Jones afirma que “*não há nada mais importante para um pregador do que ter uma teologia sistemática, conhecê-la e ser bem versado nela*”. [Nota 6]

(f) *A teologia é importante para fundamentar a prática cristã.* A doutrina é o conteúdo da fé e a base de toda a prática cristã. Quanto mais conhecemos a verdade objetiva, tanto mais entusiasmo vamos ter por ela.

Com essa breve introdução, espero que você esteja motivado a prosseguir lendo e estudando este livro. Examinaremos o assunto básico da teologia, que é DEUS, e os temas bíblicos relacionados com ele: revelação, trindade, criação, providência, anjos, humanidade, pecado, Cristo, salvação, Espírito Santo, igreja e as últimas coisas. Que Deus nos guie na compreensão da sua verdade e no nosso crescimento espiritual, para o louvor da glória dele.

Nota 1 - BARTH, Karl. Introdução à teologia evangélica. São Leopoldo: Sinodal, 1981, p. 8.
[Voltar]

Nota 2 - ERICKSON, Millard J. Teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 22. [Voltar]

Nota 3 - MULLINS, E. Y. A religião cristã na sua expressão doutrinária. São Paulo:Hagnos, 2005, p. 18. [Voltar]

Nota 4 - CULVER, R. D. Teologia sistemática, bíblica e histórica. São Paulo: Shedd Publicações, 2012, p. 24. [Voltar]

Nota 5 - MILNE, Bruce. Conheça a verdade. São Paulo: ABU, 1987, p. 11. [Voltar]

Nota 6 - Citado por Paulo Anglada. Sola Scriptura – a doutrina reformada das Escrituras. São Paulo: Editora Puritanos, 1998, p.136. [Voltar]



O pressuposto básico da teologia é que Deus existe e se revelou a nós e por isso podemos conhecê-lo. Só podemos conhecer Deus com base na sua revelação. Ele não é um objeto ou fenômeno da natureza ou um fato da história que possa ser descoberto e avaliado pela mera razão humana.

Contudo, ele age tanto na natureza como na história e na vida humana, dando-se a conhecer e tonando conhecidos os seus propósitos para o ser humano. Com base nessa revelação, podemos organizar o nosso conhecimento dele e de seus desígnios (teologia) para orientar a nossa vida com ele.

A palavra “revelação” significa desvendar, tornar conhecido o que antes estava oculto. Podemos definir então revelação como *a manifestação que Deus faz de si mesmo e dos seus propósitos aos seres humanos, proporcionando-lhes um conhecimento que os possibilita a desenvolver um relacionamento pessoal com ele*. A revelação de Deus pode ser vista como sendo de dois tipos: revelação *geral* e revelação *especial*.

I. REVELAÇÃO GERAL

1. Definição . Revelação geral é a manifestação que Deus faz de si mesmo e de seus desígnios a todas as pessoas em todos os lugares e tempos, proporcionando a todos um certo conhecimento dele. É uma revelação

diferente da que temos nas Escrituras. Diz-se revelação geral porque é dirigida a todas as pessoas em geral, e não revela aspectos particulares nem trata da redenção.

2. Meios da revelação geral . São três os meios ou modos.

(a) *Revelação por meio da natureza física.* A Bíblia diz que Deus manifesta “os seus atributos invisíveis, seu eterno poder e divindade... mediante as coisas criadas” (Rm 1.20). Quando olhamos as coisas que há no mundo, não podemos deixar de imaginar que existe um Ser sobrenatural, soberano, infinitamente sábio e poderoso, que trouxe à existência tudo que existe e o controla. O salmista percebe que “*Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos...*

Sem discurso, nem palavras..., Mas sua voz se faz ouvir por toda a Terra” (Sl 19.1,3,4). Os fenômenos da natureza também testificam de Deus (At 14.17).

(b) *Revelação por meio da história.* A Bíblia declara que “a exaltação não vem do Oriente nem do Ocidente, nem do deserto. Mas Deus é quem julga; ele abate um e exalta outro”(Sl 75.6,7). Através de fatos notórios da história de um povo ou de indivíduos, Deus tem mostrado seu grande poder, sua justiça, sua misericórdia, seus desígnios (Am 9.7; Dn 2.21; At 17.26-28; Rm 13.1).

(c) *Revelação na consciência moral humana.* O apóstolo Paulo afirma que os não judeus, que não têm lei, quando praticam as coisas da lei por natureza, “tornam-se lei para si mesmos, demonstrando que o que a lei exige está escrito no coração deles, tendo ainda o testemunho da sua consciência e dos seus pensamentos, que ora os acusa, ora os defendem” (Rm 2.14,15). O senso de moralidade que existe na natureza humana aponta para a existência de um Ser supremo que legisla para a humanidade e pede conta da obediência.

3. Efeitos da revelação geral . A revelação geral não é completa. Não diz o suficiente sobre a natureza de Deus e não trata da redenção; mas produz

seus efeitos.

(a) *Proporciona um certo conhecimento de Deus.* Falando dos pagãos, o apóstolo Paulo diz: “mesmo tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus” (Rm 1.21). Os pagãos tiveram um conhecimento efetivo por meio da revelação geral.

(b) *Torna o indivíduo culpado perante Deus pela sua transgressão.* Pelo fato de terem recebido o conhecimento de Deus e não terem dado importância a esse conhecimento, ao contrário, desviarem-se dele, as pessoas são “indesculpáveis” (Rm 1.20), isto é, não têm desculpa pela negligência e transgressão que demonstraram.

(c) *Dá base para a ordem moral da sociedade.* A revelação geral fundamenta a organização da vida moral na sociedade, onde as normas morais são aceitas *a priori*. Por exemplo, a lei humana contra o homicídio, o furto e outras, estão amparadas pela consciência que os indivíduos têm do certo e do errado.

Não obstante os seus efeitos valiosos, a revelação geral não é suficiente para proporcionar às pessoas um conhecimento adequado de Deus e do seu plano de salvação. Além disso, o ser humano, por causa do seu afastamento de Deus, tem dificuldade de perceber as ações de Deus na criação, na história e na consciência humana. Por isso Deus se mostrou ainda mais claramente por meio de outro tipo de revelação, a revelação especial.

II. REVELAÇÃO ESPECIAL

1. Definição. Revelação especial é a manifestação que Deus faz de si mesmo e de seus desígnios a certas pessoas, em tempos e lugares definidos, possibilitando-lhes um conhecimento maior dele e dos seus propósitos, especialmente, seu plano de redenção. É a revelação que temos nas Escrituras.

O assunto principal dessa revelação é a redenção da humanidade.

2. Meios ou modos da revelação especial.

(a) *Acontecimentos especiais.* Alguns fatos narrados na Bíblia revelam Deus de modo mais específico. O acontecimento do dilúvio, com o livramento de Noé e sua família (Gn 6 a 8), é um deles. Porém, foi na história do povo de Israel que Deus agiu e se revelou de forma mais extraordinária. Destacam-se o chamado de Deus a Abraão e o concerto com ele e seus descendentes (Gn 12.1-3; 18.18; 22.18; 26.4; 28.14); a libertação do povo de Israel da escravidão do Egito, sua trajetória até Canaã e a conquista da Terra prometida; as vitórias incomuns dos juízes de Israel contra os seus inimigos; o cativeiro babilônico e o retorno do povo à Palestina.

Em todos esses fatos e muitos outros Deus se mostrou real, presente, único, poderoso, justo e bom.

(b) *Palavras proféticas.* Uma das maneiras mais claras de Deus se revelar foi através dos profetas de Israel. A Bíblia declara que “No passado, por meio dos profetas, Deus falou aos pais muitas vezes e de muitas maneiras” (Hb 1.1). Os profetas eram os porta-vozes de Deus. Normalmente, a palavra de Deus vinha a eles associada a um sonho ou visão (Nm 12.6), e o significado do que eles viam ou sonhavam geralmente era explicado por Deus em palavras. Os profetas, então, falavam em nome de Deus.

(c) *Jesus Cristo.* A suprema revelação de Deus foi feita por meio de Jesus Cristo. O autor de Hebreus diz que, depois de Deus falar aos pais pelos profetas, “nestes últimos dias... nos falou pelo Filho” (Hb 1.2). Na sua pessoa e obras, Jesus Cristo trouxe para a humanidade a mais alta revelação do Pai. “Ninguém jamais viu a Deus. O Deus unigênito, que está ao lado do Pai, foi quem o revelou” (Jo 1.18). A história da revelação especial encerra-se em Cristo, o “Emanuel... Deus conosco” (Mt 1.23). Cristo é a última palavra de Deus para a humanidade neste tempo.

Cristo revelou mais especificamente a verdade de Deus aos seus apóstolos. Depois da sua partida, ele ungiu os seus apóstolos com o Espírito Santo e capacitou-os para que entendessem toda a verdade, e revestiu-os de

poder para que proclamassem o evangelho de Cristo e ensinassem em seu nome.

(d) *As Escrituras Sagradas*. Desde o tempo de Moisés, a revelação especial de Deus foi sendo registrada em parte e conservada para a posteridade. Assim, ao mesmo tempo em que Deus ia se revelando ao longo da história, as Escrituras Sagradas iam sendo formadas. Esses escritos serviam, por sua vez, de meio de revelação – uma revelação já dada, que podia ser apropriada pessoalmente e confirmada no íntimo pelo Espírito de Deus, em contextos diferentes. No tempo de Cristo, o Antigo Testamento já estava completo.

Alguns dos apóstolos de Cristo e outros que não eram apóstolos, mas conviveram com eles, também escreveram acerca de Jesus e suas obras, para, dessa forma, orientar as novas igrejas ou novos cristãos. Com a morte dos apóstolos, esses escritos foram sendo reunidos e aceitos pela igreja como Escrituras Sagradas, servindo, portanto, de regra de fé e conduta para os cristãos. Assim foi formado o Novo Testamento, que, junto com o Antigo Testamento, constitui a nossa Bíblia.

Portanto, temos nas Escrituras o registro fiel e suficiente da revelação especial de Deus, que culminou em Cristo. Dois aspectos fundamentais acerca das Escrituras devem ser ressaltados aqui: sua inspiração e autoridade.

III. INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS

1. Definição. Por inspiração das Escrituras designamos *o agir de Deus sobre os autores da Bíblia, capacitando-os a escreverem com exatidão a parte da revelação que Deus quis que fosse preservada, tornando seus escritos a infalível palavra de Deus*.

Os autores da Bíblia foram guiados e capacitados pelo Espírito Santo para entenderem a revelação divina e registrarem com fidelidade a verdade revelada. Em consequência, a Bíblia é verdadeira em tudo que afirma,

devendo ser interpretada levando-se em conta o contexto histórico e cultural da época e a intenção do autor, e aplicada ao nosso contexto e situação.

2. O alcance da inspiração. São duas as principais teorias sobre o alcance da.^[Nota 7]

(a) *Teoria da inspiração dinâmica.* É o entendimento de que Deus orientou os escritores bíblicos apenas nos pensamentos ou ideias que deveriam registrar, deixando cada autor livre para se expressar como bem quisesse, com as palavras que escolhesse. Quer dizer, a inspiração não chegou às palavras, somente aos pensamentos ou conceitos. O problema com essa teoria é que a fidelidade na comunicação das ideias depende das palavras usadas. Se o Espírito de Deus não guiou os autores na escolha das palavras, dentro do vocabulário de cada um, como garantir a exatidão das ideias?

(b) *Teoria da inspiração verbal e plenária.* Afirmar que a influência do Espírito Santo foi além da mera direção dos pensamentos dos autores, chegando até mesmo a influenciar na seleção das palavras (*inspiração verbal*) que os autores usaram, cada qual dentro da sua própria cultura e com o seu vocabulário, para melhor expressar a verdade, sem qualquer falha ou engano; e foi assim em tudo o que escreveram, em todos os livros da Bíblia (*inspiração plenária*). Isso não significa que Deus tenha ditado as palavras, e sim que o Espírito Santo orientou cada autor na escolha das palavras adequadas para melhor expressar a verdade de Deus.

3. Base bíblica da inspiração verbal e plenária. A teoria da inspiração verbal e plenária está mais de acordo com o testemunho das Escrituras sobre a sua própria inspiração.

O apóstolo Pedro afirmou que “a profecia nunca foi produzida por vontade humana, mas homens falaram da parte de Deus, conduzidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1.21). Observe que os autores falaram movidos pelo Espírito Santo. No mesmo sentido o apóstolo Paulo afirmou que ele e seus companheiros de ministério falavam das coisas reveladas por Deus, “não com palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas com palavras ensinadas

pelo Espírito Santo” (1Co 2.13). As palavras que eles usaram para transmitir a verdade de Deus eram “ensinadas pelo Espírito Santo”. Além disso, o fato de que o Senhor Jesus deu grande importância a cada palavra do texto sagrado indica que as palavras que os autores usaram resultaram da ação do Espírito divino sobre eles (Mt 22.32, Mt 22.42-45, Jo 10.35, Mt 5.18). Concluimos que, não apenas as ideias, mas também as palavras foram inspiradas.

Essa inspiração certamente aconteceu em tudo que foi escrito, em todos os livros da Bíblia, em todos os assuntos, estilos e gêneros literários. Quer dizer, toda a Escritura é inspirada por Deus. Paulo afirma que “Toda a Escritura é divinamente inspirada” (2Tm 3.16). Daí que se pode dizer que a Bíblia é a Palavra de Deus.

4. Outras evidências da inspiração das Escrituras. Além do testemunho textual, há outros fatos que evidenciam que as Escrituras são de procedência divina.

(a) *A coerência no ensino das Escrituras.* Embora tenha sido escrita por cerca de 40 autores, em épocas, línguas e contextos culturais e históricos diferentes, a Bíblia apresenta unidade e coerência em tudo o que afirma. Isso aponta para o fato de que os autores foram guiados por um só Espírito.

(b) *As profecias cumpridas.* Muitas profecias do AT já foram cumpridas, especialmente aquelas que se referem ao Messias. O evangelho de Mateus ressalta esse fato. Outras estão se cumprindo ou vão se cumprir.

(c) *O conteúdo do ensino bíblico.* A Bíblia trata de assuntos fundamentais e de forma profunda, jamais superados ao longo dos séculos. Dificilmente tais ideias poderiam surgir de mentes tão simples como foram alguns dos autores, a menos que tenham recebido revelação e tenham sido inspirados por Deus.

(d) *O poder transformador da Palavra* (1Ts 2.13; 1Pe 1.23).

As palavras das Escrituras abrem mentes e corações para a realidade da vida com Deus, e transformam até os mais cruéis pecadores em pessoas

santas e honradas. A história está cheia de exemplos dessa natureza.

Por tudo o que vimos, podemos concordar com o sábio inspirado, quando disse: “Toda palavra de Deus é pura... Nada acrescentes às suas palavras, para que ele não te repreenda e sejas tido por mentiroso” (Pv 30.5,6).

IV. A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

A Bíblia, por tratar-se da revelação de Deus e por ter sido escrita sob a inspiração divina, é a principal fonte de autoridade nas coisas concernentes a Deus. Como afirmou Agostinho, “A fé cambaleará se a autoridade das Escrituras vacilar”.^[Nota 8] A autoridade das Escrituras é confirmada pelos seguintes fatos.

1. Jesus reconheceu a autoridade das Escrituras. Ele aceitou as afirmações das Escrituras do AT como verdade de Deus e sujeitou-se incondicionalmente ao que lá estava afirmado (Mt 4.4,7,10; 26.53,54; Mc 14.27). Aceitou o sofrimento e a morte porque isso estava previsto nas Escrituras a respeito dele. Quanto ao Novo Testamento, mesmo antes de ser escrito, Jesus garantiu a veracidade do seu conteúdo, afirmando que suas palavras têm poder e autoridade sem igual (Jo 6.63; 15.3); que elas não passarão (Mc 13.31) e que devem ser ouvidas e obedecidas (Mt 5.21,22; 7.24,25; Jo 8.31,32).

Jesus também concedeu aos apóstolos uma unção especial do Espírito Santo, para que o Espírito lhes ensinasse toda a verdade (Jo 14.26; 16.13), e eles pudessem testemunhar de Cristo (Jo 15.26,27) e ensinar em seu nome (Mt 28.18-20; Jo 20.21; At 1.8). Assim, Jesus conferiu garantia aos ensinamentos dos apóstolos, que vêm a ser o conteúdo do Novo Testamento.

2. Os apóstolos também reconheceram a autoridade das Escrituras. Com frequência citaram as letras e os pensamentos do Livro sagrado em apoio aos seus ensinamentos. Apresentaram as verdades do evangelho como

cumprimento das Escrituras (At 2.16-35; 3.22-25; 4.11; Rm 1.2; Gl 3.16-18).

Para os apóstolos, assim como para o seu Mestre, o que estava escrito nas Escrituras vinha da parte de Deus (At 4.25; 2Tm 3.16; Hb 4.3; 10.15-17; 2Pe 1.21). Os apóstolos também creram que tinham recebido o Espírito Santo e que por meio dele falavam das coisas de Deus (1Co 2.12,13). Estavam seguros de que falavam a verdade de Deus (Gl 1.8,9).

Por isso deram ordens com autoridade (2Ts 3.6,12). Ora, se cremos e confiamos em Jesus e no testemunho dos apóstolos, então devemos aceitar a autoridade das Escrituras como eles aceitaram e nos sujeitar a ela.

3. O Espírito Santo dá testemunho da autoridade das Escrituras . Em última análise, é o testemunho do Espírito Santo no coração da pessoa que dissipa toda e qualquer dúvida quanto à origem, ao caráter e a autoridade divinos das Escrituras. O convencimento do Espírito se faz acompanhar do poder transformador da Palavra de Deus na vida daquele que crê e observa os seus ensinamentos (1Ts 2.13; 1Pe 1.23).

Concluimos que a revelação especial de Deus está preservada nas Escrituras, e estas servem de fonte infalível de conhecimento de Deus para nós hoje. Por elas ficamos sabendo o que Deus falou no passado, e pelo mesmo Espírito que agiu na revelação e na inspiração das Escrituras, com base nos mesmos textos, somos iluminados e instruídos acerca de Deus e seus desígnios, e aprendemos a viver como lhe agrada, na sua presença.

Nota 7 - Outras teorias pouco defendidas você encontra no Manual de teologia sistêmica deste autor (2014, p. 28-33). [Voltar]

Nota 8 - Citado por Franklin Ferreira e Alan Myatt. Teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 91. [Voltar]



*J*á tratamos da revelação especial de Deus, preservada nas Escrituras; e isso pressupõe que Deus existe. Mas, quem é ou como é o Deus revelado? É isto que vamos considerar neste capítulo, que é chamado também de *teologia própria* (o estudo da doutrina de Deus). Saber o que Deus revelou de si mesmo e dos seus desígnios é fundamental para se ter com ele um relacionamento correto e uma vida feliz. Este é o propósito do nosso estudo. Veremos argumentos em favor da existência de Deus, a natureza divina e suas qualidades essenciais.

I. ARGUMENTOS RACIONAIS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

É fundamental que comecemos o estudo acerca de Deus considerando a realidade da sua existência. Essa realidade é fartamente testemunhada e comprovada nas Escrituras. Mas podemos encontrar evidências da existência de Deus também fora das Escrituras, isto é, na natureza e na história humana.

É isso que vamos considerar aqui.

Alguns teólogos elaboraram argumentos racionais em prol da existência de Deus. Esses argumentos são cinco; os dois primeiros se baseiam na natureza do universo; outros dois, na natureza humana; e o último, na

história. Dentro do propósito deste livro, vamos apresentar os argumentos, sem muitas explicações e sem as avaliações críticas que eles recebem.

1. Argumento cosmológico . O nome vem de *cosmo* (mundo), e baseia-se na lei de causa e efeito . Afirma-se que tudo que existe tem uma causa adequada. Ora, o mundo existe, logo tem de haver uma causa infinitamente grande e inteligente para ele. Essa causa é Deus. A Bíblia dá respaldo a esse argumento (Sl 19.1-6; Rm 1.20).

2. Argumento teleológico . O nome vem de *telos* (fim, propósito, desígnio). O argumento baseia-se no propósito ou desígnio que se verifica na natureza. O universo revela organização, ordem, harmonia, propósito, indicando assim a existência de um ser inteligente que teria planejado e criado o universo. Quem contempla um navio carregado navegando não há de pensar que ele surgiu de um punhado materiais jogados ao mar. E sim que ele foi planejado e construído por alguém inteligente, com um propósito. Assim também não se pode pensar que o mundo surgiu por acaso. Uma mente divina, grande em poder e sabedoria, deu origem a todas as coisas, com um propósito definido.

3. Argumento ontológico . De *ontos* (ser), este argumento baseia-se nas ideias abstratas necessárias que vêm inevitavelmente à mente humana. Isto é, a pessoa tem a ideia de um ser absolutamente perfeito, superior e infinito. Como essa ideia é natural no ser humano, argumenta-se que ela está a indicar a existência de tal Ser.

4. Argumento moral . Este argumento baseia-se na natureza moral do ser humano. Este tem consciência do bem e do mal, e do seu dever de evitar o mal e praticar o bem (Rm 2.14,15). A pessoa também sabe que neste mundo o bem e o mal não são proporcionalmente retribuídos. Há uma disparidade entre a conduta de alguns e o que sucede com eles.

Tal desequilíbrio demanda um ajuste futuro. A humanidade crê nessa justiça e espera por ela. A conclusão do argumento é que existe um ser

soberano que legisla para o ser humano e exige dele obediência, e lhe dá esperança de ver os ideais de justiça convertidos em realidade.

5. Argumento histórico . Este argumento baseia-se nos fatos da história. Primeiro, notamos a prática dos cultos dedicados a divindades, comum a todos os povos e tribos da Terra. Este sentimento religioso do ser humano pode indicar a existência daquele com quem o indivíduo tenta se relacionar (At 17.27). Mas também, sobretudo, temos os fatos ocorridos na história de Israel e no evento Cristo.

Estes argumentos recebem críticas de alguns estudiosos, mas são válidos e coerentes com a revelação bíblica. Contudo, eles não provam o tipo do Deus que temos nas Escrituras.

O conhecimento cristão de Deus baseia-se na revelação bíblica, sem, contudo, desprezar as evidências apresenta-das acima, mesmo porque as Escrituras apontam para elas.

Os escritores bíblicos dão testemunho de um único Deus verdadeiro, criador do céu e da Terra, sustentador de todas as coisas, que age na história humana e busca a redenção da humanidade perdida no pecado. Eles registraram na Bíblia as ações de Deus no mundo e na história, e mostraram o Deus vivo e os seus desígnios, para que possamos conhecê-lo e desenvolver um relacionamento pessoal e verdadeiro com ele. É com base no testemunho dos autores bíblicos, isto é, nas Escrituras Sagradas, que nós vamos buscar o conhecimento de Deus e elaborar a nossa teologia.

II. A TRANSCENDÊNCIA E A IMANÊNCIA DE DEUS

Ao falarmos do Deus revelado nas Escrituras, começamos destacando esses dois aspectos de como Deus está relacionado com o mundo.

1. A transcendência de Deus . Transcendência refere-se ao fato de que Deus não está limitado pelas coisas criadas.

Deus é distinto de tudo o que há no mundo. Ele é totalmente outro e independente da criação. Sua grandeza é incomparável e as coisas criadas são como nada diante dele (Is 40.12-17). Suas qualidades e perfeições vão muito além daquilo que conhecemos e do que podemos imaginar (Jó 40.4; Sl 139.6).

O universo não é necessário para a sua existência, e não pode contê-lo (1Rs 8.27; At 17.24,25). A nossa adoração ganha reverência e seriedade com a consciência da sublimidade e da inigualável grandeza de Deus. É como o salmista diz: “Grande é o Senhor e digno de ser louvado; a sua grandeza é incompreensível” (Sl 145.3).

2. A imanência de Deus. Mas Deus não é apenas transcendente, ele é também imanente, isto é, ele está presente e ativo na criação e na história. Ele age nos processos naturais e por meio deles e na história humana. Sua influência está em toda parte (Sl 139.7-12; At 17.26-28). A imanência de Deus implica em que ele está de alguma forma presente na vida das pessoas, e age através delas e de organizações, mesmo não sendo estas cristãs. Implica também em que devemos ter apreço por todas as coisas criadas por Deus, pois ele está presente e ativo no mundo.

O equilíbrio entre a transcendência e a imanência de Deus é fundamental para o entendimento correto dele e de nossa relação com ele. Uma ênfase exagerada na transcendência divina pode nos levar ao *deísmo* (um Deus ausente do mundo). Mas se a ênfase recair na imanência, o perigo é o *panteísmo* (Deus totalmente identificado com a criação).

A verdade é que Deus está muito acima de toda a criação, distinto dela, mas que também se relaciona com as suas criaturas e dirige a história (Is 57.15).

3. Os atributos de Deus. Embora Deus seja transcendente, na sua imanência ele revelou algumas de suas qualidades inerentes ao seu Ser. Essas qualidades são chamadas de atributos divinos. Os atributos fazem parte inseparável do Ser divino, mas não o constituem; quer dizer, Deus não é

nenhum dos seus atributos nem a totalidade deles; mas Deus também não é Deus sem os atributos.

Os atributos podem ser classificados em dois grupos.

Conquanto haja outros modos de fazê-lo, aqui vamos usar uma classificação comum: os atributos naturais e os morais.

Embora todos os atributos sejam naturais em Deus, porque são qualidades que integram o seu Ser, alguns deles têm caráter moral e outros não.

III. OS ATRIBUTOS NATURAIS DE DEUS

1. Espiritualidade. Deus é Espírito (Jo 4.24). Isso quer dizer que Deus é de natureza *imaterial, não-física*. Jesus esclareceu que “um espírito não tem carne nem ossos” (Lc 24.39).

Deus é Espírito puro, sem mistura com a matéria. As expressões bíblicas que atribuem a Deus membros do corpo humano são simbólicas, usadas para tornar Deus mais real e conhecido. A espiritualidade de Deus implica em que ele é *invisível*. “Ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1.18), e “nenhum dos homens viu nem pode ver” (1Tm 6.16). Deus não pode ser representado por nenhuma forma visível. Ele deve ser adorado “em espírito e em verdade” (Jo 4.24). A única “imagem do Deus invisível”, adorável, é seu Filho Jesus (Cl 1.15); ele é a representação exata do Ser de Deus (Hb 1.3).

2. Vida. Deus é um Ser vivo. Em contraste com os deuses pagãos, que não têm vida (Sl 115.3-9), o Deus das Escrituras é o “Deus vivo” (Js 3.10; 1Sm 17.26; Sl 84.2; Mt 16.16; 1Ts 1.9). Ele “tem vida em si mesmo” (Jo 5.26). Significa que Deus não depende de qualquer fonte externa para existir. Ele é a fonte da vida para si mesmo e para todos os seres vivos. O salmista faz esta sublime declaração: “pois em ti está a fonte da vida; na tua luz vemos a luz” (Sl 36.9). Sem o cuidado vivificante de Deus, as criaturas morrem (Sl 104.29).

3. Personalidade. Deus é um Ser com qualidade de pessoa. Um ser pessoal é caracterizado por três propriedades básicas: autoconsciência, autodeterminação e consciência moral. A *autoconsciência* é a propriedade de poder conhecer a si mesmo como realidade distinta de tudo o mais que o cerca; é conhecer a sua própria individualidade. Deus é um ser pessoal porque ele conhece perfeitamente a si mesmo e todas as coisas, e sabe que destas se distingue (Ex 3.14; Is 45.5; 1Co 2.10).

A *autodeterminação* é a capacidade que o ser pessoal tem de dirigir-se a si mesmo como quer. Ao contrário dos animais, que são controlados pelos respectivos instintos, um ser pessoal pode fazer suas escolhas em razão de motivos e finalidades pessoais. Deus é soberano nas suas determinações.

Ele não é determinado por forças ou circunstâncias externas. Ele mesmo determina, soberanamente, todas as coisas (Jó 23.13; Sl 135.6; Rm 9.11; Hb 6.17).

A *consciência moral* consiste em saber distinguir entre o bem e o mal, com a responsabilidade de escolher e fazer o bem, e não o mal, sob pena de ser culpado. Deus é santo e justo; estabeleceu leis morais para a humanidade, julga a todos e condena o mal. Por Deus ser de natureza pessoal, o nosso relacionamento com ele deve ser do tipo interpessoal, inteligente, expressando confiança, amor e adoração.

4. Imutabilidade. Deus não muda em sua natureza, atributos e propósitos eternos (Sl 102.27; Hb 1.12; Tg 1.17).

Ele é o mesmo, de eternidade a eternidade. Não há aperfeiçoamento em Deus, pois ele é perfeito e completo em tudo. Da imutabilidade de Deus dependem a constância da ordem do universo e a concretização dos seus planos para conosco (Ml 3.6). Entretanto, imutabilidade não significa imobilidade, isto é, que não haja movimento em Deus, ou que não ocorra mudança na sua relação com as pessoas e com o mundo. Deus tem múltiplas relações com o mundo.

Às vezes, o que parece mudança no plano divino, na verdade, são apenas novas etapas na concretização do seu propósito eterno. O que ocorreu na encarnação de Cristo e também na salvação estendida aos gentios, após a ressurreição de Cristo, é um bom exemplo disto. Outras vezes, as mudanças ocorrem nas relações dos homens com Deus, como no caso do pecado de Adão ou do arrependimento de Nínive, quando Deus, então, age de acordo com a nova direção seguida pelo ser humano. Mas essas mudanças no modo de Deus agir já estavam previstas no seu plano eterno.

5. Infinitude. Deus é infinito. Ele está isento de toda e qualquer limitação imposta pela criação. Não há qualquer limitação no Ser de Deus e nos seus atributos imposta pelo universo (Jó 11.7-9, Sl 145.3; Rm 11.33). A infinitude de Deus se desdobra em outros atributos. Destacamos aqui quatro desdobramentos da infinitude divina.

(a) *Eternidade.* Deus é eterno. Significa a sua infinitude em relação ao tempo. Ele sempre existiu e existirá sempre (Sl 90.2; 102.12; Ef 3.21). Ele transcende todas as limitações temporais (2Pe 3.8). Ele é o eterno “Eu Sou” (Ex 3.14).

(b) *Onipresença.* É a infinitude de Deus em relação ao espaço. Significa que ele está presente em todas as partes do universo (Sl 139.7-10, Jr 23.24, At 17.27,28). Não quer dizer que Deus está igualmente presente e com o mesmo sentido em todos os lugares. Ele não está presente na Terra do mesmo modo como está no céu, nem com os animais da maneira como está com os seres humanos, nem na Igreja como está em Cristo. A natureza da sua presença está em harmonia com a das suas criaturas.

(c) *Onisciência.* É a infinitude de Deus em relação ao conhecimento. Diz respeito à abrangência do conhecimento divino (Jó 28.24; 34.21ss, Sl 139.1-6,12, Pv 15.3,11, Mt 6.8,32, At 1.24, Hb 4.13). Deus conhece a si próprio e todas as coisas; conhece as coisas passadas, presentes e futuras; conhece a essência oculta das coisas e o fim delas.

(d) *Onipotência*. É a infinitude de Deus em relação ao poder. Deus pode fazer tudo que quer (Jó 11.10, Sl 135.6, Is 43.13, Mt 19.26). Mas a vontade dele está sempre de acordo com a sua natureza e com os seus propósitos. Ele é também a fonte de todo o poder que há no universo, seja físico ou espiritual, pois dele vêm todas as coisas.

6. Unicidade. Significa que Deus é um só e indivisível (Dt. 6.4; 1Rs 8.60; Is 44.6; 1Co 8.6; Ef 4.5,6; 1Tm 2.5). Ele é o único Deus, soberano. Significa também que não há divisão ou conflito no Ser de Deus ou em sua natureza.

Esses atributos naturais de Deus denotam as qualidades mais básicas do Ser divino. Eles elevam o Deus da Bíblia acima de qualquer criatura, seja humana ou angelical, e tornam Deus merecedor de toda a nossa confiança, honra e louvor. Mas há mais: as qualidades morais.

IV. OS ATRIBUTOS MORAIS DE DEUS

Estes atributos são os que estão mais relacionados com os seres humanos e com o plano da redenção. Destacamos quatro, com alguns desdobramentos em alguns.

1. Santidade. Deus é santo (Is 6.3; 43.3, etc.). Santidade é o atributo moral básico de Deus, intimamente relacionado com os demais atributos. Significa que Deus é um Ser separado de todas as fraquezas e limitações que há no mundo, ele é totalmente outro. Mais especificamente, a santidade de Deus quer dizer que ele está separado de toda a forma do mal, ele é moralmente puro, perfeito, nada podendo afetar a sua natureza ou caráter (Lv 11.44; Ha 1.13; 1Pe 1.16, etc.).

A santidade de Deus é o padrão moral para a vida dos seus filhos (Mt 5.48; 1Pe 1.15; 2Pe 1.4). É para a santidade que Deus nos chama (1Ts 4.3,7). É em santidade completa que Deus quer receber seus filhos no dia final (1Ts 3.13; 5.23).

Sem santidade ninguém verá a Deus (Hb 12.14).

2. Justiça. Deus é justo (Sl 119.137; Jr 12.1; Jo 17.25, etc.). Justiça de Deus significa a retidão do seu caráter e de tudo quanto ele faz. Não há imperfeição no caráter de Deus nem nos seus tratos com suas criaturas. A justiça de Deus é revelada na sua Palavra e se mostra nas suas ações (Ed 9.15; Ne 9.8; Sl 145.17; Jr 12.1; Dn 9.14; 2Tm 4.8; 1Jo 2.29; 3.7; Ap 16.5).

Podemos distinguir duas formas na manifestação da justiça divina. A primeira é chamada de *justiça mandatária*, que é manifesta quando Deus estabelece suas leis para a humanidade e faz promessa de recompensa ao obediente e punição ao transgressor (Sl 99.4; Is 33.22; Rm 1.32; Tg 4.12). A segunda é a *justiça distributiva*, aquela que se manifesta na aplicação da lei divina; tem a ver com a distribuição de recompensas e punições (Is 3.10,11; Rm 2.6; 1Pe 1.17). A obra de Jesus Cristo na cruz e a justificação gratuita do pecador refletem a justiça divina aplicada na redenção (Rm 3.25,26).

3. Bondade. A bondade de Deus indica primeiramente sua benevolência no trato com toda a criação (Sl 104.13-15; Mt 6.26-30; At 14.17). Mas há outros aspectos da bondade de Deus. Destacamos aqui quatro.

(a) *Amor* (1Jo 4.8). O amor de Deus é sua bondade manifesta no cuidado e ação visando o bem-estar de suas criaturas, sobretudo, a redenção dos seres humanos. A. B. Langston esclarece que “O amor em Deus é ele dando-se a si mesmo, e dando tudo quanto é bom às suas criaturas, com o fim de possuí-las na mais íntima comunhão consigo mesmo”.^[Nota 9] O A maior prova do amor de Deus para conosco está no fato de ele ter enviado ao mundo o seu Filho Jesus para morrer pela salvação dos pecadores (Rm 5.8; Jo 3.16). Mas a realidade primária do amor de Deus é o seu Filho. Jesus declarou que Deus o amava mesmo antes da fundação do mundo (Jo 17.24).

(b) *Graça*. Millard J. Erickson define a graça de Deus como “A maneira de Deus relacionar-se com o seu povo não na base do merecimento, mas

simplesmente em termos de sua bondade e generosidade com relação às suas necessidades”.^[Nota 10]

É no contexto da redenção que a graça divina se mostra mais claramente. “Porque a graça de Deus se manifestou, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11). A graça de Deus é a fonte de todas as bênçãos da salvação (Ef 1.6,7; 2.7-9; Tt 2.11; 3.4-7). Mas além da graça salvadora, a Bíblia também se refere à graça de Deus num sentido mais amplo: o dom da vida, as dádivas diversas, *etc.* “Pois todos recebemos da sua plenitude, graça sobre graça” (Jo 1.16).

(c) *Misericórdia*. É a bondade de Deus demonstrada para com aqueles que se acham na miséria ou na aflição, necessitados do socorro divino. *Compaixão, pena, benignidade* são outros termos que significam praticamente a mesma coisa.

As Escrituras declaram que Deus é “cheio de misericórdia e compaixão” (Tg 5.11).

(d) *Paciência*. Este é outro aspecto da bondade ou amor de Deus. Diz respeito à qualidade de Deus tolerar os rebeldes e maus, a despeito de sua prolongada desobediência. Revela-se no adiamento do merecido julgamento. Deus é longânimo (Ex 34.6; Sl 86.15; Rm 2.4; 9.22; 1Pe 3.20; 2Pe 3.15). Enfim, Deus é supremamente bom.

4. Verdade. A verdade como atributo moral de Deus tem conotações de veracidade, fidelidade e sabedoria (Ex 34.6; Dt 32.4; Sl 25.10; Is 65.16; Jo 17.3; Tt 1.2; 1Jo 5.20). A *veracidade* de Deus tem a ver com o que ele diz. Significa que Deus é inteiramente confiável em sua palavra. Ele não mente, não engana, não induz a erro. Sua Palavra é a verdade (Jo 17.3).

A *fidelidade* de Deus significa que ele é cumpridor das suas promessas; ele sempre cumpre aquilo que prometeu. A *sabedoria* de Deus relaciona-se com o seu conhecimento das coisas. Ele sempre age de acordo com os valores corretos e os melhores fins das coisas.

Quem é então Deus? Como dizê-lo? Strong, sucinta-mente, declara que “Deus é o Espírito infinito e perfeito, fonte, sustento e fim de todas as coisas”.^[Nota 11] Os atributos de Deus revelam e integram o seu Ser, e mostram sua infinita grandeza e bondade. Assim somos levados a dar-lhe honra de todo o coração, adorando e cumprindo fielmente a sua vontade para conosco. Ele é a nossa fonte de vida.

Nota 9 - LANGSTON, A. B. Esboço de teologia sistemática. Rio de Janeiro: JUERP, 1977, p. 60.
[Voltar]

Nota 10 - ERICKSON, Millard J. Conciso dicionário de teologia cristã. Rio de Janeiro: JUERP, 1995. [Voltar]

Nota 11 - STRONG, A. H. Teologia sistemática. São Paulo: Hagnos, 2007, v. 1, p. 111. [Voltar]



No capítulo anterior, consideramos os cinco argumentos racionais em defesa da existência de Deus e a natureza de Deus, destacando aqui sua transcendência e imanência, e as qualidades essenciais do Ser divino, isto é, seus atributos naturais e morais. Agora vamos refletir sobre a Trindade. O termo trindade não se encontra nas Escrituras. A doutrina da Trindade surgiu da necessidade de se dar uma explicação para o ensino dos apóstolos de que Jesus Cristo é divino, o Filho de Deus, e ao mesmo tempo, a afirmação de que há somente um Deus. Vamos considerar aqui algumas interpretações que foram rejeitadas pela Igreja nos primeiros séculos, verificar o fundamento bíblico da doutrina, e por fim dar alguns esclarecimentos.

I. CONTROVÉRSIAS SOBRE A TRINDADE NOS PRIMEIROS SÉCULOS

Foram dadas algumas explicações sobre essa questão nos quatro primeiros séculos, consideradas errôneas pela Igreja. Duas delas ganharam mais força: o modalismo e o arianismo. O modalismo aceitava a plena deidade do Filho, mas considerava o Pai, o Filho e o Espírito apenas modos sucessivos da mesma pessoa se manifestar na história da salvação. Negava, assim, a distinção pessoal na Trindade, e limitava-a à história da revelação, negando sua realidade antes da criação do mundo. O *arianismo* (Ário foi o criador da

ideia) negava que Jesus e o Espírito Santo tivessem natureza igual a do Pai. Para ele, o Filho foi a primeira criatura do Pai, e o Espírito Santo foi a primeira criatura do Filho. A igualdade na natureza divina do Filho com a do Pai foi negada. Cristo era divino, mas não igual ao Pai.

Para combater o arianismo, realizou-se o Concílio de Nicéia, em 325 d. C., onde ficou declarado que o Filho é igual ao Pai em essência divina. Noutro concílio, realizado em Constantinopla, em 381 d.C., foi sustentada a divindade do Espírito Santo, e que o Filho é gerado pelo Pai desde a eternidade, e o Espírito procede do Pai e do Filho. Mais adiante, no concílio de Calcedônia, em 451, foram tomadas decisões que confirmaram as posições assumidas nos concílios anteriores, pondo fim às controvérsias em torno da natureza do Filho e do Espírito. Portanto, o *modalismo* e o *arianismo* foram rejeitados pela Igreja. A doutrina da Trindade sustenta que *há um único Deus que se revela em três pessoas iguais em essência: Pai, Filho e Espírito Santo*. Mas, qual é a base bíblica para essa doutrina? Essa base se encontra com clareza no NT; mas já no AT podemos encontrar alguns indícios da Trindade.

II. INDÍCIOS DA TRINDADE NO ANTIGO TESTAMENTO

A ênfase no Antigo Testamento é sobre o *monoteísmo*: um único Deus verdadeiro e soberano no mundo. Contrariamente à crença da época na existência de muitos deuses, a revelação especial de Deus enfatizou que há um só Deus, e que os demais deuses não são verdadeiros, não têm vida nem poder. “Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor”

(Dt 6.4). Contudo, há no Antigo Testamento elementos que apontam para uma *pluralidade na unidade divina*.

1. Termos no plural referentes a Deus . Usa-se o nome *Elohim* (deuses, plural) para designar Deus (Gn 1.1). Também há verbos e pronomes no plural relativos à divindade: “*Façamos o homem à nossa imagem*” (Gn 1.26);

“o homem tornou-se como um de *nós*” (Gn 3.22); “*Vamos* descer” (Gn 11.7); “Quem irá por *nós*” (Is 6.8). Estas expressões no plural sugerem pluralidade de pessoas na deidade.

2. A figura do anjo do Senhor. O “anjo do Senhor” aparece com frequência no AT como um Ser que se identifica com o próprio Deus. Por exemplo: “O anjo prosseguiu... Eu sou o Deus de Betel...” (Gn 31.12-13). Outro exemplo: “E o anjo do Senhor apareceu-lhe... E Deus prosseguiu... E disse mais: Eu sou o Deus de teu pai...” (Êx 3.2-6). Alguns estudiosos têm entendido que o “anjo do Senhor” no Antigo Testamento é uma representação do Cristo pré-encarnado. Isso faz sentido, mas não há prova.

3. A personificação da sabedoria e da palavra. A sabedoria é referida como uma personagem distinta de Deus e coeterna com ele. “Fui constituída desde a eternidade, desde o princípio, antes que a Terra existisse... Quando ele preparava os céus, lá estava eu; quando traçava um círculo sobre a face do abismo, quando estabelecia o firmamento em cima... eu estava ao seu lado como arquiteto” (Pv 8.23, 27-30). À luz do Novo Testamento, pode-se pensar em Jesus Cristo como aquele que foi tipificado pela “sabedoria”, que estava lá no princípio da criação (Jo 1.1-3; Cl 1.15-17).

O mesmo se pode dizer em relação à “palavra”, que também se apresenta como personalidade que executa a vontade e as ordens de Deus (Sl 107.20; 119.89; 147.18). Há uma relação entre a palavra de Deus criadora em Gênesis (Gn 1.3,6,9,11), e o Filho de Deus como agente da criação (Jo 1.1,14; 1Co 8.6b; Cl 1.16,17; Hb 1.2). Portanto, a sabedoria e a palavra personificadas no AT podem estar apontando para a segunda pessoa da Trindade.

4. A ideia do Messias. O Messias prometido no Antigo Testamento era também apresentado como um personagem com características divinas. Em Isaías 9.6 ele é um cujo nome será: “Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai Eterno, Príncipe da Paz”. Miquéias 5.2 se refere a ele como

“aquele...cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade”. Alguns salmos também atribuem ao Messias natureza divina (Sl 45.6,7; 110.1). O Messias, com aspectos próprios da divindade, é evidência de uma crença num Deus único que se revela em mais de uma pessoa divina.

5. O Espírito divino. É abundante a menção do Espírito de Deus no AT. Ele é o “Espírito de Deus” que age vitalizando a criação (Gn 1.2; Sl 104.30). Isaías faz uma referência mais direta à pluralidade de pessoas na unidade divina: “Não *falei* em segredo desde o princípio; *eu* estava ali desde o tempo em que aquilo se fez; e agora *o Senhor Deus me enviou* juntamente *com o seu Espírito*” (Is 48.16). Nesse texto há menção de três seres distintos, que podem ser entendidos como uma referência à Trindade: o *eu*, que foi enviado e pode referir-se ao Messias, *Deus*, que o enviou, e o *Espírito*, que foi junto com o que foi enviado. A pluralidade na unidade divina, apontada no Antigo Testamento, pode significar que a Trindade estava sendo ali revelada aos poucos, sem enfraquecer a ênfase no monoteísmo.

III. A TRINDADE REVELADA NO NOVO TESTAMENTO

Em o Novo Testamento, aparece claramente a pessoa do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Os três são divinos, mas constituem um só Deus em essência. Há várias passagens que pressupõem ou declaram que Deus é triúno (Mt 3.16,17; 28.19; Jo 14.15-23; At 2.32-36; 2Co 13.13; Ef 1.3-14; 3.16-19). Para esclarecer melhor o fundamento bíblico da doutrina, vamos destacar quatro aspectos.

1. A divindade de Jesus Cristo. Não pode haver dúvida quanto à divindade do Pai e do Espírito Santo. Mas quanto à de Jesus Cristo, precisamos considerar atentamente o que a Bíblia ensina a respeito.

(a) *Há textos que se referem claramente a Cristo como sendo Deus* (Jo 1.1; 1Jo 5.20; Jo 20.28; Rm 9.5; Cl 2.9; Tt 2.13; Hb 1.8-10). Só as declarações

destes textos seriam suficientes para afirmarmos a deidade de Cristo. Mas há mais evidências.

(b) *Os atributos de Deus pertencem também a Cristo.* Ele tem “vida em si mesmo” (Jo 5.26; Jo 1.4); é eterno (Jo 1.1), onipresente (Mt 18.20; 28.20), onipotente (Mt 28.18), imutável (Hb 13.8). Alguns destes atributos, como onipotência e onipresença, ele exerceu mais livremente só depois da ressurreição (Mt 28.18-20), porque antes disso ele estava limitado pelo corpo.

(c) *As obras de Deus são atribuídas a Cristo.* Ele participou da criação do universo e coopera com Deus na sustentação das coisas criadas (Jo 1.3: Cl 1.16,17; Hb 1.2,3). Ele perdoa os pecados (Mc 2.10); enviou o Espírito Santo junto com o Pai (Jo 15.26; At 2.33); vai ressuscitar os mortos e julgar o mundo (Jo 5.29,30; Mt 25.31,32; At 17.31). Estas são obras que só cabem à divindade realizar.

(d) *Os títulos empregados a Cristo revelam sua divindade.*

Ele é “Emanuel... Deus conosco ” (Mt 1.23), “Filho do Altíssimo ” (Lc 1.32), “Filho de Deus” (Mt 14.33), “Deus unigênito” (Jo 1.18), o “ Alfa e o Ômega ” (Ap 22.13), “Rei dos reis e Senhor dos senhores ” (Ap 19.16). Podemos concluir que Jesus não era apenas divino, mas plenamente divino, igual ao Pai (Cl 1.19; 2.9). Esse fato de Cristo ser divino é fundamental para a doutrina da Trindade.

2. A personalidade do Espírito Santo. Esta é outra verdade ensinada no Novo Testamento que dá base para a doutrina da Trindade. Por pessoa nos referimos ao Ser que é dotado de inteligência, autoconsciência, autodeterminação, e consciência moral. Já vimos no capítulo anterior que Deus Pai é um Ser pessoal. Quanto a Jesus Cristo, não pode haver dúvida de ser ele pessoa. Resta aqui fundamentar que o Espírito Santo também tem natureza de pessoa. Três aspectos evidenciam isso.

(a) *O nome do Espírito Santo aparece associado com outras duas pessoas divinas, isto é, com o Pai e com o Filho* (Mt 28.19; 2Co 13.13; 1Pe 1.2).

Ele está associado também com os crentes no consenso de uma assembleia (At 15.28).

(b) *Suas obras são próprias de pessoa*: ele ensina (Lc 12.12), consola (Jo 16.7), convence (Jo 16.8), guia à verdade (Jo 16.13), fala (Jo 16.13).

(c) *Ele está sujeito a ser atingido como uma pessoa*: pelo pecado (Mt 12.31), pela mentira (At 5.3,4), pela tristeza (Ef 4.30). Então, se o Espírito Santo se revela como pessoa, não podemos considerá-lo como mera energia ou poder impessoal, desprovido de inteligência, vontade e consciência moral. Ao contrário, ele é pessoa.

3. A distinção entre as pessoas divinas. Não são a mesma pessoa, como defendia o modalismo. São três pessoas, como se pode observar.

(a) *O Pai é distinto do Filho*. Ele enviou o Filho ao mundo (Jo 3.16; 10.36) e dá testemunho dele (Jo 5.32,37). A declaração de Jesus de que ele e o Pai são um (Jo 10.30) não compromete a verdade da distinção pessoal entre eles, apenas ressalta a igualdade da natureza divina de ambos.

(b) *O Filho é distinto do Espírito*. O Filho roga ao Pai que envie o Espírito Santo (Jo 14.16,17), e o Filho envia o Espírito da parte do Pai (Jo 15.26).

(c) *O Espírito é distinto do Pai e do Filho*. No batismo de Jesus as três pessoas divinas se manifestaram como seres distintos: o Filho foi batizado, o Espírito de Deus veio sobre Jesus em forma corpórea, e ouviu-se a voz do Pai acerca do Filho (Mt 3.16,17). Não são apenas modos diferentes de uma mesma pessoa divina se manifestar. Trata-se de uma distinção real, embora isto não implique em independência entre as pessoas da Trindade, como ocorre entre os seres humanos.

4. A unicidade de Deus . De modo nenhum há qualquer ideia no Novo Testamento de que haja três deuses. O Pai, o Filho e o Espírito Santo constituem um só Deus. Tanto Jesus como os apóstolos afirmaram que Deus é um só. Paulo declara que “há um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos e em todos ” (Ef 4.6). Tiago diz que o fato de Deus ser “um só ” os “demônios também o creem, e estremecem ” Tg 2.19).

Enfim, a unicidade de Deus é uma verdade central no ensino de toda a Bíblia.

Com essas quatro verdades básicas ensinadas no Novo Testamento, isto é, que os três (Pai, Filho e Espírito Santo) são divinos, são pessoas, são distintos entre si, e que há um só Deus, não temos como negar a doutrina da Trindade.

IV. UMA EXPLICAÇÃO SOBRE A DOUTRINA

1. A nossa linguagem é limitada para expressar a doutrina da Trindade.

Há falta de palavras mais apropriados para expressar as ideias envolvidas na doutrina da Trindade. Por exemplo, a palavra “pessoa” para explicar a Trindade é inadequada, mas não se encontrou outra melhor. Bruce Milne diz que “três pessoas” quase chega a indicar três deuses. Mas não apareceu nenhum termo alternativo, de aceitação geral, e a fórmula tradicional mantém-se ainda, apesar de suas limitações.^[Nota 12] O termo “pessoas” sugere personalidades independentes, individualidades totalmente separadas entre si. Mas, no caso da Trindade, pensamos em seres com propriedades de pessoas coexistindo na mesma essência divina, mas conservando cada qual a sua especificidade. Wayne Grudem diz que a teologia passou a usar a palavra *pessoa* para falar da Trindade, “para que possamos dizer algo em vez de não dizer absolutamente nada”.^[Nota 13]

Outro exemplo da linguagem inadequada é a palavra “Deus”, cujo sentido pode dificultar a compreensão da doutrina da Trindade. No Novo Testamento, a palavra “Deus” normalmente é usada com referência específica ao Pai (Mt 6.8; 1Co 8.6; Ef 4.6). Poucas são as vezes que a palavra “Deus” é usada com relação ao Filho, e menos ainda com relação ao Espírito. A palavra “Deus” nas Escrituras expressa a plenitude da deidade e da soberania divina. Certamente esta é a razão da palavra Deus ser usada com muito mais frequência em relação ao Pai. O Filho e o Espírito Santo

integram a plenitude divina, mas eles exercem suas respectivas funções segundo a vontade do Pai, e juntamente com ele.

2. Uma só essência divina. Deus é um em sua essência.

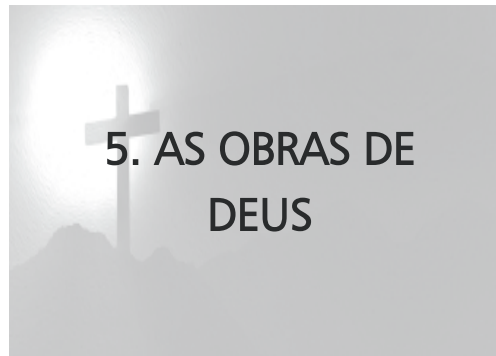
Por *essência* divina entende-se o conjunto de elementos que faz com que Deus seja Deus. Essa essência é única e indivisível na ideia bíblica de Deus (Dt 6.4; Tg 2.19). Portanto, há um só Deus em essência. Cada pessoa da Trindade possui a totalidade da essência divina. Mas cada pessoa na divindade tem sua operação definida numa certa ordem: Pai, Filho, Espírito Santo. Nessa ordem não entra questão de dignidade ou essência, mas somente ordem lógica de derivação ou de função. O Pai não é gerado pelas outras duas pessoas, nem delas procede; o Filho é *eternamente gerado* pelo Pai, e o Espírito *procede* do Pai e do Filho, desde a eternidade.

3. A Trindade na fé cristã. A fé cristã é trinitariana. Cremos que somos salvos por iniciativa do Pai que nos amou e nos escolheu antes da fundação do mundo; por meio de seu Filho Jesus Cristo, que também nos ama e nos libertou dos nossos pecados pelo seu sangue; na ação do Espírito Santo que nos santifica na união com Cristo (Ef 1.3,4; Ap 1.5; 1Pe 1.2).

Esse último texto resume bem a nossa salvação pela Trindade: “eleitos segundo a presciência de Deus *Pai*, pela santificação do *Espírito*, para a obediência e a aspersão do sangue de *Jesus Cristo*”. Assim, adoramos o Pai, o Filho e o Espírito Santo; oramos ao Pai, em nome do Filho, no Espírito Santo. Concebemos o Pai no céu, o Filho entre nós e o Pai, e o Espírito Santo em nós. A Trindade é mais um aspecto da insondável grandeza de Deus, que suscita nossa admiração e louvor.

Nota 12 - Bruce Milne. Conheça a verdade. São Paulo: ABU, 1987, p. 63. [Voltar]

Nota 13 - GRUDEM, Wayne. Teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, 1999. [Voltar]



No estudo dos atributos de Deus e da Trindade vimos aspectos que integram o Ser de Deus e o revelam. Agora vamos considerar as grandes obras de Deus. Veremos que Deus tem um plano eterno, e age de acordo com o seu plano, cumprindo todo o seu propósito. Começaremos, portanto, com o plano eterno de Deus, para depois focar as suas duas grandes obras: criação e providência.

I. O PLANO ETERNO DE DEUS

A doutrina do plano ou planos de Deus, chamada também de decreto ou decretos divinos, será vista aqui no contexto de suas obras em geral; e a predestinação será estudada junto com a doutrina da salvação.

1. Definição . Henry Thiessen define o plano de Deus como o seu propósito eterno, baseado em seu mui sábio e santo desígnio, pelo qual Ele livre e imutavelmente ordenou, eficaz ou permissivamente, tudo o que acontece.^[Nota 14] Com base na sua infinita sabedoria e vontade, Deus decidiu, antes da criação do mundo, o que deveria acontecer no mundo, na história e na vida das pessoas. O plano de Deus não são os preceitos divinos. Estes são as leis e os mandamentos que

Deus ordenou para serem obedecidos, e que, infelizmente, são quebrados com frequência pelo ser humano. O plano de Deus diz respeito a uma

ordenação antecipada, abrangente, imutável, de eventos que ocorrem no mundo e na história.

2. Base bíblica do plano de Deus. Nas Escrituras, tudo que acontece, em todas as áreas, faz parte do plano eterno de Deus. Por exemplo, é Deus quem dá a chuva, e não “os céus por si só” (Jr 14.22). Foi Deus quem determinou, desde a eternidade, a invasão e a destruição de Israel pelas mãos de Senaqueribe, rei da Assíria (Is 37.26). Sobre “um reservatório entre os dois muros, para as águas do açude velho”, Deus declara que foi ele quem o fez, “desde a antiguidade”(Is 22.11). Tudo que Deus planejou na eternidade acontece no devido tempo. “Como pensei, assim se cumprirá; como determinei, assim acontecerá” (Is 14.24,27).

Há muitos exemplos também no Novo Testamento.

A destruição de Jerusalém, anunciada por Jesus, seria o cumprimento de algo já predeterminado por Deus (Lc 21.20-22).

Jesus também viu a traição de Judas e a fidelidade dos demais discípulos como fazendo parte do plano de Deus (Lc 22.22; Jo 17.12). Mateus enfatiza que as coisas que ocorreram com Jesus estavam previstas no Antigo Testamento e por isso tinham que se cumprir (Mt 1.22; 2.15,23; 4.14; 8.17; 12.17; 13.35; 21.4; 26.56). Os apóstolos entenderam que a morte de Jesus foi um acontecimento preordenado por Deus antes dos tempos (At 3.23; At. 4.27,28). A existência das nações na face da Terra segue as determinações de Deus (At 17.26).

3. Características do plano de Deus. Com base nas referências bíblicas, podemos reunir algumas características do plano de Deus.

(a) *O plano de Deus existe desde a eternidade.* Além dos textos já citados, acrescentamos 2 Timóteo 1.9, onde o apóstolo Paulo diz que Deus “nos salvou e nos chamou com uma santa vocação... devido ao seu propósito e à graça que nos foi concedida em Cristo Jesus antes dos tempos eternos”. A certeza dos acontecimentos ocorreu antes da criação do mundo; a concretização deles acontece no devido tempo.

(b) *O plano de Deus baseia-se na sua livre vontade.* O profeta Isaías ressalta que, com referência ao que Deus faz, ninguém “guiou o Espírito do Senhor ou lhe ensinou como conselheiro”, e que a ninguém ele “pediu conselho” (Is 40.13,14).

No tocante à salvação, o apóstolo Paulo afirma que os salvos foram predestinados para se tornarem filhos de Deus, “segundo a boa determinação de sua vontade” (Ef 1.5).

(c) *O plano de Deus inclui tudo.* Paulo fala de Deus como aquele que “faz todas as coisas segundo o desígnio de sua vontade” (Ef 1.11). E o salmista declara que “todas as coisas obedecem a ti” (Sl 119.91). Nenhuma área fica fora das decisões de Deus.

(d) *O plano de Deus é eficaz.* Quer dizer, o que está incluindo no plano de Deus certamente vai acontecer. Isaías 14.24,27 afirma enfaticamente isso.

(e) *O plano de Deus está relacionado primordialmente ao que o próprio Deus faz em termos de criar, preservar, dirigir e redimir.* Erickson explica que “Isso também envolve o querer e o agir humanos, mas apenas secundariamente, isto é, como meios para os fins que ele tem em mente, ou como resultado das suas ações”.^[Nota 15] Significa que as ações humanas estão incluídas no plano de Deus. Jesus afirmou: “Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trazer” (Jo 6.44).

(f) *O plano de Deus é permissivo quanto ao pecado.* Deus não é o operador do pecado, mas ele dá permissão e certeza ao acontecimento dos atos pecaminosos dos seres humanos.

Mesmo nesses atos humanos, Deus age com soberania: ele pode permitir que a vontade pecaminosa humana se realize (At 2.23; 14.16); pode impedir que se faça o mal, ou converter o mal em bem nos seus efeitos (Gn 50.20; Rm 8.28).

Portanto, entendemos que as Escrituras afirmam que Deus planejou todas as coisas que sucedem neste mundo, grandes e pequenas, até mesmo aquelas onde o ser humano se torna ativo com sua livre vontade.

4. O plano de Deus e a liberdade humana. O maior problema que surge com a doutrina do plano divino é quanto à sua relação com a liberdade e a responsabilidade moral do ser humano. As Escrituras ensinam tanto o plano eterno e imutável de Deus quanto a liberdade humana para agir, e sua responsabilidade diante de Deus pelo que faz. Como relacionar estas coisas?

Há duas explicações básicas. A primeira diz que o plano divino foi estabelecido com base no conhecimento antecipado que Deus tinha das ações livres das pessoas. Neste caso, Deus simplesmente levou em conta o que as pessoas fariam no seu devido tempo, por sua livre vontade, e colocou esses acontecimentos da iniciativa humana no seu plano. Esse entendimento baseia-se numa interpretação do termo “presciência” de Deus, que aparece na Bíblia como base para o plano divino (Rm 8.29; 1Pe 1.2). A objeção a esse ponto de vista é que o termo “presciência” parece ir além do simples saber por antecipação. Ele inclui uma decisão voluntária de Deus. Por exemplo, em relação à crucificação de Cristo se diz que ele “*foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus*” (At 2.23). Aqui “presciência” parece estar ligada com a vontade decisiva de Deus de entregar o Filho. Além disso, como ficaria o governo de Deus, se os acontecimentos da história dependessem apenas da vontade humana? Como poderia Deus dirigir o mundo assim? O que seria do plano da salvação?

A segunda explicação, que me parece melhor, leva em conta a natureza da liberdade humana. O que é essa liberdade? Em que sentido o ser humano é livre? Millard Erickson faz considerações importantes sobre essa questão. Ele argumenta que o ser humano é livre no sentido de que ele não é constrangido a fazer o que não quer. Ele pode escolher fazer somente o que lhe agrada ou lhe é conveniente. Mas a pessoa não é totalmente livre com respeito aos seus desejos e conveniências; não é totalmente livre quanto ao que lhe agrada ou não. As decisões são em grande parte influenciadas por certas características que a pessoa possui e ela não é capaz de alterar essas características por sua própria escolha.

Existe, portanto, limitação quanto ao que a pessoa é, deseja e quer. “Portanto, minha liberdade precisa ser compreendida como minha capacidade de fazer opções à luz de quem eu sou. E quem eu sou é resultado da decisão e atividade de Deus. Deus está no controle de todas as circunstâncias que influenciam minha vida”.^[Nota 16]

Creemos, portanto, que a liberdade humana é limitada e condicionada. Acima dessa liberdade humana está a soberania de Deus com o seu plano eterno, que abrange todas as coisas, inclusive as ações livres dos indivíduos. Nesse plano divino há também liberdade de escolha por parte do ser humano, mas não de modo absoluto. Em tudo somos dependentes de Deus (Tg 4.13-15).

II. A CRIAÇÃO DO UNIVERSO

Estabelecido o plano acerca de todas as coisas antes dos tempos, Deus passa a dar cumprimento a ele. A criação do universo aparece como a primeira grande obra de Deus.

As Escrituras afirmam, reiteradamente, que Deus é o criador de todas as coisas (Is 45.12; At 17.24; Rm 11.36; Ef 3.9; Ap 4.11). Mas o registro mais claro e direto da criação do universo e de tudo o que nele há está em Gênesis 1 e 2. As Escrituras começam com essa grande afirmação: “No princípio, Deus criou os céus e a Terra” (Gn 1.1). A expressão “os céus e a Terra” aqui designa todo o universo. Há alguns aspectos da obra divina da criação que vamos destacar aqui.

1. A criação foi imediata e mediata. Criação imediata é o ato de Deus pelo qual ele fez o universo sem o uso de material preexistente. É a criação “do nada”. Esta é a criação referida em Gênesis 1.1. Antes desse ato criativo de Deus, nada havia, exceto a Trindade. Daí dizer-se que Deus criou os céus e a Terra “no princípio” (Gn 1.1). Outro tipo de criação é a mediata, quer dizer, aqueles atos de Deus que dão origem às coisas a partir de algo já

criado. Pelo menos algumas das obras dos “seis dias” foram feitas mediante o emprego de algo anteriormente criado. O texto bíblico diz que Deus ordenou que “a terra” produzisse os vegetais e os seres vivos terrestres (Gn 1.11,12, 24), e que “as águas” produzissem os seres vivos aquáticos e as aves (Gn 1.20). Mas mesmo com a mediação desses materiais, o texto afirma que foi Deus quem criou todos os seres vivos (Gn 1.21,25). No caso do homem, Deus fez uso do “pó da terra” (Gn 2.7); e para criar a mulher, usou “uma das costelas” do homem (Gn 2.21,22).

2. “A Terra era sem forma e vazia”. Depois de afirmar que “Deus criou os céus e a Terra”, o texto bíblico diz que “A Terra era sem forma e vazia” (Gn 1.2). Como explicar essa criação disforme e vazia? Há duas teorias: a da catástrofe, e a do caos.

(a) *A teoria da catástrofe.* Esta explicação diz que a obra ficou acabada no primeiro ato da criação (Gn 1.1), mas depois sofreu uma catástrofe em forma de juízo de Deus, que resultou numa criação “sem forma e vazia” (Gn 1.2), e foi reconstruída nos “seis dias”. Argumenta-se que essa explicação é apoiada pelo fato de Deus ter agido de forma semelhante no dilúvio, e também pela promessa de um juízo final e de uma nova criação. Alguns ainda acrescentam que Deus não faria algo “imperfeito”, imaginando-se que a Terra disforme e vazia signifique obra imperfeita.

(b) *A teoria do caos.* Esta diz que Deus criou um universo em caos na sua primeira fase (Gn 1.1), e depois, nos “seis dias”, ele deu prosseguimento e completou a obra. A criação teria assim envolvido algumas etapas distintas até ficar completa.

Entre a criação original de Gênesis 1.1 e as obras dos seis dias pode ter havido um longo período de tempo. Entre o primeiro ato criativo e o último, que foi a criação do homem, pode ter havido lugar para todas as eras geológicas. Isso poderia combinar com algumas afirmações da ciência quanto à idade da Terra. Essa interpretação do caos me parece mais aceitável do que a da catástrofe.

3. Os dias da criação . Alguns interpretam os dias da criação como dias de 24 horas, como nós conhecemos. Neste caso, a criação dos animais terrestres, do homem, seu trabalho junto aos animais, e a criação da mulher, tudo isso teria ocorrido num só dia (Gn 1.24-31; 2.19-24). Mas não parece razoável que tudo isso tivesse acontecido num dia de 24 horas.

Também esse entendimento parece um pouco estranho se considerarmos o modo como Deus tem feito as coisas na história. O mais provável é que cada dia da criação corresponde a um período indefinido de tempo. Uma base para esse entendimento é que o termo “dia” (*yom*) é empregado de três modos diferentes no texto de 1.1 a 2.4: refere-se à luz que foi separada das trevas, refere-se também à luz e a escuridão juntas (1.5), e refere-se ainda a todos os dias da criação juntos (2.3). Há também outras passagens em que “dia” significa um período indefinido de tempo, tanto no Antigo como no Novo Testamento (Dt 32.35; 1Sm 13.22; Ap 6.17; 2Co 6.2; Sf 1.7,14).

Observamos também que houve uma sequência crescente nas categorias das coisas criadas. Os inorgânicos precedem os orgânicos, os vegetais precedem os animais, e os animais precedem o homem. O ser humano é a coroa da criação, que recebeu de Deus autoridade para sujeitar a terra, os peixes, as aves e os animais.

4. O propósito da criação. Com que propósito Deus fez o universo? Há duas posições, mas que podem ser combinadas.

(a) *Para alguns, o mundo foi criado para a felicidade do ser humano.* O universo e tudo o que nele há foi criado por Deus tendo em vista a felicidade da criatura humana, que é a coroa da criação. A base do argumento é que Deus é suficiente para si mesmo e não tem necessidade de nada que lhe advenha da criação. Porém, em sentido contrário, podemos afirmar que o ser humano é apenas uma criatura e, por isso, não pode ser o fim da criação - o temporal encontra sua finalidade no eterno, e não o contrário. Além disso, a imensidão do universo não teria sentido se tudo foi feito para o bem do ser humano.

(b) *A posição mais fundamentada nas Escrituras é que o mundo foi criado para a glória de Deus.* O verdadeiro fim da criação não se encontra fora de Deus, mas nele mesmo. Quer dizer, Deus criou todas as coisas para manifestar a sua glória: a suprema grandeza do seu poder, sabedoria e bondade (Rm 1.20). Assim, a manifestação da glória divina inclui o bem-estar e a felicidade de suas criaturas, que admiradas e gratas, expressam louvor e gratidão ao Criador. Há bastante base bíblica para esse entendimento (Is 43.7; 60.21; 61.3; Lc 2.14; Rm 9.17; 11.36; 1Co 15.28; Ef 1.5,6,9,12,14; 3.9,10; Cl 1.16).

5. Teorias contrárias à doutrina da criação. Há várias teorias acerca da origem do universo que contrariam a doutrina bíblica. As três principais são: (a) *O dualismo.* A teoria do dualismo afirma que há dois princípios auto existentes, eternos e distintos: Deus e a matéria. Neste caso, Deus não criou a matéria, apenas fez uso dela.

Deus não é o criador do mundo, mas apenas o estruturador e artífice dele. Porém, na doutrina bíblica da criação, na origem do universo não há causa material, mas apenas a vontade livre e soberana de Deus.

(b) *Emanação ou panteísmo.* Esta teoria sustenta que o universo é de uma substância idêntica com Deus, e que o mundo é o produto de sucessivas emanções do ser divino.

Esta concepção nega a infinitude e a transcendência de Deus por atribuir-lhe um princípio de evolução, de crescimento e progresso, que caracteriza somente o finito e o imperfeito.

Conduz ao panteísmo.

(c) *Geração espontânea.* Esta sustenta que a criação é meramente um processo natural ainda em desenvolvimento, em que a matéria mesma tem o poder de desenvolver-se para formas orgânicas, gerando a vida. O termo geração espontânea, ou abiogênese, implica em que as coisas vivas foram produzidas de objetos inanimados. Contudo, não há evidência de que a abiogênese tenha procedência.

Em conclusão pode-se afirmar que nem a ciência nem a filosofia têm dado uma explicação satisfatória sobre a origem do universo. A melhor resposta vem da revelação bíblica, aceita pela fé (Hb 11.3), segundo a qual Deus criou todas as coisas, em atos livres da sua vontade soberana, e tudo fez para a sua própria glória, incluindo neste fim a existência feliz de todas as suas criaturas.

A doutrina bíblica da criação tem implicações práticas.

Primeiro, devemos adorar e louvar a Deus pela sua criação (Sl 104.1,24,33; 148; Ap 4.11). Segundo, devemos apreciar com admiração as obras de Deus (Sl 145.5). Elas revelam a majestade de Deus (Sl 19.1). Terceiro, devemos zelar por aquilo que Deus criou para a sua própria glória e nos responsabilizou pelo seu cuidado. Somos os administradores de Deus no mundo (Gn 1.28).

III. A PROVIDÊNCIA DIVINA

A segunda grande obra de Deus, depois da criação, é a providência. *Providência é o permanente cuidado de Deus para com as suas criaturas, envolvendo preservação e direção de todas as coisas para o seu fim predeterminado.* Portanto, providência envolve dois aspectos básicos: preservação e governo de Deus.

1. A providência de Deus na preservação . Preservação designa a obra contínua de Deus pela qual ele mantém as coisas que criou. A Bíblia diz que Deus sustenta e cuida de toda a sua criação (Sl 107.8,9; 145.14,15). O cuidado de Deus não é apenas para com os seres humanos: estende-se também ao mundo físico, vegetal e animal. Nada escapa ao seu cuidado (Mt 6.25-34; 10.29; At 17.28). Tudo é mantido pela agência divina (Cl 1.17; Hb 1.3). A continuidade da criação, em última análise, não provém de algum elemento inerente à substância criada, nem de suas propriedades,

nem das leis gerais da natureza, mas sim do constante exercício do poder de Deus, que mantém as leis, as propriedades e as substâncias criadas.

Uma ideia errônea é o conceito *deísta*, segundo o qual Deus dotou a matéria de certas propriedades, colocou-a sob leis inalteráveis e depois a deixou mover-se por si mesma, independentemente de todo o suporte ou direção de fora.

Mas este conceito não é bíblico. Ele torna a criatura auto subsistente e afasta Deus para longe da criação, de modo que a comunhão com ele vem a ser uma impossibilidade prática; também porque a Bíblia ensina que Deus age no mundo e na história, sustentando a sua criação (Mt 6.26-30; At 14.17; 17.25-28).

2. A providência de Deus no governo do mundo. O segundo elemento contido na ideia da providência divina é o governo de Deus. O governo de Deus é a sua constante atividade na direção de todas as coisas, garantindo a realização dos seus propósitos. Como já foi dito acima, o propósito final da criação é a glória de Deus, e isto inclui a redenção como meio (Ef. 1.3-14; 3.20,21; 2Pe 1.4), de cujos benefícios toda a criação participa (Rm 9.19-21; Ef 1.10). O governo de Deus abrange todo o universo: alcança a natureza física, a criação animal e espiritual (Sl 104.14,21; 135.7; 147.8,9,16,17; Mt 6.26; 10.29). Atinge também as particularidades da vida e da história (Dn 2.21; 5.21; 1Sm 2.6; Pv 16.9; Tg 4.15). Nada escapa à sua direção.

Deus governa o mundo através de leis. Essas leis variam conforme a natureza do mundo e o propósito imediato dos atos divinos. Há três tipos de leis que Deus usa no seu governo.

(a) *Leis físicas.* Deus usa leis físicas para governar o mundo físico. As leis físicas estão na própria natureza das coisas criadas. Essas leis não operam por si mesmas na natureza, independentemente da vontade de Deus. Deus tem o mundo em suas mãos (Is 40.12-17). É Deus quem opera as leis no mundo físico, e elas são obedecidas à risca, sem contestação (Sl 104.8,9; 148.6).

(b) *Leis morais*. Deus usa leis morais para governar o mundo moral . Algumas dessas leis foram colocadas por Deus na consciência das pessoas (Rm 2.14,15); outras estão reveladas nas Escrituras. No mundo moral, as leis estão sujeitas a transgressões. Mas o governo continua sendo de Deus: ele estabeleceu as leis e as aplica na vida de cada criatura (At 17.30,31; Rm 2.5,6).

(c) *Leis espirituais*. Deus usa leis espirituais para governar o mundo espiritual. O Espírito de Deus age no mundo e na vida das pessoas, tendo em vista alcançar o que ele antes designou para o ser humano (Ez 36.27; Gl 5.22,23). O evangelho de Cristo opera como uma lei espiritual para que a salvação seja realizada (Rm 1.16,17). A oração também funciona segundo as leis espirituais (Jo 15.7; Tg 5.13-15).

As leis do governo de Deus estão relacionadas numa ordem hierárquica, sendo as leis espirituais as superiores.

Assim, por força de leis espirituais Deus pode atender a uma oração, por exemplo, e remover a culpa e as consequências eternas de um ato imoral. Ou pode impedir o curso de uma lei física num determinado ponto, e produzir um efeito diferente do natural, isto é, um milagre. Assim, o cristão, que vive guiado por leis espirituais, tem melhores condições de ter uma vida mais vitoriosa e feliz neste mundo (Rm 8.13; Gl 5.16-18).

3. Milagres no governo de Deus. Os milagres situam-se na dimensão espiritual do governo de Deus. Significa um acontecimento extraordinário que resulta de uma ação direta de Deus sobre algo, produzindo um efeito que não pode ser explicado pelas leis naturais conhecidas. O milagre não é produzido por agentes naturais, embora possa envolver fenômenos da natureza. Milagre é o efeito produzido por uma vontade soberana além da natureza. Os efeitos das leis naturais são suspensos num determinado ponto e momento, criando-se algo novo, pelo poder de Deus. O propósito maior do milagre é atestar a presença atuante de Deus e tornar Deus mais conhecido em sua bondade e poder.

IV. O PROBLEMA DO MAL NO MUNDO

Quando pensamos no governo de Deus, deparamo-nos com a realidade do mal no mundo. Aí surge a questão: Se Deus governa o mundo, por que há tanta maldade e sofrimento? Será que Deus não quer acabar com o mal? Ou não pode? Qualquer uma dessas alternativas parece chocar-se com a ideia de um Deus bom e todo poderoso, que governo o universo. Precisamos refletir.

1. O que é o mal . O mal consiste na privação ou perversão de algo bom. A essência do mal é a ausência do que é bom. Mas, como saber o que é bom? Certa feita Jesus afirmou que “Ninguém é bom, senão um, que é Deus” (Mc 10.18).

Certamente ele estava dizendo que Deus é o suprasumo do bem, tanto no seu Ser como em tudo o que faz (Gn 1.31).

Por consequência, a vontade dele para nós é “boa, agradável e perfeita” (Rm 12.2).

O ser humano, embora tenha sido criado perfeito por Deus, perverteu-se com o pecado e passou a ser também um agente do mal. A Bíblia declara que nos dias do dilúvio a “maldade do homem na Terra era grande” (Gn 6.5). O profeta afirma que “O coração é enganoso e incurável, mais que todas as coisas” (Jr 17.9). A conclusão do apóstolo Paulo é que “Não há justo, nem um sequer” (Rm 3.10). Não significa que não há pessoa boa e honesta, pois há; mas não existe ninguém perfeito. Logo, o julgamento humano do que é bom e do que é mal não é totalmente seguro. Precisamos da ajuda da Palavra de Deus e de uma consciência purificada e iluminada pela Palavra, para que saibamos distinguir melhor o que é bom e o que não é.

Devemos também considerar que há dois tipos de mal: o mal moral e o mal natural. O *mal moral* é aquilo que se opõe ao caráter de Deus (o pecado). É tudo aquilo que vai contra à bondade e à justiça divina. Esse tipo

de mal é sempre causado por agentes morais (os anjos e os seres humanos), isto é, aqueles que têm a capacidade de distinguir entre o certo e o errado e a liberdade de escolher entre um e outro. Por outro lado, o *mal natural* não se opõe ao caráter de Deus, e geralmente é causado pela natureza física ou por agentes não morais, como os animais. Assim são os terremotos, as doenças, os ferimentos causados por animais, *etc.*

2. origem do mal. Deus não criou o mal . O que Deus fez na criação “era muito bom” (Gn 1.31). Deus é “tão puro de olhos que não podes ver o mal, e que não podes contemplar a perversidade” (Hc 1.13). Ele “não pode mentir” (Tt 1.2); “Ele permanece fiel, porque não pode negar-se a si mesmo”(2Tm 2.13). “Deus não pode ser tentado pelo mal e ele a ninguém tenta” (Tg 1.13). “Deus é luz e nele não há trevas nenhuma” (1Jo 1.5). O mal é algo repugnante para Deus e objeto de sua condenação.

O mal teve origem nas criaturas. A evidência bíblica é que o mal começou no exercício da vontade livre de seres morais, criados por Deus. Primeiro foi Satanás e seus anjos que “pecaram” (2Pe 2.4; Jd 6). Depois foi o ser humano que caiu do seu estado original mediante a ação tentadora de Satanás (Gn 3.1-6). Como forma de juízo e condenação pela queda, Deus sujeitou a humanidade e a Terra a uma condição de existência diferente da condição original (Gn 3.7-24).

Desde então, o mal e o sofrimento passaram a fazer parte da história e da vida humana. Pelo seu afastamento de Deus, que é a fonte de todo o bem, o ser humano está numa condição espiritual e moral que o leva à prática do mal (Rm 1.21-31).

3. O mal será vencido. Deus é bom. A Bíblia declara que “O Senhor é bom para todos, e as suas misericórdias estão sobre todas as suas obras” (Sl 145.9). “A bondade do Senhor é a razão de não sermos consumidos... renovam-se cada manhã”(Lm 3.22,23). Pela sua bondade, Deus se compadece dos que estão na miséria ou na desgraça, independentemente

dos seus méritos. Ele tolera os rebeldes e maus nas suas prolongadas desobediências.

Mas a bondade de Deus é santa e justa. Há um padrão de santidade e justiça na natureza divina ao qual a sua bondade está inseparavelmente ligada. Por isso, no relacionamento do Criador com as criaturas não podemos esperar somente “bondade”, mas também “severidade” - punição, correção (Rm 11.22). Mesmo assim, “todas as coisas concorrem para o bem daqueles que o amam” (Rm 8.28).

Em conclusão deste capítulo lembramos que Deus está cumprindo o seu plano eterno. Ele criou o mundo e todas as coisas com propósitos definidos, e providencia para que as coisas criadas sejam mantidas e dirigidas para o cumprimento dos respectivos propósitos. Mas por causa do mal que se instalou no mundo, agora convivemos com sofrimento e morte. Contudo, na sua providência Deus age para que “a própria criação seja libertada do cativeiro da degeneração, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (Rm 8.21).

Aqui entra o plano da redenção, como veremos mais adiante.

Nota 14 - THIESSEN, Henry C. Palestras em teologia sistemática. São Paulo: IBR, 1987, p. 96.
[Voltar]

Nota 15 - Ibidem, p. 349. [Voltar]

Nota 16 - Ibidem, p. 353. [Voltar]



O estudo acerca dos anjos (*angelologia*) é importante pelo menos por duas razões. Primeiro, porque eles são mencionados na Bíblia do princípio ao fim (Gn 3.24; Ap 22.16); aparecem em cerca de metade dos livros da Bíblia. Segundo, porque os anjos estão sempre presentes na crença de muitos cristãos e de não cristãos, com concepções diferentes acerca deles, e implicações práticas. Vamos examinar o que a Bíblia diz sobre eles, incluindo os anjos maus, isto é, Satanás e os demônios. Quem são os anjos? Quais as suas categorias?

O que fazem?

I. EXISTÊNCIA E NATUREZA DOS ANJOS

1. A existência dos anjos . Na história bíblica, os anjos são referidos como seres que realmente existem. Os anjos tiveram uma participação importante na vida do povo hebreu, fazendo comunicações da parte de Deus, dando livramento e proteção, ou executando juízos sobre os seus inimigos. Nos dias de Jesus, os fariseus criam na existência real dos anjos, tantos anjos bons como maus. Por outro lado, os saduceus negavam tal realidade. Jesus cria na existência e nas ações desses personagens sobrenaturais, bons e maus. Os cristãos sempre manifestaram sua crença na existência dos anjos, desde os primeiros momentos da igreja e durante toda a sua história.

Grandes teólogos, como Agostinho, Lutero, Calvino, e tantos outros, sustentaram a mesma crença.

2. Quem são os anjos. O nome “anjo” (*mal’akh*, hebraico; *angelos*, grego) significa mensageiro; normalmente se refere a um mensageiro do bem, sobrenatural. Além do nome “anjos”, eles também são chamados de “filhos de Deus” (Jó 1.6), “santos” (Sl 89.5,7), “sentinelas” (Dn 4.13,17), “exército celestial”(Lc 2.13), “espíritos” (Hb 1.14). De modo geral, a palavra “anjo” designa *um grupo distinto de seres espirituais, criados perfeitos por Deus, dotados de personalidade*. Por motivo de rebelião, alguns deles perderam a sua condição de anjos bons e tornaram-se opositores de Deus e do seu povo. A ideia de anjos, portanto, comporta tanto os anjos bons como os maus.

O Apocalipse se refere a esses dois tipos de anjos e suas lutas entre si (Ap 12.7,8). Vamos destacar três aspectos da natureza dos anjos.

(a) *Os anjos são seres espirituais criados por Deus*. Eles são “espíritos” (Mt 8.16; Hb 1.14); não possuem “carne e osso” (Lc 24.39), nem “sangue” (Ef 6.12). Eles podem estar presentes em grande número em um espaço muito limitado (Lc 8.30). São “invisíveis” (Cl 1.16). Mas eles podem tomar forma humana ou semi-humana (Gn 18.2; Lc 2.8-14), para se comunicarem conosco. Eles foram criados por Deus (Sl 148.5; Cl 1.16). O tempo da criação não foi revelado.

Provavelmente foi antes da criação do ser humano, já que este foi o último ato criativo de Deus, segundo Gênesis 1 e 2.

(b) *Os anjos são seres dotados de personalidade*. Quer dizer, eles têm inteligência, consciência própria, autodeterminação e consciência moral. A Bíblia declara que eles são sábios (2Sm 14.20), superiores aos homens em conhecimento (Mt 24.36); que eles são dotados de grande poder, acima da capacidade humana (Sl 103.20; Mt 26.53); que eles têm natureza moral.

(c) *Há anjos bons e anjos maus*. Os anjos bons são referidos como “anjos eleitos” (1Tm 5.21). Eles sempre contemplam a face de Deus (Mt 18.10), e servem de exemplo de obediência para nós (Mt 6.10). Eles não estão

sujeitos à morte (Lc 20.35,36). Por outro lado, os anjos maus são os que se rebelaram contra Deus e caíram. Eles são tidos por mentirosos e pecadores (Jo 8.44; 1Jo 3.8, 10) e serão punidos pela sua desobediência (2Pe 2.4; Jd 6; Mt 25.41; Ap 20.10). Voltaremos a falar sobre os anjos maus.

II. AS ORDENS E SERVIÇO DOS ANJOS

1. As ordens dos anjos . Os anjos bons existem em quantidade inumerável; são “milhares de milhares” (Sl 68.17; Ap 5.11), quer dizer, existem em quantidade indeterminada, porém grandíssima. Eles estão organizados em ordens ou categorias diferentes. Podemos identificar na Bíblia cinco ordens ou grupos.

(a) *Os querubins*. Ao que parece, os querubins representam uma ordem mais elevada de anjos, os mais próximos de Deus. Eles guardavam o caminho da árvore da vida no Éden (Gn 3.24). Estavam representados no lugar mais santo do tabernáculo, observando e cobrindo o propiciatório (Ex 25.18,20; Hb 9.5). Eles estão intimamente relacionados com o trono de Deus (Sl 80.1; 99.1; Is 37,16), e constituem a carruagem de Deus para descer à Terra (2 Sm 22.11; Sl 18.10). Às vezes são representados, simbolicamente, de várias formas, expressando seu extraordinário poder e majestade (Ez 1; Ap 4).

(b) *Os serafins*. Os serafins são mencionados somente na visão que o profeta Isaías teve do Senhor assentado no alto e sublime trono (Is 6.1-3,6,7). Literalmente, “serafins” significa “ardentes”. Na passagem de Isaías, esses anjos aparecem servindo a Deus ao redor do trono, cantando louvores a Deus e sempre prontos a cumprir as ordens de Deus. Eles têm uma relação muito próxima com os querubins.

(c) *Os arcanjos*. Um dos arcanjos é mencionado nominalmente: Miguel (Jd 9). Miguel é um “príncipe”, defensor do povo de Deus (Dn 10.13,21;

12.1; Ap 12.7). Há quem pense que Miguel é um designativo da segunda pessoa da Trindade.

Mas essa é uma interpretação errônea. Há uma clara distinção entre Miguel e Cristo na Bíblia (Ap 12.5,7). Outro anjo mencionado pelo nome é Gabriel (Dn 8.16; 9.21; Lc 1.19,26) .

Parece que a sua principal função é servir de intermediário e intérprete de revelações especiais. Embora não se diga que Gabriel é um arcanjo, é possível que o seja. A volta de Cristo será anunciada por um arcanjo (1Ts 4.16).

(d) *O anjo do Senhor*. Alguns textos do Antigo Testamento falam do “anjo do Senhor” (Gn 16.7s; 21.17s; Ex 3.6s; 32.34s; Jz 2.1; Zc 3.1-6). Esse ser angelical aparece distinto de Deus e ao mesmo tempo como sendo o próprio Deus. Para muitos, o anjo do Senhor é uma manifestação da segunda pessoa da Trindade, antes da encarnação, mas não há certeza disso, embora essa figura deixe de aparecer no Novo Testamento.

(e) *Outras ordens angelicais*. A Bíblia menciona outros grupos de anjos que ocupam posição de autoridade no mundo angélico. Esses grupos são designados por diferentes nomes nas versões bíblicas. Na *A21*, eles são referidos como “principados e poderios” (Ef 3.10; Cl 2.10), “dominações” (Cl 1.16), “autoridade” (Ef 1.21). Provavelmente esses nomes não designam espécies diferentes de anjos, e sim diferentes posições de autoridade entre eles no reino celestial.

2. O serviço dos anjos bons. Os anjos que não caíram servem a Deus e ao seu povo. Eles louvam a Deus continuamente (Sl 103.20; 148.2; Is 6.3; Ap 5.11,12). Cumprem fielmente as ordens divinas: executam juízos de Deus na Terra (Gn 19.13; 2Rs 19.35; At 12.23; 2Ts 1.7,8; Ap 20.1-3); anunciam os atos de Deus na história (Gn 18.9-16; Ex 14.19,20), especialmente na história da redenção (Lc 1.11-20,26-38; 2.8-15; Mt 1.20; 2.13; At 10.3-6). Eles ministram em favor dos que vão herdar a salvação (Hb 1.14). Regozijam-se com a conversão dos pecadores (Lc 15.10).

Exercem proteção aos crentes (Sl 34.7; 91.11). Provavelmente, os anjos encaminham os justos falecidos à presença de Deus (Lc 16.22; Mt 13.39). Eles participarão do evento da segunda vinda de Cristo (Mt 24.31; 25.31; 2Ts 1.7).

Apesar de os anjos serem grande em majestade e poder, e dos relevantes serviços que eles prestam a Deus e ao seu povo, eles não devem ser invocados e adorados pelos seres humanos (Ap 22.8,9). Os anjos servem a Deus e ministram em nosso favor, em submissão a Cristo, nosso Senhor, a quem invocamos (Hb 1.5-2.9).

III. OS ANJOS MAUS

1. Origem. Os anjos que agora são maus foram criados por Deus como anjos bons, mas caíram da posição em que foram criados (2Pe 2.4; Jd 6). Provavelmente, à luz das evidências bíblicas, a causa do afastamento desses anjos da presença de Deus foi sua exaltação e sua aspiração pela autoridade suprema. Isaías 14.4,12-15 e Ezequiel 28.2,12-17, falando a respeito dos reis da Babilônia e de Tiro, respectivamente, provavelmente também se referem à queda de Satanás como o poder soberano que agia por trás daqueles reis, como se pensava naquele tempo. Há certas expressões nesses relatos que não caberiam àqueles reis, senão a Satanás.

2. Satanás e os demônios. Satanás é reconhecido na Bíblia como o chefe dos anjos caídos. Ele é chamado de “Satanás”, que quer dizer *adversário*. Outro nome é “Diabo”, que significa *caluniador*, difamador. Ele é ainda chamado de “grande dragão, a antiga serpente” (Ap 12.9). E ainda *Abadom* (heb) e *Apoliom* (gr), o “anjo do abismo” (Ap 9.11).

Satanás é o ser espiritual supremo do mal, que, embora criado perfeito por Deus, rebelou-se contra o Criador, levando consigo outros anjos (demônios), com os quais promove uma ação contra Deus e seu povo na Terra. Portanto, Satanás tem “seus anjos” (Mt 25.41; Ap 12.7), ele é “chefe

dos demônios”(9.34), é “o príncipe do poderio do ar” (Ef 2.2), “o príncipe deste mundo” (Jo 14.30; 16.11). Ele originou o pecado no mundo (Gn 3.1,4; Jo 8.44; 2Co 11.3; 1Jo 3.8; Ap 20.2,10).

Não significa que Satanás tem o controle de todo mundo físico ou da humanidade, pois Deus é quem detém todo o poder no céu e na Terra. O que Satanás tem sob seu controle é este mundo mau, quer dizer, a parte da sociedade organizada sem referência a Deus, com valores contrários aos valores do reino de Deus (Rm 1.21-31; Ef 2.12). Satanás tem grande poder, mas não é onipotente nem onisciente. Ele está limitado por um poder maior, o de Cristo (Mt 12.29; Ap 20.2).

3. Ações de Satanás e dos demônios. Esses espíritos maus maldizem a Deus, pelejam e procuram destruir a obra divina. Eles atormentam os homens e se esforçam para arrastá-los ao mal. Procuram cegar e desviar até os eleitos de Deus.

A estratégia de Satanás é variada: tenta (Gn 3.1s; Mt 4.1-11), cega a mente em relação à verdade (2Co 4.4), confunde, engana, falsifica, imita (2Co 11.14,15; 2Ts 2.9; Ap 20.3); induz à mentira (At 5.3) e à imoralidade (1Co 7.5); semeia joio para enganar e atrapalhar a obra de Deus (Mt 13.38s; 1Ts 2.18); promove perseguição (Ap 2.10), difamação e calúnia (Ap 12.10); cria problemas físicos (2Co 12.7-10), oprime.

Os demônios participam das estratégias de Satanás. Especificamente, eles promovem doutrinas falsas (1Tm 4.1-3), podem possuir homens e animais (Mc 5.12,13), causar doenças (Mt 9.33); e alguns deles enganam as nações (Dn 10.13; Ap 16.13,14; Is 24.21).

Não podemos subestimar o poder do inimigo. Estamos em guerra espiritual contra eles (Ef 6.12). Satanás e os demônios servem-se do mundo moral e espiritual que eles controlam e da nossa natureza carnal para nos induzirem ao erro, e muitas vezes eles agem diretamente nas pessoas.

Porém, eles já foram vencidos por Cristo (Mc 3.27; Cl 2.15; Hb 2.14,15). Seu poder está enfraquecido e, no tempo que lhes resta, caminham para a

destruição final: serão lançados ao “fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos” (Mt 25.41; Ap 20.10). Mas nós precisamos nos fortalecer “no Senhor e na força do seu poder”, revestindo-nos “de toda a armadura de Deus”, para que possamos “permanecer firmes contra as ciladas do Diabo” (Ef 6.10,11). Isso significa que devemos estar preparados, atentos, e resistir às investidas do Diabo, “firmes na fé” (1Pe 5.8).



Além dos anjos, que são criaturas espirituais, desprovidas de corpo físico, como vimos no capítulo anterior, Deus também criou o ser humano, uma nova espécie de criatura.

O estudo da espécie humana na revelação bíblica (*antropologia bíblica*) é importante para esclarecer a natureza da pessoa humana, seu lugar na ordem da criação e sua relação com o Criador. Vamos examinar aqui a origem do ser humano, sua natureza constitutiva, a origem da alma e o significado da imagem de Deus nele.

I. A ORIGEM DO SER HUMANO

1. O ser humano foi criado por Deus. A Bíblia afirma que “Deus criou o homem” (Gn 1.27); que “o Senhor Deus formou o homem do pó da terra e soprou-lhe nas narinas o fôlego da vida” (Gn 2.7); e que “o Senhor Deus... formou a mulher e a trouxe ao homem” (Gn 2.22). Há várias outras passagens bíblicas que fazem essa mesma afirmação. Jesus disse: “desde o princípio o Criador os fez homem e mulher” (Mt 19.4). A espécie humana não é produto do acaso, nem o resultado de algum processo aleatório de evolução. Segundo as Escrituras, o ser humano veio a existir por um ato criativo da vontade soberana de Deus.

Na feitura da pessoa humana Deus empregou tanto o elemento material como o espiritual. O corpo humano Deus fez do pó da terra, matéria que já tinha sido criada por ele (Gn 2.7). Mas além do corpo material, Deus concedeu à criatura humana um elemento imaterial, de natureza espiritual, vindo diretamente de Deus. Deus soprou-lhe “o fôlego da vida”, tornando o homem uma “alma vivente”, isto é, um ser vivo (Gn 2.7). Segundo o ensino geral das Escrituras, nesse sopro divino não veio apenas o “fôlego da vida”, veio também o “espírito”, que distingue a criatura humana dos animais. É o espírito no homem que o torna capaz de conhecer o Criador e relacionar-se com ele. Na morte o corpo volta à terra, e o espírito volta a Deus (Ec 12.7).

Constituído de elementos material e espiritual, o ser humano ocupa o ápice na ordem da criação. Foi a última obra que Deus fez. E o fez conforme a sua imagem e semelhança (Gn 1.26,27). Deus lhe concedeu também autoridade e poder para sujeitar a Terra e dominar sobre todas as criaturas (Gn 1.28). Um alto privilégio, e também uma grande responsabilidade, porque disso Deus vai pedir conta (Ec 12.14; 2Co 5.10).

Como vimos, a doutrina bíblica acerca da origem do ser humano opõe-se a qualquer teoria que exclua a ação deliberada de Deus na origem da humanidade; ou que iguale o ser humano em sua natureza essencial com os animais irracionais; ou que reduza a pessoa humana a um mero ser desprovido de qualidades espirituais. A criatura humana traz em si a imagem de Deus, embora agora essa imagem no homem esteja desfigurada pelo pecado, como veremos mais a diante.

2. Adão, o primeiro homem. Na Bíblia, Adão é visto como um personagem histórico, o cabeça da raça humana.

O nome “Adão”, além de ter o sentido de “humanidade”, é também o nome próprio do primeiro homem criado por Deus. O apóstolo Paulo considerou Adão como uma pessoa real, que viveu na histórica, e não apenas como uma figura simbólica (Rm 5.12-19; 1Co 15.21,22). Ele contrasta

Adão com Jesus Cristo, referindo-se a ambos como personagens reais da história da humanidade, cada um encabeçando um tipo de humanidade.

A Bíblia afirma que todos os seres humanos procedem de Adão. À época quando Deus criou Adão “nem havia homem para lavrar a terra” (Gn 2.5). E depois que Adão havia sido feito, Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2.18). De fato, Adão é referido na Bíblia como “o primeiro homem” (1Co 15.45). E quando Eva foi formada, foi considerada “a mãe de todo o vivente” (Gn 3.20). A Bíblia afirma ainda que “De um só [Deus] fez toda a raça humana” (At 17.26). Portanto, segundo a Bíblia, Adão foi o primeiro homem criado por Deus, e dele procede toda a raça humana.

3. O problema da idade do ser humano. A ciência se debate com esta questão, e se refere a vestígios do ser humano de milhares de anos. Gênesis 4 descreve uma civilização de cerca de 10 mil anos. É possível que a descrição de Gênesis 4 tenha omitido algumas gerações, como era costume na época; assim aquela civilização pode ser mais antiga do que a soma daqueles anos. Por exemplo, muito tempo pode ter se passado, com muitas gerações, entre Adão e Caim, e mesmo com Adão no Jardim do Éden. Mas isso só se for necessário interpretar o relato bíblico à luz de qualquer verdade cientificamente provada quanto à idade mais antiga do ser humano na Terra.

Cabe à ciência pesquisar e, se puder, nos ajudar a entender a idade da raça humana, porque a revelação bíblica não tem por objetivo nos dar essa informação. O que a Bíblia afirma enfaticamente é que todas as pessoas humanas procedem de Adão, o primeiro homem criado por Deus.

4. Deus criou o ser humano perfeito. De acordo com a Bíblia, o ser humano foi criado moralmente puro, isto é, não havia nele qualquer mácula ou falta que estivesse em desacordo com a natureza e os propósitos de Deus. Após ter concluído a Criação, “Deus viu tudo quanto fizera, e era muito bom” (Gn 1.31). Ainda não havia pecado na humanidade.

O autor de Eclesiastes afirma: “Deus fez os homens justos, mas eles buscaram muitas complicações” (Ec 7.29).

II. A CONSTITUIÇÃO DA PESSOA HUMANA

Já vimos que na formação do ser humano Deus empregou dois elementos distintos: um, de natureza material, para formar o corpo, e outro, de natureza imaterial, o sopro divino, que fez do homem uma “alma vivente”. Como já dissemos acima, no “sopro divino” foi dado ao homem não apenas o “fôlego da vida”, mas também o elemento espiritual, vindo diretamente de Deus. Então, quais são as partes que constituem o ser humano? Alguns falam de três partes: corpo, alma e espírito; outros, de duas: corpo e alma, ou corpo e espírito, entendendo que alma e espírito são termos equivalentes.

Vejamos os argumentos.

1. O argumento tricotomista. A ideia de que a pessoa humana tem três partes - corpo, alma e espírito - baseia-se, principalmente, em 1 Tessalonicenses 5.23, que menciona claramente os três elementos, e em Hebreus 4.12, que fala da divisão entre alma e espírito. De acordo com esse entendimento, o corpo é a parte material da natureza humana, o homem “exterior” (2Co 4.16). A alma é o elemento imaterial que ativa a vida do corpo e estabelece o contato com o mundo exterior; é a sede das emoções, do intelecto e da vontade.

O espírito constitui o elemento imaterial, invisível, onde se situa a consciência humana; é a janela que abre para o céu e dá condições ao indivíduo de perceber a realidade de Deus e da sua palavra. A posição tricotomista é aceita por muitos estudiosos, inclusive médicos, psicólogos, teólogos. Contudo, sua aceitação não é unânime.

2. O argumento dicotomista. A maioria dos teólogos sustenta que no ser humano há apenas duas partes, e não três: corpo e espírito, ou corpo e alma. De acordo com esse entendimento, os termos “alma” e “espírito” são

equivalentes, usados alternativamente pelos autores bíblicos. Ambos os termos se referem à parte imaterial do indivíduo.

Um forte argumento dos dicotomistas é que na Bíblia normalmente o indivíduo é referido como tendo apenas duas partes essenciais, uma de natureza material e outra de natureza imaterial. Por exemplo: “carne” e “espírito” (1Co 5.5), “corpo” e “espírito” (1Co 5.3; 7.34; Tg 2.26), “pó” e “espírito” (Ec 12.7), ou “corpo” e “alma” (Mt 10.28; 3Jo 2). Além disso, nota-se que na Bíblia os termos “alma” e “espírito” são usados alternativamente para referir-se ao mesmo elemento imaterial. Por exemplo, é o “espírito” ou a “alma” que se perturba ou se abate (Gn 41.8; Sl 42.6; Jo 12.27; 13.21); no céu estão os “espíritos” dos justos (Hb 12.23), ou as “almas” dos mártires (Ap 6.9); a morte é descrita como a entrega da alma (Gn 35.18; 1Rs 17.21), ou a entrega do espírito (Sl 31.5; Lc 23.46; At 7.59).

McDonald esclarece que há uma pequena diferença de sentido dos termos alma e espírito, mas que ambos se referem ao mesmo elemento ou substância. Diz ele que “espírito” denota a vida por ter sua origem em Deus, e “alma” denota *a mesma vida*, conforme está constituída no homem; o “espírito” é a natureza não-material do homem que olha em direção a Deus; a “alma” é *a mesma natureza* do homem olhando em direção à terra e tocando as coisas dos sentidos.^[Nota 17]

Quanto aos textos de 1 Tessalonicenses 5.23 e Hebreus 4.12, eles podem não estar se referindo aos elementos distintos na constituição do ser humano, mas apenas enfatizando os vários aspectos da expressão do nosso ser. Por exemplo, o Senhor Jesus ensinou em Marcos 12.30 que devemos amar a Deus de todo o coração, de toda a alma, de todo o entendimento e de todas as forças, sem querer dizer com isso que nosso ser é constituído dessas partes. Assim também podemos interpretar as passagens de 1 Tessalonicenses e Hebreus: como uma ênfase na totalidade do ser humano, e não um ensino sobre as partes que constituem a pessoa humana. No

cântico de Maria, quando ela diz: “A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito exulta em Deus, meu Salvador” (Lc 1.46,47), ela está usando um “paralelismo” hebraico, onde os dois termos significam a mesma coisa.

3. A pessoa humana como uma unidade. Apesar da discussão acima, é importante ressaltar que o ser humano é visto na Bíblia como uma *unidade*. O indivíduo não é tratado como partes separadas, mas como um todo, onde o corpo (parte material) e o espírito e a alma (parte imaterial) formam uma unidade. O trato de Deus é com o ser humano integral.

A redenção visa o indivíduo como um todo. Jesus se importou com a pessoa na sua totalidade. Assim devemos nós também proceder. A nossa missão é como a pessoa integral.

III. A ORIGEM DAS ALMAS

Como a alma ou o espírito é gerado no indivíduo?

É gerado pelos pais? É criado diretamente por Deus? Quando começa a existir? Há três interpretações.

1. A preexistência. Afirma que todas as almas já foram criadas por Deus no passado, e num determinado momento da gestação, uma alma dessas é implantada no corpo humano.

Alguns defensores dessa ideia foram Platão, Filo de Alexandria, Orígenes, Kant e outros. Mas esse entendimento carece de base bíblica.

2. A criação imediata. Alguns entendem que cada alma é criada por Deus especificamente para cada pessoa.

O momento da criação pode ser na concepção ou durante a gestação ou ainda no nascimento. A Igreja Católica defende essa ideia, e grande parte dos teólogos reformadores também.

A base bíblica são textos onde se diz que o espírito procede de Deus (Ec 12.7, Is 57.16, Zc 12.1). Como objeção, podemos alegar que as Escrituras também se referem ao corpo como tendo sido feito por Deus (Jr 1.5; Sl

139.13-16); que essa teoria não explica por que as pessoas trazem consigo o pecado; e que a Bíblia declara que Deus acabou toda a sua obra no sexto dia e descansou no sétimo.

3. O traducianismo. É a crença que a alma é gerada e transmitida pelos pais, juntamente com o corpo. Os pais geram os filhos dotados de corpo e alma (ou espírito), e não apenas de corpo. Esta ideia foi apoiada por Tertuliano, Agostinho, teólogos luteranos e muitos outros. Esta interpretação explica melhor alguns aspectos relacionados com a questão: a existência de traços ou características hereditárias em nossa constituição mental e moral e a transmissão da natureza pecaminosa de Adão a toda a posteridade, pois o pecado reside na alma da pessoa

IV. A IMAGEM DE DEUS NO SER HUMANO

A Escritura declara que o ser humano foi criado à imagem, conforme a semelhança de Deus (Gn 1.26,27; 5.1; 9.6; Tg 3.9).

1. O que significa essa imagem. Millard J. Erickson^[Nota 18]

ensina que “A imagem consiste nas *aptidões da personalidade* que fazem com que cada ser humano seja, como Deus, capaz de interagir com outras pessoas, pensar e refletir, e possuir livre arbítrio”. A imagem de Deus está na própria natureza humana. É aquele conjunto de qualidades de Deus, refletidas nos seres humanos, que tornam possíveis os relacionamentos com Deus e com os outros, e o exercício do domínio na criação. Para esclarecer melhor, vamos destacar cinco aspectos da imagem de Deus no homem.

(a) *Elemento espiritual* (1Co 2.11), que veio de Deus na criação (Gn 2.7). Deus é Espírito (Jo 4.24), e compartilhou com o homem essa natureza espiritual.

(b) *Consciência moral* (Rm 2.15). Deus é santo, justo e amoroso, e fez o ser humano com a capacidade de perceber o certo e o errado, e desejar o bem.

(c) *Inteligência*. Deus tem um conhecimento ilimitado, e deu à sua criatura humana a capacidade de conhecer em parte Deus e o mundo, e as condições de cooperar com ele (Gn 2.19; 1Co 3.9).

(d) *Liberdade de escolha*. Inclusive para obedecer a Deus ou não (Dt 30.19; Is 56.4; Lc 10.42).

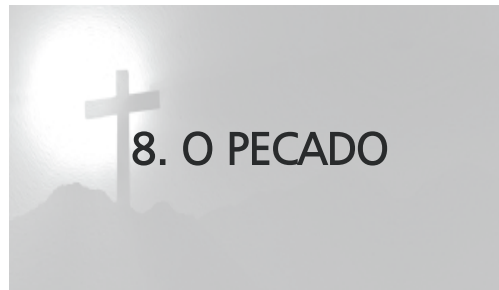
(e) *Poder e domínio* (Gn 1.28,19; 4.7).

2. A imagem de Deus e o pecado. Quando o pecado entrou no mundo através de Adão, a imagem de Deus no homem ficou maculada. Todas aquelas qualidades da natureza divina compartilhadas com o ser humano na criação foram afetadas pelo pecado, mas não destruídas completamente. Por essa razão Jesus Cristo veio ao mundo como a perfeita imagem de Deus. Ele expressou plenamente todas as qualidades divinas conferidas ao ser humano na criação.

E tornou-se o modelo ao qual todos os remidos por ele serão conformados (Rm 8.29; 2Co 3.18; 1 Jo 3.2). Cada um de nós, nesse processo, tem sua participação (Ef 4.24).

Nota 17 - MCDONALD, H. D. “Doutrina do homem”. In: Enciclopédia-histórica teológica da igreja cristã, v. 2. São Paulo: Vida Nova, 1988, p. 262. [Voltar]

Nota 18 - ERICKSON, M. J. Introdução à teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 223. [Voltar]



O estudo da doutrina do pecado (*hamartiologia*) é muito importante, porque nos ajuda na compreensão de outras doutrinas, especialmente a doutrina do ser humano e da salvação. Neste capítulo trataremos da origem e da natureza do pecado, suas consequências e expansão.

I. ORIGEM E NATUREZA DO PECADO

1. Origem do pecado no mundo. O pecado não se originou em Deus. A Bíblia afirma que “Deus é luz, e nele não há treva alguma” (1Jo 1.5). Ele é santo (1Pe 1.16). “Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta” (Tg 1.13).

O pecado também não se originou na criatura humana. O ser humano foi criado por Deus à sua imagem (Gn 1.27); e foi criado sem mácula diante de Deus. Ao final da criação, “Deus viu tudo quanto fizera, e era muito bom” (Gn 1.31).

Segundo a Bíblia, foi um anjo do mal, na forma de uma serpente, que introduziu o pecado no mundo (Gn 3.1-6).

O livro Apocalipse se refere a esse personagem do mal como a “antiga serpente, chamada Diabo e Satanás, que engana todo o mundo” (Ap 12.9).

O entendimento dos estudiosos conservadores da Bíblia é que Gênesis 3 descreve um fato ocorrido na vida do primeiro homem, com a possível inclusão de algumas figuras simbólicas. Esta é a posição assumida aqui. Este entendimento tem amparo em textos como o de Romanos 5.12-19 e 1

Coríntios 15.21,22. Como disse Bruce Milne, “É impossível manter o paralelo entre a obra de Adão e a obra de Cristo se for negada a queda como um acontecimento no tempo e no espaço”.^[Nota 19]

Na narrativa bíblica da queda, o Diabo, que já havia se rebelado contra Deus, é descrito em termos de uma serpente, falando com a mulher. A estratégia do inimigo foi a tentação. Com palavras enganosas, o Diabo pôs dúvida na mulher quanto à exatidão e a veracidade da palavra de Deus e do próprio caráter de Deus (Gn 3.1,4,5). Uma vez acolhendo a dúvida acerca de Deus e da sua palavra, a mulher voltou-se para os seus próprios interesses e optou por construir sua vida na total independência de Deus: comeu do fruto proibido e o deu ao marido (Gn 3.6). Assim consumou-se o primeiro pecado da humanidade.

O pecado nasce no coração da pessoa quando ela alimenta a incredulidade em Deus e na sua palavra e acolhe estímulos externos que despertam o desejo de obter aquilo que não está permitido por Deus, ou obter algo lícito, mas da forma errada. Na essência do pecado está a decisão de agir e viver na independência de Deus.

2. O que é o pecado . Há vários termos na Bíblia que se referem ao pecado. Os principais são: *impiedade* (Rm 1.18; Tt 2.12), que significa uma ação sem amor e devoção a Deus; *injustiça* (Rm 1.18; 3.5; 1Co 6.8), isto é, um procedimento em desacordo com o que é justo; *transgressão* (Rm 2.23,25; 5.14), quer dizer, deixar de cumprir as ordens de Deus; *iniquidade* (Rm 4.7; 6.19; 1Jo 3.4), que quer dizer, falta de reconhecimento do direito ou dos princípios de justiça; *desobediência* (Rm 5.19; Hb 2.2), com o sentido de insubmissão ou rebelião.

Todos esses termos em português vêm de palavras distintas do grego. Mas o termo mais usado na Bíblia é *pecado* (Mt 1.21, Rm 6.23. 1Jo 1.8, etc.). “Pecado” é tradução de *hamartia* no grego, que significa errar o alvo, atingir o alvo errado, fracasso, falta e delito.

Uma boa definição de pecado nos ajuda a entender melhor o que ele é. Servimo-nos aqui da definição de Berkhof que diz que pecado é “*falta de conformidade com a lei moral de Deus, em ato, disposição ou estado*” .[Nota 20] Destacamos três aspectos do pecado.

(a) *Pecado é sempre algo contra Deus, contra à sua lei e ao seu caráter.* Mesmo quando pecamos contra o próximo, em última análise é contra Deus que pecamos, porque transgredimos o seu mandamento de amarmos o próximo como a nós mesmos.

(b) *Pecado tem dimensões diferentes:* pode ser um ato consumado, uma intenção do coração, ou uma inclinação da alma para a prática do mal. Assim, não é só o que fazemos de errado que é pecado, mas também o desejo de fazer algo que está em desacordo com a vontade de Deus, e a inclinação natural do nosso coração para a prática do mal. Na Escritura, “coração” refere-se ao órgão central da personalidade, sede das emoções e da vontade. O profeta diz que “O coração é enganoso e incurável” (Jr 17.9). Jesus afirmou que é do coração que “saem os maus pensamentos, homicídios, adultérios, imoralidade sexual, furtos, falsos testemunhos e calúnias” (Mt 15.19). Tiago declarou que “cada um é tentado quando atraído e seduzido por seu próprio desejo. Então o desejo, tendo concebido, dá à luz o pecado” (Tg 1.14,15).

(c) *Pecado assume várias formas.* Falando do pecado dos seres humanos, o apóstolo Paulo diz que “por haver rejeitado o conhecimento de Deus, foram entregues pelo próprio Deus a uma mentalidade condenável para fazerem coisas que não convêm” (Rm 1.28). O pecado começa com uma rejeição ao conhecimento de Deus, e se manifesta de várias formas, como bem descreve o apóstolo: “injustiça, malícia, cobiça, maldade, inveja, homicídio, discórdia, engano” (Rm 1.29), e muitas outras expressões (Rm 1.30,31; Gl 5.19-21).

II. AS CONSEQUÊNCIAS DO PECADO

O pecado é o maior mal da humanidade, a causa de todos os sofrimentos, tristezas e morte. O pecado transtornou o ser humano na sua relação com Deus, consigo mesmo e com os outros. Esses efeitos aparecem, em princípio, já na vida de Adão, e intensificam-se, em maior ou menor grau, na vida de cada um e na sociedade.

1. O pecado nas relações entre Deus e o ser humano.

(a) *O pecado interrompeu a íntima comunhão que havia entre Deus e o ser humano.* Deus convivia com o homem no jardim do Éden, cooperando com ele (Gn 2.18,19). Mas quando Deus veio ao encontro de Adão e Eva após a queda, eles se esconderam da presença de Deus entre as árvores do jardim (Gn 3.8). O profeta disse ao povo de Israel: “as vossas maldades fazem separação entre vós e o vosso Deus” (Is 59.2). Jeremias afirmou: “os vossos pecados apartaram de vós o bem” (Jr 5.25).

Adão e Eva foram expulsos do jardim (Gn 3.23,24). Criou-se uma inimizade entre o homem e Deus (Rm 8.7,8). Uma inimizade que só pode ser desfeita mediante a obra reconciliadora de Deus em Cristo Jesus (2Co 5.18-20; Rm 5.10).

(b) *O pecado torna o ser humano culpado diante de Deus.*

Culpa é violação da lei pela qual a pessoa se torna merecedora de castigo. Adão e Eva sentiram-se culpados diante de Deus pelo pecado cometido (Gn 3.7-10). Ninguém está isento da culpa de pecado (Rm 3.9-20). Porém, a culpa não tem o mesmo grau para todos; ela varia de acordo com o entendimento que a pessoa tem da vontade de Deus e da sua responsabilidade quando pratica o pecado (Lc 12.47,48).

(c) *O pecado faz a pessoa ficar debaixo da ira de Deus* (Rm 1.18-20). A Bíblia afirma que “a ira de Deus vem sobre os desobedientes” (Ef 5.6; Cl 3.6). E que o indivíduo de coração teimoso e que não se arrepende acumula ira sobre si no dia do justo julgamento de Deus (Rm 2.5). A ira de Deus significa a sua santa e justa repulsa ao pecado, que o leva a castigar o pecador (Ez 7.8,9; Ap 16.19). Portanto, separado de Deus, com sentimento de

culpa, temendo o merecido castigo, é a situação em que todos se encontram por causa do pecado.

Porém, maior do que a ira de Deus é seu amor, pelo qual ele proveu um meio para perdoar aqueles que se arrependem e mudam de vida (Is 54.7,8; Rm 9.22,23; Ef 2.3-7).

2. O pecado na vida pessoal de cada um. São muitos os prejuízos que o pecado traz para a vida pessoal. Mencionamos aqui os principais.

(a) *O pecado trouxe transtorno ao coração humano.* Antes do pecado entrar no mundo, não havia angústia, aflição, lágrimas, insegurança, medo. Mas com o pecado, a criatura humana passou a experimentar os desajustes pessoais íntimos e o medo do sobrenatural (Gn 3.10). “Não há paz para os ímpios, diz o Senhor” (Is 48.22; 57.21).

(b) *O pecado corrompeu a natureza humana.* Na época do dilúvio, “o Senhor viu que a maldade do homem na Terra era grande e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era continuamente má” (Gn 6.5). Depois do dilúvio, Deus declarou acerca do homem que “a imaginação do seu coração é má desde a infância” (Gn 8.21). O profeta Isaías, referindo-se a Israel, diz: “Não há coisa alguma sã, desde a planta dos pés até a cabeça” (Is 1.6). O pecado afetou o entendimento e a consciência da pessoa (Tt 1.15); a vontade ficou sujeita ao mal (Rm 7.19-23). Jesus declarou que “todo aquele que comete pecado é escravo do pecado” (Jo 8.34).

(c) *O pecado humilha o ser humano.* Deus colocou a criatura humana numa posição de honra e glória na Terra (Gn 1.28).

Mas por causa do pecado, ao invés de dominar, o homem tornou-se dominado: dominado pelo pecado (Jo 8.34) e pelas coisas criadas (Rm 1.25). Tornou-se escravo da cobiça, da inveja, da avareza (Rm 1.29; 1Tm 6.4,5,10), e dos cuidados da vida (Mt 13.22; Lc 21.34).

(d) *O pecado sujeitou o ser humano à morte.* Deus declarou a Adão e Eva que se eles desobedecessem, certamente morreriam (Gn 2.17). E Paulo escreveu que pelo pecado a morte entrou no mundo (Rm 5.12); e que “o

salário do pecado é a morte” (Rm 6.23). A morte trazida pelo pecado tem tríplice sentido. Primeiro, é *morte física*; morte do corpo, que volta à terra (Gn 3.19). É a separação do espírito do corpo (Tg 2.26).

Segundo, é *morte espiritual*: a separação do indivíduo de Deus.

A Bíblia fala daqueles que estão fora de Cristo como estando “mortos” nas transgressões e pecados (Ef 2.1,2; Cl 2.13). Terceiro, é *morte eterna*: a “perdição eterna” (2Ts 1.9), também chamada de “segunda morte” (Ap 20.6). Significa a separação eterna de Deus no além daqueles que partiram sem aceitar a salvação.

3. O pecado na convivência entre as pessoas.

(a) *O pecado gera conflito na família.* Adão não assumiu a culpa pelo pecado; antes, culpou diretamente a mulher, e indiretamente o próprio Deus que lhe havia dado a mulher (Gn 3.12). Desde então, o pecado tem destruído muitos lares. O pecado se alastrou na família de Adão, e o filho mais velho, Caim, matou seu irmão Abel (Gn 4.8-10). Por causa do pecado, muitas famílias têm sido destruídas ou feridas.

(b) *Da família, o pecado se alastra e contamina a sociedade.*

Brigas, invejas, guerras e tantos outros males têm dificultado a convivência entre grupos de pessoas e povos. Por pouca coisa, as pessoas se irritam e matam. Observe o que fez o polígamo Lameque: “matei um homem por me ferir, e um rapaz por me pisar” (Gn 4.23). Paulo menciona as obras da natureza humana decaída, entre as quais estão: inimizades, rivalidades, ira, discórdia, partidarismo, invejas e outras (Gl 5.19-21).

O pecado se instala também na sociedade através de estruturas e organizações iníquas que oprimem os mais fracos.

A solução está em Cristo, que reconcilia as pessoas com Deus e uns com os outros (Ef 2.14-17), e cria uma nova humanidade (Ef 2.14,16).

III. A EXPANSÃO DO PECADO

1. A universalidade do pecado . O pecado é uma realidade universal. Isso é comprovado tanto pela história das religiões e da filosofia, como pelo ensino da Escritura e pela experiência prática de cada um. O pecado se alastrou desde o primeiro homem, atingindo cada um dos seres humanos e toda a humanidade. A Bíblia declara que “não há homem que não peque” (1Rs 8.46); e que “não há um só homem justo sobre a Terra, que só faça o bem e nunca peque” (Ec 7.20).

Há muitos outros textos que afirmam a universalidade do pecado (Sl 143.2; Rm 3.10-12; Tg 3.2; 1Jo 1.8,10).

2. O pecado de Adão e a humanidade. A Bíblia diz que o pecado de Adão chegou a afetar toda a raça humana, tornando-a pecadora e merecedora do castigo divino (Rm 5.12-19; 1Co 15.21,22). Como explicar isso? Destacamos aqui as duas interpretações principais.

(a) *Adão como representante legal da humanidade em uma aliança com Deus.* João Calvino defendeu e propagou a ideia de que Deus fez com Adão uma “aliança das obras”, envolvendo todas as suas gerações, isto é, toda a humanidade. Essa aliança consistia num período de prova durante o qual Adão teria que demonstrar obediência a Deus. Se Adão fosse fiel, ele obteria o direito de vida eterna, para si e para os seus descendentes.

Caso contrário, se Adão falhasse na obediência, traria sobre si e sobre toda a humanidade as consequências da desobediência. E foi o que aconteceu. Assim, Deus lançou sobre todos os que estavam ligados a Adão pela aliança a culpa e a pena do primeiro pecado. Só Jesus Cristo ficou livre dessa imputação porque ele não estava ligado a Adão. Esta é uma posição muito comum na teologia reformada. Um dos problemas com essa interpretação é a falta de suficiente base bíblica para ela.

(b) *Adão como cabeça natural da raça humana.* Outra maneira de explicar a relação do pecado de Adão com a humanidade é ver Adão não apenas como um indivíduo, mas também como o cabeça natural da humanidade. Assim, do ponto de vista orgânico e vital Adão representava toda a humanidade, e

todas as pessoas estavam em princípio em Adão quando ele pecou. Adão era em si mesmo a humanidade toda naquela ocasião. Nessa perspectiva, a natureza corrompida e a culpa de Adão são ao mesmo tempo de toda a humanidade, e são transmitidas dos pais para os filhos, de geração em geração.

Considerando a ênfase bíblica no princípio da solidariedade da raça humana, tanto com Adão como com Cristo (Rm 5.17-19; 1Co 15.21,22; Ef 2.6), me parece que esta última interpretação, a de Adão como cabeça natural da humanidade, explica melhor como e por que o pecado de Adão chegou a contaminar toda a humanidade. De Adão, recebemos herança pelo nascimento *natural*. De Cristo, temos herança pelo nascimento *espiritual* (Jo 3.3,6).

Como vimos, o pecado é uma rebelião contra as normas estabelecidas por Deus para a vida humana; é uma postura de rejeição ao conhecimento da vontade de Deus. O pecado cometido pelo primeiro homem, Adão, foi transmitido naturalmente a todos os seus descendentes e por estes cultivado e expandido, assumindo formas diversas na vida pessoal e social. O ser humano está num estado de sofrimento e morte causado pelo pecado. Reconhecer esse estado de ruína e perdição diante de Deus é necessário para se entender melhor por que tanto sofrimento, e para que se procure e encontre o remédio certo para tão grande mal. É sobre esse remédio que vamos tratar doravante.

Nota 19 - MILNE, Bruce. Conheça a verdade. São Paulo: ABU, 1987, p. 106. [Voltar]

Nota 20 - BERKHOF, L. 1990, p. 235. [Voltar]



O estudo da pessoa e da obra de Cristo é chamado de *cristologia*. Em Cristo a teologia tem o seu ponto central, onde as demais doutrinas são unidas, formando um todo orgânico e coerente. Durante séculos, o Messias foi prometido por Deus no Antigo Testamento e esperado pelos judeus.

Enquanto o tempo passava, Deus ia preparando o mundo para a vinda dele. “Vindo, porém, a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da lei, para resgatar os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos” (Gl 4.4,5). Vamos considerar a natureza de Cristo e sua obra redentora.

I. A NATUREZA DE CRISTO

1. Controvérsias históricas sobre a natureza de Cristo.

Do segundo século ao quinto, surgiram diversas interpretações em torno da natureza de Cristo. As principais foram três: o *ebionismo*, o *docetismo* e o *arianismo*. O *ebionismo* afirmava que Jesus era apenas um ser humano; negava, portanto, a natureza divina dele. Dizia que, no batismo, Jesus recebeu de Deus o Espírito e tornou-se um profeta extraordinário.

O *docetismo* dizia que Jesus tinha apenas a natureza divina; negava, assim, a natureza humana dele. Entendia que a matéria é intrinsecamente má, e por isso o corpo de Jesus não podia ser real, era um corpo aparente. O *arianismo*, do bispo Arrio, ensinava que Jesus tinha uma natureza divina,

mas não era igual à do Pai. Dizia que Jesus foi a primeira criatura de Deus, e era menor do que o Pai.

Dois concílios foram de suma importância para combater as falsas interpretações e formular corretamente a doutrina da pessoa de Cristo: o de Nicéia, no ano 325, e o de Calcedônia, em 451. Esses concílios condenaram o ebionismo, o docetismo e o arianismo, e sustentaram que Jesus era plenamente divino e plenamente humano; em sua natureza, era igual (não apenas semelhante) ao Pai e igual ao ser humano, portanto, Deus-Homem. O concílio de Calcedônia foi ainda mais claro enfatizando que as duas naturezas em Jesus estavam unidas, sem modificação, divisão ou separação, conservando, cada qual, a sua própria especificidade. Essa tem sido a posição geralmente aceita pelas igrejas ao longo dos séculos. Mas o que realmente diz a Bíblia?

2. A natureza humana de Cristo. Dificilmente alguém negaria hoje a humanidade de Cristo. Mas vamos relacionar os fatos que indicam que Cristo era uma pessoa humana como nós.

(a) *Jesus teve uma vida humana natural.* Ele nasceu, cresceu, sentiu fome, cansaço, tristeza, ira, sofreu e morreu como qualquer um de nós.

(b) *Jesus teve uma vida religiosa.* Ele orava (Lc 3.21; 6.12), adorava (Lc 4.16), estudava as Escrituras (Mt 4.4-10; 19.4; Lc 2.46; 24.27). Na sua vida terrena, Cristo foi submisso ao Pai e dependente dele em tudo (Jo 6.38; 12.49).

(c) *Jesus teve um conhecimento limitado.* Embora fosse muito superior aos homens no seu conhecimento, contudo, o conhecimento de Cristo mostrava-se de alguma forma limitado. Ele fazia perguntas para se informar de algo (Mc 5.30; 6.38; Mc 9.21). Ele disse que não sabia o dia e a hora da sua segunda vinda (Mc 13.32).

(d) *Jesus foi tentado como nós.* A Bíblia diz que Jesus, “à nossa semelhança, foi tentado em todas as coisas, porém, sem pecado” (Hb 4.15). Embora fosse plenamente humano, Jesus não tinha a natureza corrompida como nós,

nem praticou qualquer pecado em toda a sua existência (Hb 4.15; 7.26; 2Co 5.21). Portanto, Jesus não apenas parecia ser humano; ele era de fato um ser humano, o verdadeiro Homem.

3. A natureza divina de Cristo . A divindade de Cristo também está revelada nas Escrituras. O Antigo Testamento aponta para alguns aspectos divinos do Messias (Is 9.6; Mq 5.2). Mas é o Novo Testamento que dá maior testemunho da deidade de Cristo. Vejamos os seguintes pontos.

(a) *Os aspectos miraculosos da vida de Jesus apontam para a sua divindade.* Ele foi gerado de modo sobrenatural (Lc 1.34,35); operou muitos e variados milagres (por ex., Mc 1.21-2.12; 6.30-56); ressurgiu dentre os mortos e, milagrosamente, apareceu várias vezes (Lc 24.1-49; At 1.3; 1Co 15.3-8); por fim foi elevado aos céus de modo sobrenatural (Lc 24.50,51; At 1.9).

(b) *Jesus tinha consciência da sua própria divindade.* Ele sabia que era divino, pois igualou-se a Deus na vida (Jo 5.26), na honra (Jo 5.23), na glória (Jo 17.5), na eternidade (Jo 8.58), no nome (Jo 8.24), na fórmula batismal (Mt 28.19). Ele declarou sua união com o Pai (Jo 5.18; 10.33,38).

(c) *Jesus tinha prerrogativas divinas.* Tinha “Toda autoridade... no céu e na Terra” (Mt 28.18); autoridade sobre toda a humanidade para conceder vida eterna (Jo 17.2); autoridade para perdoar pecados (Mc 2.10) e salvar os homens (Mt 1.21; Jo 8.34-36). Ele executa obras próprias da divindade, como ressuscitar os mortos (Jo 5.28,29), julgar o mundo (Jo 5.22), criar e sustentar o universo (Jo 1.3; Cl 1.16,17; Hb 1.2,3).

Ele recebe adoração (Hb 1.6; Ap 5.8-14) e orações das pessoas (At 7.60).

(d) *A Bíblia afirma claramente que Jesus é Deus.* O apóstolo João diz: “o Verbo... *era Deus*” (Jo 1.1). “Tomé lhe respondeu: Senhor meu e *Deus meu!*” (Jo 20.28). Paulo declara que Cristo é “sobre todas as coisas, *Deus bendito eternamente*” (Rm 9.5).

Em Tito lemos que estamos aguardando “o aparecimento da glória do nosso *grande Deus e Salvador Cristo Jesus*” (Tt 2.13).

E o apóstolo João termina a sua primeira carta dizendo: “estamos naquele que é verdadeiro, isto é, em seu Filho Jesus Cristo. *Este o verdadeiro Deus e a vida eterna*” (1Jo 5.9). Portanto, são muitas as evidências de que Jesus Cristo é um ser divino, e não apenas humano. Resta ainda considerar como as duas naturezas estavam relacionadas em Jesus.

4. A união das duas naturezas na pessoa de Cristo. A união das duas naturezas na pessoa de Jesus é um mistério que não está plenamente revelado. Cristo é ainda o “mistério de Deus” (Cl 2.2). Mas há uma declaração do apóstolo Paulo que nos ajuda a compreender um pouco mais do mistério da encarnação do Filho de Deus. Ele escreveu que Cristo Jesus “existindo em forma de Deus, não considerou o fato de ser igual a Deus algo a que se devesse apegar, mas, pelo contrário, *esvaziou [ekenosen] a si mesmo*, assumindo a forma de servo e fazendo-se semelhante aos homens” (Fp 2.6,7). A versão AC (Almeida Corrigida) diz “aniquilou-se”.

O que significa o esvaziamento de Jesus? Certamente não quer dizer que na encarnação o Cristo deixou de ser divino, pois já vimos que as Escrituras testificam que Jesus Cristo era divino. Cremos que também não significa, como alguns defendem, que na encarnação o Filho de Deus renunciou alguns dos seus atributos divinos, como onipotência, onisciência e onipresença, e, no lugar deles, assumiu qualidades humanas, embora mantivesse outras qualidades divinas, como amor, santidade, justiça. Neste caso, na encarnação Cristo teria se tornado menor do que Deus.

Nosso entendimento é de que na encarnação o Filho de Deus *não renunciou à sua divindade*; renunciou apenas a *forma divina de existir* (não de ser), assumindo a *forma humana*. Neste caso, Cristo manteve a integralidade da natureza divina, mas ficou limitado no uso de suas prerrogativas divinas, sujeitando-se inteiramente ao Pai quanto ao que dizer e fazer.

Não houve mudança no *ser* de Cristo, e sim nas *condições* de existência dele. Ele continuou possuindo todas as qualidades divinas, pois, como afirmou o apóstolo Paulo, “nele habita corporalmente toda a plenitude da

divindade” (Cl 2.9). Ele apenas abriu mão do exercício livre e independente de certos atributos.^[Nota 21]

Para ilustrar essa situação, imagine-se um velocista campeão que, por questão de solidariedade, escolhe correr com uma de suas pernas atrelada à perna de um companheiro que não corre como ele. Neste caso, sua capacidade física para correr não está excluída, mas as condições às quais ele agora se sujeita o deixam limitado para correr. Do mesmo modo, podemos pensar que Cristo, por estar unido à natureza humana, ficou limitado no exercício de alguns de seus atributos divinos, mas sem deixar de tê-los. Aqui no mundo ele viveu em plena submissão ao Pai (Jo 4.34; 6.38; 7.16,17).

Nosso entendimento da Escritura é que Jesus Cristo é uma personalidade em quem as duas naturezas (humana e divina) estão inseparavelmente unidas, de modo que Cristo é não Deus e homem, mas *Deus-homem*.^[Nota 22] As duas naturezas, por estarem assim unidas, não atuaram independentemente.

Jesus não exerceu sua deidade em certas ocasiões e sua humanidade em outras. Seus atos sempre eram da divindade e da humanidade”.

5. O efeito da união das duas naturezas em Cristo. A nossa salvação depende da unidade entre a divindade e a humanidade em Jesus Cristo. Com a união das duas naturezas em uma só pessoa, Cristo tornou-se o perfeito mediador dos homens (1Tm 2.5; 1Jo 2.2; Ef 2.16-18). A união do divino com o humano em Cristo trouxe a glória do Filho de Deus para o homem e a morte do homem para o Filho de Deus.

Sem dúvida, este foi o maior efeito da união. Depois de provar e vencer a morte, Cristo foi glorificado, retornando ao seu estado de glória eterna (Jo 17.5). Ele está assentado sobre o trono do universo junto com o Pai, e deixou preparado o caminho para a glorificação dos que o seguem. Ele é, para sempre, Deus-homem, glorificado (Hb 7.24-28).

II. OS DOIS ESTADOS DE CRISTO

Para cumprir a sua missão Cristo passou por dois estados ou condições de existência: o de *humilhação* e o de *exaltação*.

Esses dois estados foram profetizados no AT (Is 52.13,14; 53.2,3), e confirmados nos escritos do NT (Fp 2.6-11; 1Pe 1.11).

1. O estado de humilhação. Isto compreende a encarnação e a morte de Cristo. A encarnação significou para o Filho de Deus uma imensa humilhação. Ele deixou a sua posição de honra e glória que tinha com o Pai desde antes da criação do mundo e assumiu uma condição humilde e humilhante entre os homens (Jo 17.5; Fp 2.6-8). Ele esvaziou-se da igualdade de condições com Deus ao assumir a humanidade.

A humilhação de Cristo culminou com sua morte na cruz. Ele, que é a vida (Jo 14.6), ficou sujeito à morte. E não foi uma morte comum, mas uma morte extremamente humilhante e cruel, reservada para os criminosos mais abomináveis. Foi uma morte lenta, dolorosa, praticamente morte por tortura, debaixo de zombaria e sarcasmo das multidões. Mas a humilhação de Cristo, mediante a encarnação e morte, foi necessária para que ele pudesse se tornar o Redentor da humanidade (Is 53.3-11; Hb 2.17,18). Foi o preço exigido pela justiça divina para cobrir os pecados daqueles que se arrependem.

2. O estado de exaltação . A exaltação de Cristo compreende também dois fatos básicos: a ressurreição e a ascensão.

Na ressurreição Cristo foi liberto do poder da morte e de todas as condições de humilhação e sofrimento implicadas na encarnação. Sua ressurreição foi verdadeira, corporal, e a primeira no gênero. O corpo ressurreto de Jesus tinha propriedades diferentes de qualquer outro, e não estava mais sujeito à morte nem às leis desta criação. A ressurreição de Cristo testifica da sua divindade (Rm 1.4), proclama a vitória dele sobre o pecado (Hb 9.28), sobre os poderes das trevas (Ef 1.20,21) e sobre a morte (2Tm 1.10). Ela assegura a eficácia de sua obra redentora (Rm 4.25; 8.34;

1Pe 1.3; 1Co 15.17,18); e constitui as “primícias” da ressurreição dos crentes e o princípio da nova criação (1Co 15.20-23; 2Co 5.17).

A ascensão de Cristo é enfatizada no NT e ressalta a sua exaltação (Lc 24.50,51; At 1.6-11; Ef 1.20; 4.8-10; 1Tm 3.16; Hb 1.3). A ascensão proclama a elevação de Jesus “à destra de Deus” (Mt 26.64; At 2.33,34; 5.31; Hb 10.12; 1Pe 3.22; Ap 3.21). É um sinal da autoridade e do governo de Jesus no universo. A ascensão garante o domínio de Cristo, parcial no presente, e pleno no futuro (1Co 15.25). Do céu Cristo comanda a história, até que se proclame que “O reino do mundo passou a ser de nosso Senhor e de seu Cristo, e ele reinará pelos séculos dos séculos” (Ap 11.15).

Os dois estados de Cristo, humilhação e exaltação, refletem também a realidade da vida daqueles que o seguem. Neste mundo temos de conviver com sofrimento e humilhação, mas temos a promessa de participarmos da glória com Cristo no mundo vindouro. Nosso Senhor participou da humilhação humana para que os crentes participem da sua glória divina.

Mas sempre nesta ordem: primeiro a humilhação, depois a glória (Hb 2.10; 1Pe 1.4,11). Primeiro as aflições, por fim a glória incomparável (Rm 8.18).

III. OS OFÍCIOS DE CRISTO

No Antigo Testamento havia três ofícios ou funções fundamentais na vida do povo de Deus: o de profeta, sacerdote e rei. Esses ofícios eram exercidos por pessoas escolhi-das e ungidas. O profeta falava ao povo da parte de Deus; o sacerdote levava o povo à presença de Deus; o rei liderava a nação na vida civil, debaixo da soberania divina. Jesus Cristo cumpre plenamente os três ofícios.

1. O ofício profético de Cristo . Jesus exerceu a função profética ao revelar o Pai e seus desígnios. Foi Jesus quem trouxe a mais completa e última revelação de Deus (Jo 1.18; Jo 8.26-28; Hb 1.1-4). Ele mesmo se

considerou como um profeta (Mt 13.57). O povo o chamava de profeta (Mt 21.11,46; Lc 7.16; 24.19; Jo 6.14). Pedro o compreendeu como o profeta anunciado por Moisés (Dt 18.15 (At 3.22)).

É nosso dever e privilégio obter o conhecimento de Deus por meio de Cristo.

2. O ofício sacerdotal de Cristo. No Antigo Testamento a função do sacerdote era representar as pessoas diante de Deus e oferecer dons e sacrifícios a Deus em favor do povo (Hb 5.1,4; 8.3). Mas aqueles serviços eram imperfeitos, tanto pela fraqueza dos sacerdotes quanto pela qualidade das oferendas. Cristo, porém, veio como sacerdote celestial, “santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores, tendo-se tornado mais sublime que o céu” (Hb 7.26). Ele ofereceu a si mesmo em sacrifício em favor da humanidade, e por ela intercede na verdadeira presença de Deus, no santuário celeste (Hb 9.24). Desta forma, ele “pode salvar perfeitamente os que por meio dele se chegam a Deus, pois vive sempre para interceder por eles” (Hb 7.25). Cristo intercedeu pelo povo quando esteve na Terra (Jo 17.13,15,21). Mas depois do seu sacrifício na cruz, ele passou a interceder no céu (Rm 8.33,34; Hb 7.25; 9.24). A base da sua intercessão celestial é o seu sacrifício na cruz (1Jo 2.1,2).

3. O ofício real de Cristo . Os profetas do Antigo Testamento falavam de um rei que viria da casa de Davi para governar Israel e as nações, com justiça, paz e prosperidade (Sl 2.6; Is 9.7; 11.1-9). Esse rei era o Messias, que os judeus esperaram durante séculos. O Novo Testamento testifica que Jesus é o Messias, o rei. Isso foi dito pelo anjo a Maria (Lc 1.32,33) e confirmado por Jesus mesmo (Jo 18.36,37; Mt 13.41-43; 19.28).

Depois da sua ressurreição, Cristo declarou que recebeu toda autoridade, no céu e na Terra (Mt 28.18). Na sua ascensão, ele foi coroado e entronizado como rei celestial (Ef 1.20-22; Ap 3.21). Cristo “assentou-se para sempre à direita de Deus, esperando, daí por diante, que os seus inimigos sejam colocados por estrados de seus pés” (Hb 10.12,13). Seu

reino já é uma realidade espiritual na vida daqueles que o recebem e o seguem como seu Senhor. Mas ainda é um reino parcial.

Contudo, virá o tempo quando o mundo e todas as coisas estarão sujeitas a Cristo (1Co 15.28; Fp 2.9-11), e então “ele reinará pelos séculos dos séculos” (Ap 11.15).

IV. A EXPIAÇÃO FEITA POR CRISTO

Expição refere-se àquele aspecto da obra de Cristo que torna possível o cancelamento do pecado e a restauração da comunhão do ser humano com Deus. Precisamos compreender a necessidade e o significado dessa obra de Cristo.

1. A necessidade da expiação. A expiação foi uma exigência da justiça divina. Há três razões para isso. Primeira, a natureza moral de Deus. Deus é santo, justo e perfeito.

Ele repele todo o pecado e, por conseguinte, não pode ter em sua comunhão aquele que vive no pecado (Hc 1.13; Rm 1.18). Segunda razão, a lei de Deus. A lei divina expressa a natureza e a vontade soberana de Deus. Desobedecer a lei é colocar-se contra a natureza divina e rebelar-se contra a vontade de Deus. Quem deixa de cumprir a lei está sujeito à punição, cuja expressão máxima é a morte (Gn 2.15-17; Rm 6.23; Gl 6.7,8; 2Ts 1.9). Terceira, a natureza pecaminosa do ser humano. A natureza pecaminosa do indivíduo torna-o totalmente incapaz de fazer qualquer coisa para salvar a si mesmo (Is 64.6,7; Rm 3.10-12). Assim, o livramento dos nossos pecados só poderia ser realizado por um ser divino.

Por essas três razões foi “necessário” que Deus enviasse o seu Filho ao mundo, para fazer expiação pelos pecados daqueles que estavam debaixo da lei divina, a fim de remi-los para a vida eterna. “Daquele que não tinha pecado Deus fez um sacrifício pelo pecado em nosso favor, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5.21). Maravilhosa graça!

2. O significado da obra expiatória. As Escrituras expressam o significado da obra expiatória de Cristo de várias maneiras. Destacamos aqui cinco aspectos.

(a) *A morte de Cristo foi um sacrifício oferecido a Deus.*

Cristo ofereceu-se como uma oferta de sacrifício a Deus por nós, por causa da pena do pecado que recaia sobre nós.

O autor de Hebreus descreve Jesus Cristo como nosso sumo sacerdote perfeito (Hb 7.26-28), que ofereceu a si mesmo como sacrifício pelos nossos pecados (Hb 9.26,28; 10.5-14; 13.11,12). O sacrifício foi consumado na sua morte, mas seus efeitos prolongam-se mediante a permanente intercessão de Cristo por nós no céu (Hb 7.25; 9.24).

(b) *A morte de Cristo foi uma substituição.* A morte de Cristo foi substitutiva, isto é, Cristo padeceu e morreu em nosso lugar, para que nós pudéssemos ter vida eterna (2Co 5.14,15,21). Cristo não morreu por causa dos seus pecados, pois não os tinha (Jo 8.46; 1Pe 2.22; Hb 4.15). Ele morreu porque os nossos pecados recaíram sobre ele, o representante da humanidade (Is 53.5,6; 1Pe 2.24).

(c) *A morte de Cristo foi uma propiciação.* A Bíblia afirma que Deus “nos amou e enviou seu Filho como propiciação pelos nossos pecados” (1Jo 4.10; 2.2). Propiciação tem a ver com algo que afasta a ira de Deus. O tema da ira divina contra o pecado e o pecador é proeminente no Novo Testamento (Jo 3.36; Rm 1.18; 5.9; Ef 2.3b; 1Ts 1.10; Ap 6.17). Mas a morte de Cristo foi propiciatória, isto é, afastou a ira de Deus sobre o pecador, de maneira que agora Deus pode justificar gratuitamente aquele que crê (Rm 3.24-26).

(d) *A morte de Cristo foi uma reconciliação.* O sacrifício de Cristo é apresentado como um meio de reconciliação entre Deus e os homens (Rm 5.10; 2 Co 5.18,19; Cl 1.20). Pela morte de Cristo, a ira é desviada do ser humano, e a paz com Deus é estabelecida (Jo 3.36; Rm 5.1). A ênfase nas Escrituras é que Deus nos reconciliou com ele por meio de Cristo.

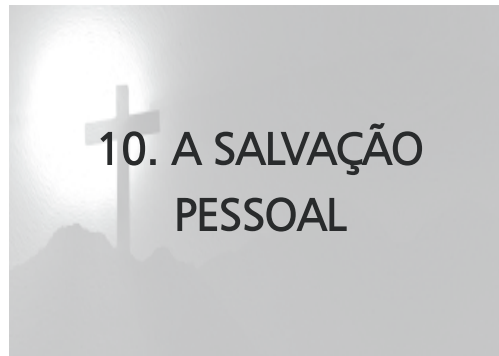
Cabe agora ao indivíduo aceitar a reconciliação (2Co 20b).

(5) *A morte de Cristo foi uma redenção.* Redenção traz à mente a ideia de “resgate”, que significa libertar mediante um preço pago. A morte de Cristo foi um preço pago para a nossa libertação do pecado, de Satanás e da morte (Mc 10.45; Gl 3.13; Cl 1.13; Hb 2.15; Rm 6.11,14).

Como vimos, Cristo, o Filho de Deus, tornou-se um ser humano, unindo em si mesmo a deidade e a humanidade. Ele trouxe a mais completa e final revelação de Deus, morreu em favor dos pecadores e está sentado à direita do Pai no trono celestial. Sua morte na cruz é plenamente suficiente para a salvação dos pecadores que se arrependem e creem no evangelho de Cristo. Portanto, a salvação do pecador, do ponto de vista objetivo, já está realizada. Mas ela precisa ser ainda aplicada na vida pessoal. É o assunto do próximo capítulo.

Nota 21 - A. Strong é um que defende esse entendimento (2007, v. 2, p. 1215). Millard J. Erickson também. [Voltar]

Nota 22 - STRONG, A. Teologia sistemática. São Paulo: Hagnos, 2007, v. 2, p. 1209. [Voltar]



No estudo anterior (*cristologia*), vimos que Deus em Cristo fez a provisão da nossa salvação. Tudo está feito diante de Deus para que as pessoas comecem a desfrutar das bênçãos da salvação. Agora vamos considerar a salvação (*soteriologia*) aplicada na vida das pessoas. Examinaremos o fundamento da salvação, o significado e os aspectos da salvação pessoal.

I. O FUNDAMENTO DA SALVAÇÃO

A salvação tem seu fundamento ou a razão de ser em Deus, e não no ser humano. Ela vem de cima, e não da humanidade. Há três fatos divinos que tornam possível a salvação pessoal: a graça, a eleição e o chamado.

1. A graça de Deus. A salvação emana da graça de Deus.

A Bíblia diz que “a graça de Deus se manifestou, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11). Graça aqui é a bondade de Deus concedendo gratuitamente a salvação a quem não merece. Essa graça salvadora veio por meio de Jesus Cristo (Jo 1.17). Custou para o Filho de Deus o esvaziamento da sua posição de glória, a humilhação de viver na condição humana, e a morte de cruz. O apóstolo Paulo lembra os coríntios de que eles conheciam “a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, tornou-se pobre por vossa causa, para que fôsseis enriquecidos por sua

pobreza” (2Co 8.9). Portanto, é pela graça que somos salvos, e não por meio de obras (Ef 2.8,9).

Somos “justificados gratuitamente pela sua graça, por meio da redenção que há em Cristo Jesus” (Rm 3.24). Se não fosse a graça de Deus, o ser humano não poderia ser salvo, pois nada ele poderia fazer para merecer a salvação.

2. A eleição. Outro elemento que torna possível a salvação pessoal é a eleição divina. Por eleição entende-se o ato eterno de Deus pelo qual ele, em sua soberana vontade, escolheu pessoas sem nenhum mérito pessoal para, por meio de Jesus Cristo, receberem a salvação (Rm 11.5,6; Ef 1.4,5; Cl 3.12; 2Ts 2.13; 1Pe 1.2, etc.).

A doutrina da eleição tem sido uma das mais debatidas na história do pensamento cristão. Normalmente não se nega o fato da eleição, pois ela é bem enfatizada nas Escrituras.

O problema surge com relação à base da eleição, isto é, o que Deus leva em conta para eleger uns e não eleger outros para a salvação. Neste sentido, há duas interpretações principais.

(a) *A eleição feita na base da fé prevista por Deus.* Alguns entendem que Deus elegeu para a salvação aquelas pessoas que ele, na sua presciência (conhecimento antecipado) viu que iriam crer em Jesus quando ouvissem o evangelho. Neste caso, a base da eleição é a fé prevista por Deus, isto é, foram eleitos para a salvação porque Deus viu que iriam crer, quando ouvissem o evangelho.

Mas há problemas com esta interpretação. Um deles é que coloca o ser humano como o agente primário da sua própria salvação, pois primeiro Deus viu a fé da pessoa, e depois elegeu. Contudo, em resposta a esta objeção, alguns defendem que antes da pessoa poder crer, Deus age com sua graça (uma graça geral, concedida a todos), capacitando o indivíduo a crer. Assim, a fé prevista por Deus na eleição é aquela que resulta dessa graça divina, e não a fé natural do indivíduo.

Neste caso, a fé vem depois da operação da graça salvadora.

Outro problema é que a presciência de Deus parece significar mais do que mero conhecimento antecipado de fatos; ela inclui uma ação deliberada de Deus para que o fato ocorra.

Foi o que aconteceu com a morte de Jesus, “que foi entregue pelo conselho determinado e pela presciência de Deus”(At 2.23). Neste caso, a presciência incluiu a ação de Deus de entregar Jesus.

(b) *A eleição com base na vontade soberana de Deus.*

A segunda interpretação afirma que a base da eleição não é a fé prevista por Deus, e sim a livre e soberana vontade de Deus (Ef 1.11). Deus elegeu pessoas sem que houvesse nelas qualquer mérito ou fato que justificasse tal escolha. As pessoas creem em Jesus porque foram eleitas (At 13.48). A fé para a salvação é um “dom de Deus”, assim como a própria salvação (Ef 2.8). A participação do indivíduo na salvação depende do mover de Deus nele (Fp 2.13).

A Bíblia ensina que a iniciativa da salvação é sempre de Deus, e não do homem. O ser humano está morto espiritualmente e não pode vivificar a si mesmo e operar a sua própria salvação. É Deus quem lhe dá condições de aceitar e de entender “as coisas do Espírito de Deus” (1Co 2.14). É Deus quem dá vida espiritual ao pecador, “morto em transgressões e pecados” (Ef 2.1-3,5,6). Jesus foi enfático quando afirmou: “Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou não o trouxer” (Jo 6.44).

Mas a iniciativa de Deus não exclui a aceitação da salvação por parte do indivíduo. A pessoa permanece livre para “querer” ir a Jesus (Lc 9.23; Ap 22.17; Jo 5.40, etc.). Deus trabalha *na* pessoa, ajudando-a a ficar livre para entender e escolher a vida com Cristo. A mente, as emoções, a vontade, a consciência humana, tudo é trabalhado (e não substituído) por Deus, através do Espírito Santo e da Palavra, de maneira que o indivíduo possa aceitar, *ele mesmo*, e com liberdade, a oferta de Deus.

3. O chamado de Deus. Outro elemento fundamental na salvação, junto com a graça e a eleição, é o chamado de Deus. São muitos os textos bíblicos que se referem ao chamado para a salvação (At 2.39; Rm 1.7; 8.29,30; 1Co 1.9,26; Gl 1.6; Ef 1.18; 4.1; 1Ts 2.12; 2Ts 2.14; entre outros). O chamado de Deus é o ato da graça pelo qual ele convida os indivíduos, mediante a palavra do evangelho e a ação do Espírito Santo, a aceitarem pela fé a salvação trazida por Cristo.

Como vimos, a salvação não vem do homem, vem de Deus. É Deus que, pela sua graça, proveu o meio da salvação, e escolheu pessoas para receberem a oferta da graça em Cristo. E no tempo devido, ele mesmo chama os eleitos para que venham a Cristo e desfrutem da bendita graça salvadora.

É nesta base que a salvação se assenta.

II. A NATUREZA DA SALVAÇÃO

1. O que é a salvação . Podemos definir a salvação como *a ação de Deus livrando a pessoa da culpa, do poder e da maldição do pecado e dando-lhe uma nova vida, por meio de Jesus Cristo* (Lc 19.9,10; 1Co 6.9-11; Ef 2.4-6; Tt 3.4,5). Destacamos quatro pontos desta definição.

(a) *A salvação é uma obra divina, e não humana.* É um feito sobrenatural no ser humano. Não há nada que a pessoa possa fazer para merecer a salvação. Diante de Deus, “Todos nós somos como o impuro, e todas as nossas justiças, como trapo da imundícia” (Is 64.6).

(b) *A salvação tem a ver com o livramento do pecado.*

Mediante o perdão dado por Deus e a santificação do Espírito Santo, o pecador fica livre da culpa, do poder e da maldição do pecado (At 2.38; 3.19). Sem esse livramento divino, a pessoa perece no seu pecado, eternamente (Jo 3.16; 1Co 1.18; 2Co 2.15).

(c) *A salvação implica em receber de Deus nova vida.* De um estado de morte espiritual, isto é, de uma existência separada de Deus e sob o domínio do pecado e da morte, a pessoa nasce “de Deus” (Jo 1.13), nasce “do Espírito” (Jo 3.5), e se torna filho de Deus (Jo 1.12).

(d) *A salvação se realiza por meio de Jesus Cristo.* É na união espiritual do pecador com Cristo, mediante o arrependimento e a fé, que o indivíduo é salvo. Paulo declara que Deus nos deu vida “juntamente com Cristo... e nos ressuscitou juntamente com ele, e com ele nos fez assentar nas regiões celestiais em Cristo Jesus” (Ef 2.5,6).

2. O processo da salvação pessoal. A salvação pessoal, desde o seu início até a sua consumação, realiza-se mediante um processo. Ela tem começo, desenvolvimento e consumação. A salvação pessoal começa quando o indivíduo, ouvindo o evangelho, se arrepende e crê em Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador. Quando a pessoa recebe Jesus Cristo como seu Salvador e confia nele, ela nasce de Deus (Jo 1.12), recebe o perdão dos pecados e o Espírito Santo (At 3.19; 2.38; Ef 1.13,14). Caso ela venha a falecer nesse instante, já está salva.

Mas a salvação é vivenciada e desenvolvida na vida pessoal durante o tempo de vida cristã. Isso implica em ações contínuas de Deus na vida pessoal e na correspondente participação do cristão. O alvo nesse processo é levar o cristão a alcançar a qualidade de vida, segundo a imagem de Cristo (Rm 8.29; Ef 4.13; 1Jo 3.2).

Contudo, a consumação da salvação, isto é, a sua plenitude na vida pessoal só será atingida no dia final, quando Cristo voltar. Ele virá para resgatar o nosso corpo do poder da morte (Fp 3.21; 1Co 15.42-44, 53-54), e nos introduzir na nova criação, onde viveremos para sempre na presença de Deus (Ap 21.1-4; 22.3,4). Vamos agora ver os vários aspectos da salvação em cada uma das três fases: começo, desenvolvimento e consumação.

III. OS ASPECTOS DA SALVAÇÃO INICIAL

O que acontece na vida da pessoa no início da salvação, isto é, quando o indivíduo crê em Jesus como seu Salvador?

Que aspectos da salvação passam a fazer parte da experiência dele? Vamos destacar quatro aspectos essenciais. A ordem seguida aqui é apenas lógica, e não cronológica, pois os fatos podem ocorrer ao mesmo tempo.

1. Conversão. A conversão situa-se bem no início da salvação pessoal. Conversão significa a decisão da pessoa de abandonar a vida de pecado e voltar-se para Deus, em arrependimento e fé, disposto a obedecer a palavra divina. É a resposta pessoal ao chamado de Deus para a salvação. Nesse chamado divino pelo evangelho o Espírito Santo convence o pecador da realidade do pecado e sua maldição, bem como da graça salvadora de Deus em Cristo, levando o pecador a decidir-se por obedecer ao chamado de Deus. Não há salvação pessoal sem a conversão (Is 55.7; Jr 18.11; Mt 18.3; At 3.19).

A conversão tem dois aspectos implícitos: arrependimento e fé. O arrependimento é um elemento intrínseco da conversão. É uma condição para o recebimento da salvação (Mt 3.2; Mt 4.17; Mc 1.15; Lc 13.3-5; Mc 6.12; At 2.38; 17.30; 20.21; 26.20). No arrependimento o indivíduo se convence de que é pecador, sente tristeza por isso, e deseja voltar-se para Deus e mudar de vida. É o Espírito Santo que age e leva o pecador ao arrependimento (At 5.31; 11.18; 2Tm 2.25), usando a palavra do evangelho (Lc 16.30,31; 24.47; At 2.37,38).

A fé é outro aspecto essencial relacionado com a conversão. É por meio da fé que somos salvos (At 16.31; 26.18; Ef 2.8; Rm 5.1). A fé salvadora vem pelo ouvir da palavra de Cristo (Rm 10.17). Essa fé cristã implica em algum conhecimento dos fatos básicos do evangelho, aceitação da verdade desses fatos, e confiança na pessoa de Jesus Cristo. Ela envolve nosso intelecto, nossas emoções e nossa vontade para nos portarmos em conformidade com as verdades do evangelho.

Na conversão, o indivíduo fica unido a Cristo e participa dos benefícios salvíficos da sua morte e ressurreição. Ele recebe o perdão dos pecados, a nova vida em Cristo e o Espírito Santo (At 3.19,20; Ef 1.13,14). Essa união com Cristo é simbolizada e testificada no batismo (Rm 6.4), e vivenciada na comunhão com os irmãos na fé (1Co 12.13).

2. Regeneração. A regeneração é outro aspecto essencial da salvação inicial. Regeneração é o ato de Deus de introduzir vida espiritual naquele que se converte. É obra exclusiva de Deus mediante o Espírito Santo, com base na graça revelada em Cristo (Tt 3.5; 1Pe 1.3). A regeneração é referida também como novo nascimento, (Jo 1.13; Jo 3.3; 1Jo 5.1,4), vivificação (Ef 2.5; Cl 2.13), ressurreição (Cl 3.1), nova criação (Ef 2.10; 2Co 5.17). Os seres humanos, por natureza, estão “mortos” em suas transgressões e pecados (Ef 2.1), sem vida espiritual: “Mas Deus, que é rico em misericórdia... deu-nos vida juntamente com Cristo” (Ef 2.4,5).

A regeneração ou o novo nascimento implica numa mudança interior em que o coração humano é renovado e santificado. O poder dominante do pecado no íntimo é quebrado. As inclinações do coração contrárias à vontade de Deus são revertidas para uma inclinação favorável a Deus e à sua Palavra (Rm 8.5-9). Na regeneração, há um “lavar regenerador e renovador do Espírito Santo” (Tt 3.5). Sem isso, não há vida espiritual, não há salvação (Jo 3.3,5).

3. Justificação . Outro aspecto da salvação inicial, de grande relevância, é a justificação. O apóstolo Paulo é quem mais enfatiza essa doutrina (Rm 3.24-26; 4.25; 5.16,18; 8.33; Gl 2.16; 3.11). Mas outros também falam dela (Is 53.11; Lc 18.14).

Justificação é o ato de Deus pelo qual ele, com base na justiça de Cristo, declara o pecador perdoado, livre da condenação, e aceito como justo diante dele. A justificação é uma declaração judicial de Deus a respeito da condição do pecador frente à lei divina. Ela ocorre diante do tribunal divino e não na alma da pessoa (Rm 8.33,34). A base da justificação é a justiça de Cristo,

alcançada por ele mediante a sua morte por nós (Rm 3.24-26; 4.25). Entre os efeitos da justificação na vida pessoal destacam-se a paz com Deus, o regozijo na esperança da glória de Deus (Rm 5.1,2), a certeza de estar reconciliado com Deus e de que será salvo da ira divina (Rm 5.9,10).

Há diferença conceitual entre justificação e regeneração. São duas as principais diferenças. Primeiro: a justificação ocorre diante do tribunal divino, e a regeneração acontece no íntimo da pessoa. Segundo: a justificação tem caráter judicial, isto é, consiste numa decisão de Deus que absolve o pecador da condenação eterna; a regeneração tem caráter moral, quer dizer, é uma mudança no coração e na alma do indivíduo.

Ambos, porém, estão intimamente relacionados: são atos da graça de Deus na salvação pessoal inicial.

4. Adoção de filho. Na salvação inicial, o cristão é aceito na família de Deus como filho, e se torna participante de todos os benefícios da graça salvadora de Deus (Jo 1.12,13; Rm 8.16; Gl 4.5; Ef 1.5; 1Jo 3.1). Como filhos, recebemos o Espírito Santo (Gl 4.6), e por meio dele podemos desenvolver a nossa nova maneira de viver diante de Deus, conforme a imagem de Cristo (Ef 4.24; Gl 5.22). Temos comunhão com o Pai celestial e podemos falar com ele em oração, e dele esperar toda a provisão para a nossa vida (Mt 6.9-13). Como filhos, somos também “herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo” (Rm 8.17). Recebemos “uma herança... nos céus” (1Pe 1.4) e “todas as bênçãos espirituais nas regiões celestiais em Cristo” (Ef 1.3).

Estes são os principais atos da salvação inicial: conversão (com arrependimento e fé), regeneração, justificação, e adoção de filhos. Quem recebeu Cristo em seu coração para o amar e seguir, tem já experimentado esses aspectos da salvação, e pode dizer que Cristo o salvou e lhe deu a vida eterna.

Mas é apenas o princípio da salvação, que deve ser vivenciada e desenvolvida durante a vida cristã (Fp 2.12,13).

IV. A VIVÊNCIA E CONSUMAÇÃO DA SALVAÇÃO

Durante toda a existência do crente neste mundo, ele vivencia, em fé e esperança, a salvação recebida no princípio, e prometida para consumir-se no futuro. Durante essa vivência cristã, o indivíduo deve procurar crescer no conhecimento da vontade de Deus e no desenvolvimento da sua vida espiritual, desejando agradar a Deus em tudo (Cl 1.9-12). Nesta fase, dois aspectos básicos da salvação merecem nossa atenção aqui: a santificação e a perseverança. A esta segunda fase segue-se a terceira: a consumação da salvação.

1. A santificação pessoal . Santificar é o ato de separar do mundo e dedicar a Deus (Lv 20.7; 1Ts 5.23). Em princípio, com a salvação inicial, todos os crentes já foram santificados e são “santos” (At 9.13; 1Co 1.2; 2Co 1.1; Ef 1.1; Cl 1.2). Essa santificação *inicial* de todos os crentes é também chamada de santificação *objetiva* ou *posicional*. Mas existe a santificação *progressiva*, que é desenvolvida durante a vida cristã. Neste sentido, somos exortados a que nos santifiquemos cada vez mais (1Ts 4.3,7; 5.23).

A santificação progressiva, que estamos tratando aqui, pode ser definida como o processo pelo qual o crente regenerado cresce na sua vida com Deus e se torna cada vez mais semelhante a Cristo, moral e espiritualmente . É disso que o apóstolo Paulo está falando quando diz que “somos transformados de glória em glória na mesma imagem [de Cristo] (2Co 3.18). É um processo contínuo de aperfeiçoamento pessoal, que demanda um constante despir-se do “velho homem”, isto é, do procedimento pecaminoso anterior, e um revestir-se do “novo homem, criado segundo Deus em verdadeira justiça e santidade” (Ef 4.22,24). Isso é feito com base no fato e na fé que já morremos com Cristo na cruz e com ele ressuscitamos para a nova vida, e que agora temos o Espírito Santo que nos ajuda a viver em santidade de vida para Deus (Rm 6.6,11-13; Gl 5.24; Cl 3.1-10).

A santificação, assim como toda a salvação, é obra Deus.

É Deus quem santifica o crente (1Ts 5.23,24; Jo 17.17), pelo Espírito Santo (2Co 3.18; Rm 8.13; Ef 3.16; Gl 5.16,22,23), usando como instrumento a Palavra divina (Jo 17.17; 2Tm 3.16,17; Jo 15.3). Mas o indivíduo tem uma participação decisiva na santificação (Fp 2.12,13; Rm 6.11-13; 1Pe 1.14-16; Cl 3.5,8-10). Cooperamos com Deus para que ele cumpra o seu propósito de nos santificar “completamente” (1Ts 5.23).

2. A perseverança na fé . No processo de santificação, o crente se fortalece e persevera na fé obediente e na esperança da glória futura. Deus cerca de cuidados aquele que recebeu Cristo como Senhor para que permaneça na fé e na salvação recebida em princípio. O apóstolo Pedro afirma que os crentes regenerados são “protegidos pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação preparada para se revelar no último tempo”(1Pe 1.5). Deus protege o cristão para que persevere, mas ele o faz “mediante a fé”, que é algo que o crente deve cultivar.

“Vigiai, permanecei firmes na fé, portai-vos corajosamente, sede fortes” (1Co 16.13). Então, permanecendo na fé em Cristo podemos ter certeza de que estamos protegidos por Deus para a salvação. Jesus nos deu essa garantia (Jo 5.24; Jo 6.56; Jo 10.28,29), e os apóstolos também (Rm 5.9,10; Rm 8.30,35,38,39; Ef 1.13,14; 4.30; Fp 1.6).

Contudo, o crente regenerado está sujeito a cair em fraqueza e pecado. Mas o seu coração não fica satisfeito com essa situação. Reconhece o pecado, deseja perdão, confessa e busca libertação, ainda que muitas vezes esteja preso pela força do hábito pecaminoso. Por outro lado, aqueles que desistem de seguir a Cristo e passam a sujeitar-se decididamente a outro “senhor” e permanecem nessa situação, sem arrependimento, evidenciam com isso que não tinham se firmado no evangelho de Cristo (Mt 13.5-7) e não chegaram a pertencer de fato ao grupo dos salvos (1Jo 2.19).

3. A consumação da salvação. A salvação recebida em princípio na conversão, experimentada e desenvolvida durante a vida cristã no processo da santificação, será realizada e desfrutada plenamente na volta de Cristo

(Hb 9.28; 1Pe 2.5). O termo que melhor expressa a realidade da salvação consumada é *glorificação*.

A glória futura do salvo está expressa de várias maneiras nas Escrituras (Rm 5.2; 8.18; Cl 1.27; 1Pe 1.7). Não sabemos tudo o que está implicado nela. Mas sabemos que Cristo virá pessoalmente em glória para finalizar a salvação na vida daqueles que o receberam e permaneceram na fé.

Em linhas gerais, apontamos aqui três aspectos do que vai acontecer. Primeiro: Cristo nos ressuscitará dentre os mortos e nos dará um novo corpo , transformado (Lc 20.35,36; Rm 8.23; 1Co 15.51ss; Fp 3.21). Segundo: ele nos tirará do meio do mundo mal e nos levará para junto de si mesmo, para a “pátria” celestial (Fp 3.20; Hb 11.16; 2Pe 3.13; Ap 21.1-4).

Terceiro, viveremos para sempre na presença de Deus e de Cristo, livres do pecado, do sofrimento e da morte, no gozo das bem-aventuranças eternas (2Co 5.6,7; Ap 21.3,4; 22.4).

Enquanto aguardamos a salvação futura (Rm 13.11; 1Pe 1.5; 2.2), somos exortados e estimulados a perseverar e a desenvolver a nossa santificação pessoal (1Ts 5.23; 1Jo 3.2,3; Ap 2.7; 3.5,21), “para a completa certeza da esperança” (Hb 6.11. Esses acontecimentos e outros relacionados com a consumação da salvação serão estudados e expostos com mais detalhes no último capítulo deste livro.

Como vimos, na salvação pessoal, há um começo, uma continuação e uma consumação. Desta forma, pode-se dizer que o verdadeiro crente *está* salvo, *está sendo* salvo, e *será* salvo.

Ou, foi salvo da *condenação* do pecado, está sendo salvo do *poder* do pecado, e será salvo da *presença* e dos efeitos do pecado. Esta é a “tão grande salvação... que tendo sido anunciada inicialmente pelo Senhor, foi depois confirmada a nós pelos que a ouviram” (Hb 2.3). Não podemos negligenciar tão grande salvação.



Depois de termos falado da obra salvadora de Cristo e da aplicação da salvação na vida pessoal, vamos considerar neste capítulo a pessoa e a obra do Espírito Santo (*pneumatologia*). Já vimos em parte a natureza do Espírito Santo quando tratamos da doutrina da Trindade (cap. 4). Aqui faremos alguma menção do que já foi dito, mas estaremos ampliando e aprofundando o nosso estudo acerca do assunto. Veremos a natureza do Espírito, as etapas do seu ministério na Bíblia, e a sua obra na vida cristã.

I. A NATUREZA DO ESPÍRITO SANTO

Para sabermos quem é o Espírito Santo, vamos destacar os diversos nomes dados a ele nas Escrituras e os aspectos essenciais da sua natureza. Esse conhecimento é importante porque tem a ver com o tipo de relacionamento que devemos ter com ele.

1. Nomes dados ao Espírito Santo. O Espírito Santo é designado por vários nomes. Os principais são: “Espírito de Deus” (Rm 8.9), “Espírito de Cristo” (Rm 8.9), “Espírito do Senhor” (2Co 3.17), “Consolador/Conselheiro” (Jo 14.16), “Espírito Santo da promessa” (Ef 1.13), “Espírito da verdade”(Jo 14.17), “Espírito da graça” (Hb 10.29), “Espírito de vida”(Rm 8.2), “Espírito Santo” (1Co 6.19).

Esses nomes indicam diversos aspectos do Espírito.

Podemos observar que ele está intimamente relacionado com a deidade, com a verdade do evangelho, e com a vida espiritual dos cristãos. O “Espírito” que atua na vida do cristão (1Co 12.13; Ef 2.18; 4.4) é um só. É o mesmo Espírito “de Deus”, “de Cristo”, “do Senhor”, o “Espírito Santo”. É Deus, o Pai e o Filho, no Espírito agindo em nós.

2. O Espírito é uma personalidade. Pelas Escrituras, sabemos que o Espírito Santo não é apenas um poder ou mera influência impessoal. Ele tem propriedades de um ser pessoal, como inteligência (1Co 2.10-12), emoção (Ef 4.30) e vontade (1Co 12.11), e é capaz de interagir com outras pessoas. O Espírito age como uma pessoa: fala (At 13.2; Ap 2.7), ensina (Jo 14.26), convence (Jo 16.8-11), intercede (Rm 8.26), dá testemunho de Jesus (Jo 15.26), guia os crentes (At 8.14,29), dirige os missionários (At 16.6,7), constitui pastores nas igrejas (At 20.28), distribui dons (1Co 12.7-12).

Outro fato que indica que o Espírito Santo é um ser pessoal é que ele está sujeito a ser atingido como uma pessoa: pela blasfêmia (Mt 12.31,32), pela mentira (At 5.3,4), pela tristeza (Ef 4.30), pelos insultos (Hb 10.29). Sendo o Espírito um ser pessoal, nossa relação com ele deve ser do tipo interpessoal, levando em conta a vontade dele, sua sabedoria e dignidade.

3. O Espírito é um ser divino . A Bíblia fala do Espírito Santo como sendo Deus (At 5.3,4; 2Co 3.17; Ef 2.22). Ele tem os atributos divinos, como santidade, verdade (Jo 16.13), amor (Rm 15.30), eternidade (Hb 9.14), onisciência (1Co 2.11), e outros. As obras de Deus também são atribuídas ao Espírito: a criação (Gn 1.2), a regeneração (Tt 3.5), a justificação, a santificação (1Co 6.11), a ressurreição (Rm 8.11), e outras.

Os títulos empregados ao Espírito Santo também comprovam a sua deidade: “Espírito do Pai ” (Mt 10.20), “Espírito de Deus ”, “Espírito de Cristo” (Rm 8.9).

Como vimos, o Espírito Santo, que é designado de várias maneiras na Bíblia, é um ser pessoal e divino. A ele devemos a mesma honra que

dispensamos ao Pai e ao Filho. É ele que nos une a Cristo e nos capacita a viver como cristãos e a realizar a obra de Deus (Rm 8.13,14; Gl 5.16-18).

II. ETAPAS NO MINISTÉRIO DO ESPÍRITO SANTO

Podemos observar nas Escrituras três etapas no ministério do Espírito Santo, passando de um aspecto mais geral no Antigo Testamento para um mais específico no Novo Testamento; ou da criação para a redenção.

1. O ministério do Espírito no Antigo Testamento. No Antigo Testamento, o Espírito de Deus aparece atuando em várias áreas: *na criação* (Gn 1.2; Sl 104.30), *na revelação* (Ez 2.2; 11.1,24) e *na vida pessoal*, conferindo a certos indivíduos habilidades e poderes especiais para obras específicas (Ex 31.3-5; Jz 11.29,32; 14.6), e renovando a vida espiritual de pessoas (Sl 51.11,12; Sl 143.10). O AT descreve a primeira etapa do ministério do Espírito de Deus, e anuncia as duas outras etapas que estavam por vir: que o Espírito iria ungir o Messias (Is 11.2; 61.1-3) e que seria derramado sobre todos (Is 32.15; Ez 39.28,29; Jl 2.28,29).

2. O ministério do Espírito nos evangelhos. Jesus assegurou que a promessa do AT que o Espírito de Deus iria ungir o Messias se cumpriu na vida dele (Lc 4.18-21). Nos evangelhos, a obra do Espírito Santo aparece especialmente relacionada com a vida e o ministério de Jesus. O Espírito Santo gerou Jesus (Lc 1.35), desceu sobre ele no batismo (Jo 1.32,33), conduziu-o ao deserto para ser tentado (Mt 4.1; Lc 4.1), capacitou o Mestre para ensinar, pregar e realizar obras extraordinárias (Lc 4.18; At 10.38; Mt 12.27,28). Além disso, o Espírito Santo esteve agindo na morte de Jesus (Hb 9.14), na ressurreição (Rm 8.11) e no ensino de Jesus depois da ressurreição (At 1.2).

Nesta segunda etapa do seu ministério, o Espírito Santo não ficou restrito a Jesus. Ele atuava também na vida e no ministério de João Batista (Lc 1.15), dos discípulos (Jo 14.17) e daqueles que criam em Jesus (Jo 1.12,13;

3.5,7). Além disso, o Espírito continuava com suas operações gerais no mundo, como no AT. Porém, manifestou-se de modo especial na vida e no ministério do Messias.

3. O ministério do Espírito em Atos e nas epístolas.

Começou no Pentecostes a terceira etapa do ministério do Espírito Santo, e se estende por todo o restante do Novo Testamento, e pelos séculos seguintes, até hoje. No evento do Pentecostes cumpriu-se a promessa do derramamento do Espírito sobre “todas as pessoas” (“toda a carne”) (Jl 2.28).

Primeiro o Espírito veio sobre cristãos *judeus* em Jerusalém (At 2.1-4,16-21), depois sobre cristãos *samaritanos* em Samaria (At 8.15-17), seguindo-se o derramamento sobre cristãos *gentios* em Cesaréia (At 10.44-46), e, por último sobre alguns que seguiam o ensino de João Batista, mas que se converteram a Cristo, em Éfeso (At 19.1-6). Em cada ocasião dessas houve sinais perceptíveis da vinda do Espírito sobre eles. Dessa forma Deus demonstrou, inequivocamente, que a promessa da vinda do Espírito havia sido cumprida, e que pessoas de todas as raças e nações estavam sendo recebidas igualmente por Deus na sua grande família (Ef 2.13-16,19).

Convém ressaltar que os aspectos essenciais da promessa do Espírito não são os sinais visíveis ou audíveis, embora esses sinais possam estar presentes. O elemento essencial da promessa é a dádiva do Espírito aos que creem no evangelho (At 2.38,39) e o poder espiritual para os fins da salvação e do testemunho (At 1.8; Jl 2.28-32).

III. A OBRA DO ESPÍRITO SANTO NA VIDA CRISTÃ

Do começo ao fim, a vida cristã é produto da ação do Espírito Santo. É ele quem aplica na vida das pessoas a grande salvação trazida por Cristo. Ele age na vida do indivíduo e na igreja, como destacaremos a seguir.

1. Convencimento (Jo 16.8-11). É o Espírito Santo que convence as pessoas das realidades espirituais anunciadas no evangelho. Ele atua para que o pecador entenda a verdade e reconheça que ela tem implicações vitais para a sua vida. O Espírito trabalha não só com o incrédulo, para que se converta, mas também com o cristão, para que compreenda mais e mais a verdade de Deus. Ele é “o Espírito da verdade”(Jo 14.17).

2. Regeneração e justificação (Jo 3.6; Tt 3.5). O Espírito Santo purifica do pecado e concede vida espiritual ao pecador convertido, unindo-o a Cristo. Ele regenera o crente e o faz nascer de novo. A justificação, que está relacionada com a regeneração, é também efetivada “em nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito de nosso Deus” (1Co 6.11).

3. Habitação no cristão (Jo 14.16,17; 1Co 6.19; Rm 8.9; Gl 4.6). Antes do Pentecostes, o Espírito de Deus já atuava de modo especial em algumas pessoas, capacitando-as para o desempenho de certas tarefas especiais. Depois do Pentecostes, o Espírito de Deus passou a habitar permanentemente em todas as pessoas regeneradas (Jo 14.17), tornando-as “santuário do Espírito Santo” (1Co 6.19).

4. Santificação e crescimento . O Espírito Santo promove o desenvolvimento da santificação e do crescimento espiritual do cristão. Ele fortalece a vida espiritual no íntimo (Ef 3.16), dá entendimento espiritual das coisas reveladas por Deus (1Co 2.12,15), capacita o fiel para resistir as paixões da carne (Rm 8.6-9,13; Gl 5.16,17) e lutar contra as forças espirituais malignas (Ef 6.10,12). O propósito do Espírito é fazer com que a salvação recebida pela fé se torne cada vez mais real na experiência do indivíduo.

5. Segurança e consolo . O Espírito Santo confirma no íntimo do cristão a sua condição de filho de Deus e de herdeiro das bênçãos da salvação (Rm 8.14-17). Ele ensina ao crente a verdade da salvação para que permaneça nela (1Jo 2.27).

Ajuda o indivíduo quando ele está abatido e desanimado, de modo a não ficar nunca desamparado (Jo 14.16-17). Dá ao crente alegria, paz e esperança, por mais tribulação que ele possa ter neste mundo (Rm 15.13).

6. Poder espiritual . Uma das obras distintivas do Espírito Santo na vida do cristão é o poder espiritual (At 1.8; Ef 3.16). Esse poder se manifesta no entendimento da verdade de Deus, na resistência contra as forças pecaminosas da natureza humana e do mundo (Gl 5.16; Rm 8.13), na coragem para testemunhar de Cristo (At 1.8; 2.22-24; 4.18-20), e na capacidade espiritual (dons) para realizar as diferentes obras do reino de Deus. Enfim, tudo que se pode experimentar da graça salvadora de Deus em Cristo e realizar no reino de Deus só é possível mediante a ação do Espírito Santo.

7. Edificação da igreja. O Espírito Santo coloca o crente na igreja, o corpo de Cristo, integrando-o ao grupo daqueles que constituem o povo de Deus, para que participe da vida e do ministério de Cristo (1Co 12.13). A igreja é a comunidade do Espírito, onde ele habita (1Co 3.16; Ef 2.22). É o Espírito Santo que equipa a igreja com pessoas dotadas de condições e habilidades para servirem em diversas funções do ministério da igreja (At 20.28; Ef 4.11,12; 1Co 12.8-11). O Espírito instrui e corrige a igreja (Ap 2.7,11,17,29), fortalece-a (At 1.8), dirige-a na sua missão (At 13.2; 9.31), e a edifica (At 9.31).

IV. O BATISMO COM O ESPÍRITO SANTO

Um aspecto da obra do Espírito Santo que tem sido motivo de divergência é o batismo com o Espírito Santo.

O objetivo aqui é esclarecer como essa doutrina tem sido interpretada. Destacamos três modos de entender o assunto.

1. O batismo como o evento ocorrido no Pentecostes . João Batista referiu-se à promessa da vinda do Espírito como o “batismo com o Espírito

Santo” que Jesus realizaria (Mt 3.11). Jesus também falou da “promessa de meu Pai” como sendo o batismo com o Espírito Santo, que os discípulos deveriam esperar em Jerusalém (Lc 24.49; At 1.4,5).

Pedro interpretou o que estava ocorrendo no Pentecostes como o cumprimento da promessa e como o batismo com o Espírito Santo realizado por Jesus (At 2.16,33). Tempos depois, referindo-se ao que aconteceu no Pentecostes, Pedro disse: “Então lembrei-me do que o Senhor tinha dito: João batizou com água, mas vocês serão batizados com o Espírito Santo” (At 11.16). Portanto, no entendimento dos primeiros discípulos, o batismo com o Espírito Santo consistiu na dádiva do Espírito aos cristãos no Pentecostes, em cumprimento à promessa de Deus.

Mas surge a questão: qual o significado do batismo com o Espírito Santo para aqueles que vieram depois do Pentecostes? Sobre esse aspecto, há duas interpretações básicas.

2. O batismo como um recebimento especial do Espírito, depois da conversão . Muitos entendem que o batismo com o Espírito Santo é um recebimento especial do Espírito por parte do crente, depois da conversão, além daquele recebimento que acontece ao se converter. Assim, nem todos os crentes, que já têm o Espírito Santo, foram batizados com o Espírito Santo. Defendem que o batismo com o Espírito é uma experiência especial, que se faz acompanhar de alguns sinais sobrenaturais. Por isso incentivam os crentes a buscarem essa experiência, que às vezes é chamada também de “segunda benção”.

Para alguns que seguem esse entendimento, a prova do batismo com o Espírito Santo é o falar em “línguas estranhas”. Mas outros entendem que o falar em “línguas estranhas” não é a prova do batismo, pois falar em línguas é um *dom* do Espírito, e como tal não é dado a todos (1Co 12.7-10,30). Assim, alguns podem falar em línguas no momento do batismo com Espírito, mas não necessariamente. A prova do batismo, então, é uma

experiência pessoal incomum, como fortes emoções, discernimento espiritual, ou capacidade espiritual para fazer algo em nome de Cristo.

3. Batismo como a dádiva do Espírito ao cristão, quando se converte. A interpretação mais comum é a que entende que o batismo com o Espírito Santo consiste na dádiva do Espírito ao indivíduo quando ele crê em Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador . A base bíblica para esse entendimento é ampla. Por exemplo, o apóstolo Pedro afirmou que todos os que se arrependem e creem em Jesus recebem “o dom (dádiva) do Espírito Santo”, e que esse dom é o prometido batismo com o Espírito Santo (At 2.38,39). Paulo também disse aos crentes de Éfeso que quando eles ouviram “a palavra da verdade, o evangelho da salvação”, e creram, eles foram “selados com o Espírito Santo da promessa” (Ef 1.13). Essa selagem é a dádiva do Espírito Santo, o batismo prometido. Na mesma carta o apóstolo exorta os cristãos para que não entristeçam o Espírito Santo de Deus, com o qual foram selados para o dia da redenção (Ef 4.30).

A Bíblia também afirma que “todos fomos batizados por um só Espírito para ser um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres; e a todos nós foi dado beber de um único Espírito” (1Co 12.13). Aqui está dizendo que é o Espírito Santo que nos uni a Cristo e ao seu povo remido, e isso implica em ser batizado pelo mesmo Espírito e “beber de um único Espírito”. Em consonância com isso, Billy Graham diz que “a finalidade do batismo no Espírito Santo é fazer o novo crente adentrar no corpo de Cristo. Não há intervalo de tempo entre a regeneração e o batismo no Espírito Santo”.^[Nota 23]

O entendimento de quem escreve aqui está de acordo com esta última interpretação. Quer dizer, o batismo com o Espírito Santo, do ponto de vista histórico, foi a vinda do Espírito Santo de forma extraordinária sobre a igreja nascente, conforme os relatos em Atos. Depois do seu cumprimento histórico, o batismo com o Espírito Santo consiste no recebimento do Espírito por parte do crente quando ele crê em Cristo. A regeneração

demonstrada por um novo modo de viver, de acordo com a vontade de Deus, é o sinal mais evidente de que o indivíduo recebeu o Espírito, isto é, foi batizado com o Espírito Santo.

V. A PLENITUDE DO ESPÍRITO SANTO

1. O apelo para o cristão encher-se do Espírito Santo. O cristão é ensinado nas Escrituras a ir além do recebimento do Espírito (batismo com o Espírito); ele deve procurar viver cheio do Espírito Santo. Esse foi o modo de vida dos apóstolos (At 2.4; 4.8, 31), dos sete “diáconos” (At 6.3,5), de Barnabé (At 11.24), e também dos recém-convertidos em Antioquia (At 13.52). Paulo exorta que os cristãos não devem embriagar-se, mas devem encher-se do Espírito Santo (Ef 5.18). Quer dizer, o cristão, que já recebeu o Espírito, deve deixar que o Espírito controle a sua vida. Porque é vivendo pelo Espírito de Deus que o cristão pode vencer a força do pecado e das tentações, e assim não ficar debaixo da lei de Deus (Gl 5.16-18; Rm 8.13). Também é com a vida cheia do Espírito que o cristão pode cumprir satisfatoriamente a tarefa que Cristo lhe dá para realizar (At 1.8).

2. Como ser cheio do Espírito Santo. Não há nenhuma fórmula mágica para isso. Entretanto, há alguns elementos que são básicos e necessários.

(a) *É preciso desejar e buscar pelo Espírito Santo.* A vontade de ter a vida controlada pelo Espírito leva o cristão a buscar em oração a plenitude do Espírito. O Espírito não há de invadir a vida do cristão, contrariando a sua vontade e decisão.

Não é esse o modo do Espírito agir.

(b) *É preciso submissão a Cristo.* Isso se traduz em obediência à Palavra de Deus, que é o instrumento pelo qual o Espírito fala e trabalha em nós. O objetivo do Espírito Santo é levar a pessoa a unir-se a Cristo, o Senhor, e nessa união santificar o crente para a glória de Deus. Isso implica em *purificação* de todo pecado e *dedicação* total a Deus. O apóstolo adverte para

que não entristecemos o Espírito (Ef 4.30), nem apaguemos Espírito em nosso coração (1Ts 5.19). Precisamos nos sujeitar a ele e não aos nossos desejos carnis (Gl 5.16).

(c) *É preciso ter fé.* “A fé é a garantia do que se espera e a prova do que não se vê” (Hb 11.1). Devemos crer que, quando cumprimos as orientações dadas por Deus acerca de qualquer de suas promessas, temos o que ele prometeu, e com esta certeza, agir. Assim é também com relação à promessa de nos abençoar com o seu Espírito.

Uma evidência inconfundível da vida cheia do Espírito é o *fruto do Espírito* na vida do indivíduo (Gl 5.22,23), em oposição às “*obras da carne*” (Gl 5.19-21). Esse fruto se mostra nas nossas relações com Deus, com nós mesmos e com os outros (Ef 5.19-21). As evidências da plenitude do Espírito confirmam e fortalecem a fé do cristão.

Em conclusão, afirmamos que, no Pentecostes o Espírito Santo inaugurou uma nova etapa no seu ministério, aplicando na vida das pessoas a salvação trazida por Cristo. Quando recebemos Cristo no íntimo, nos é dado também o Espírito Santo, no qual passamos a viver e a desenvolver a vida com Deus.

Nota 23 - GRAHAM, B. O Espírito Santo. São Paulo: Vida Nova, 1980, p. 70. [Voltar]



O estudo da doutrina da igreja (*ecclesiologia*) segue logicamente o estudo das doutrinas já examinadas, especialmente a da salvação. As pessoas alcançadas por Cristo formam uma nova comunidade, a igreja, com propósitos definidos.

A igreja é a “casa de Deus” (família) (Hb 3.6), criada por ele, para nela o cristão vivenciar e desenvolver a salvação recebida. O Espírito de Deus está presente na igreja, e por ela Deus tem grande zelo (1Co 3.16,17). Neste estudo nós vamos considerar os aspectos mais essenciais da doutrina da igreja: sua natureza, figuras da igreja, funções, liderança e governo, e ordenanças.

I. A NATUREZA DA IGREJA

1. O significado do termo “igreja”. A palavra “igreja” vem do grego *ekklesia*, que na sua etimologia significa “os chamados para fora”. A palavra era usada pelos gregos para referir-se ao grupo de pessoas devidamente convocadas e reunidas para fins deliberativos, em regime democrático.^[Nota 24] A primeira tradução grega (*Septuaginta*) do AT hebraico empregou a palavra *ekklesia* para traduzir o hebraico *qahal*, que se referia ao povo de Israel convocado e reunido em assembleia (Dt 31.30; Jz 21.8). Isso mostra que o sentido básico da palavra “igreja” é *assembleia* ou *reunião* de pessoas convocadas para um determinado fim.

Foi Jesus quem primeiro usou a palavra “igreja” para designar o grupo dos que se reuniam em torno dele, reconhecendo-o publicamente como seu Senhor, e aceitando os princípios do reino de Deus (Mt 16.18). Portanto, no Novo Testamento “igreja” não é o prédio onde os cristãos se reúnem para adorar, nem a instituição ou denominação. Igreja é, em sua essência, *um grupo de pessoas que professam Cristo como seu Senhor e Salvador e se reúnem com o propósito de adorar, aprender e cumprir a vontade do seu Senhor.*

2. Dois tipos de igreja: universal e local . Das 109 ocorrências da palavra “igreja” no Novo Testamento, uma parte menor designa a igreja em sentido *universal*: a totalidade dos seguidores de Cristo em todo o mundo (Mt 16.18; Ef 5.25, etc). A igreja em sentido universal não tem organização humana, nem líder humano que a represente, nem se reúne como um todo em algum lugar no mundo. O único Pastor da igreja universal é Jesus Cristo. Ele afirmou: “haverá um rebanho e um pastor” (Jo 10.16). Ele é “o grande Pastor das ovelhas” (Hb 13.20), “o Supremo Pastor” (1Pe 5.4).

Porém, mais de 80% das vezes em que a palavra “igreja” aparece no Novo Testamento refere-se a uma igreja *local*.

Neste sentido , *igreja é um grupo de cristãos que se reúne regularmente numa determinada localidade geográfica, com o propósito de adorar a Deus, aprender de Cristo e testemunhar dele.*

A maior parte das cartas do Novo Testamento foram escritas para igrejas locais (1Co1.2; Gl 1.2; 1Ts 1.1). Não importa o tamanho do grupo, se grande ou pequeno, nem o local onde se reúne, podendo ser uma casa (Rm 16.5; 1Co 16.19) ou um templo. Como escreveu Mulholland, a igreja local reflete a igreja universal; ela serve de agente representativo do povo universal de Deus naquela localidade.^[Nota 25]

3. A igreja e o reino de Deus . Qual a relação da igreja com o reino de Deus? Para entendermos essa questão, precisamos primeiro compreender o que é o reino de Deus.

Em síntese podemos dizer que o reino de Deus é o domínio de Deus sobre as pessoas e sobre o mundo, tanto no presente como no futuro. Dito de outra maneira, é a soberania divina em ação, que se manifesta parcialmente no presente, especialmente por meio de Cristo e sua obra, e caminha para a sua manifestação plena no futuro, quando Cristo voltar.

Com base nesse conceito, podemos destacar três pontos acerca da relação da igreja com o reino. Primeiro: a igreja é obra do reino de Deus. A igreja é a comunhão dos discípulos de Jesus que recebem a vida do reino e se dedicam à tarefa de pregar o evangelho do reino no mundo. Segundo: a igreja é instrumento do reino de Deus. A igreja é o povo que recebeu de Cristo as chaves do reino dos céus (Mt 16.19; 18.18), e foi designado para ser instrumento do reino, preparando o caminho para a introdução da ordem ideal das coisas. Terceiro, a igreja é uma realidade menor que o reino. A igreja é fruto do reino inaugurado, o povo que se prepara para viver e desfrutar o reino em sua plenitude. Mas o reino de Deus vai além do âmbito da igreja. O reino representa o domínio de Deus em todas as esferas da vida humana e do mundo.

II. NOMES BÍBLICOS DA IGREJA

Para entendermos melhor o que é a igreja, vamos considerar os principais nomes ou figuras dados à igreja no Novo Testamento.

1. Povo de Deus . No Antigo Testamento, Israel é designado o povo de Deus (Ex 6.7; 19.5; Dt 4.20, etc.). Mas vindo Cristo, ele restaurou a identidade do povo de Deus e ampliou a abrangência desse povo para incluir nele todos aqueles que professam a fé em Cristo. Portanto, não há que se falar hoje de dois povos de Deus (Israel e a Igreja), mas um só povo, a igreja; um povo constituído de todos aqueles que se unem a Cristo pela fé, tanto judeus como não judeus (Ef 2. 12-16; 1Pe 2.9,10; Tt 2.14).

Como povo de Deus, a igreja tem algumas características do povo de Deus no passado. A igreja é um povo *eleito e chamado* por Deus (At 2.39). Ela é o povo da *nova aliança*, “firmada sobre melhores promessas” (Hb 8.6). A igreja é um povo *exclusivo* de Deus, “um povo todo seu, consagrado às boas obras” (Tt 2.14). Um povo que *serve* a Deus, tanto em adoração como em testemunho no mundo (Tt 2.14; 1Pe 2.4,5,9; Hb 13.15,16).

2. Corpo de Cristo . Este é outro nome bíblico de grande importância dado à igreja. A expressão “corpo de Cristo” aplica-se tanto à igreja local (1Co 12.27) como à igreja em sentido universal (Ef 1.22,23). O nome “corpo de Cristo” reflete algumas características importantes da igreja. Enumeramos aqui quatro. Primeiro: este nome revela que a igreja é uma *unidade*. Ela está unida a Cristo e uns com os outros. Cristo é a cabeça do corpo (Cl 1.18; 2.9,10), e os crentes são membros do mesmo corpo. Segundo: a igreja é também uma *diversidade*. No corpo não existe apenas unidade, mas também diversidade de membros e de funções. Contudo, a diversidade não deve comprometer a unidade mais básica e espiritual da igreja (Ef 4.3-7). Terceiro: na igreja há uma *interdependência*. Cada cristão precisa do ministério dos outros irmãos (Gl 6.1,2; Hb 10.24; 1Co 12.25). Quarto: a igreja é um *agente de Cristo* no mundo. Ela age sob a autoridade de Cristo e com o poder do Espírito Santo (Mt 28.19,20; Jo 14.12).

3. Santuário de Deus . A igreja é “santuário de Deus”, para habitação do Espírito Santo (1Co 3.16,17; Ef 2.20-22).

Aqui também podemos destacar quatro elementos essenciais da igreja. Primeiro: a igreja tem um *caráter espiritual*. Ela é uma “casa espiritual” (1Pe 2.5), para louvor e morada do Espírito de Deus. Segundo: a igreja tem *Cristo como alicerce*. Ele é único fundamento (1Co 3.11). Os crentes são edificados espiritualmente mediante a sua união com Cristo (1Pe 2.4,5).

Terceiro: *a igreja é santa*. Ela é uma casa santa, feita de pessoas santificadas, e também em processo de santificação, habitada pelo Espírito Santo. Quarto: a igreja é um *santuário em construção*. A igreja ainda está

sendo edificada, não está pronta (Ef 2.21-22). Ela está crescendo tanto em qualidade como em extensão. Os que estão em Cristo participam dessa construção. O juízo de Deus provará a qualidade do que cada um fez (1Co 3.10-15).

Além das três principais figuras da igreja analisadas acima, há outras que oferecem ricas informações sobre a natureza e o caráter da igreja. Entre elas: *noiva de Cristo* (Ap 19.7; 21.2), *coluna e alicerce da verdade* (1Tm 3.15), *rebanho de Deus* (At 20.28; 1Pe 5.2), *família de Deus* (Ef 2.19), *vinha de Deus* (Lc 15.1-8).

III. AS FUNÇÕES DA IGREJA

Tendo já visto o que é a igreja, vamos agora considerar as funções dela. O propósito final da igreja é glorificar a Deus. Isso é declarado em várias passagens. Paulo escreveu: “Para que, unânimes e a uma só voz, glorifiquéis a Deus... e para que os gentios glorifiquem a Deus pela sua misericórdia” (Rm 15.6,9). Em Efésios ele disse: “a ele [Deus] seja glória na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre” (Ef 3.21). Ver ainda textos como 2 Tessalonicenses 1.12 e 1 Pedro 4.11. Para glorificar a Deus, a igreja deve cumprir fielmente as suas funções. Essas funções são: adoração, testemunho, edificação e serviço de ajuda aos outros.

1. Adoração a Deus. Adoração é a maneira mais direta pela qual a igreja glorifica a Deus. Jesus disse que “os verdadeiros adoradores adorarão o Pai no Espírito e em verdade; porque são esses os adoradores que o Pai procura” (Jo 4.23, A21). A igreja é vista como um grupo de pessoas que serve a Deus com sacrifícios de louvor (Hb 13.15; 1Pe 2.5). A adoração é exaltação do nome, do caráter, dos propósitos e dos feitos do Altíssimo. Ela é feita com orações, cânticos, leitura da Palavra, declarações e outros atos que externam o pensamento, o sentimento e a vontade da pessoa para com Deus.

A adoração se fará também continuamente no céu (Ap 4.8-11; 5.11-14; 7.9-12).

2. Testemunho do evangelho. As instruções finais de Jesus aos apóstolos foram acerca do fazer discípulos em todo o mundo (Mt 28.19). Isso demanda testemunhar dele, com poder espiritual (At 1.8). Para isso, a igreja conta com o poder do Espírito Santo. Por mais insignificante que a igreja seja do ponto de vista da sociedade, ela pode ser um instrumento poderoso de Cristo, desde que esteja vivendo na presença e no poder do Senhor (Ap 3.8,9). A palavra “testemunha” (*martyria*, de onde vem “mártir”) no contexto legal significa fazer uma defesa; o testemunho verbal é a essência do seu significado. A ideia de “testemunhar com a vida” ou “deixar que a vida fale” não transmite a intenção certa. É preciso contar as coisas realizadas por Deus em Cristo para a redenção do homem. Isto é, temos de anunciar as grandezas daquele que nos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz (1Pe 2.9).

3. Edificação própria. A igreja tem uma função em relação a si mesma: a edificação dos seus membros (Ef 4.11-13). Essa edificação tem como alvo alcançar a maturidade espiritual dos crentes, conforme o padrão de Cristo. Para isso a igreja conta com seus líderes, colocados ali por Cristo.

Mas também requer a participação efetiva dos seus membros, usando, cada qual, os seus dons (Ef 4.16; 1Co 14.12), suas palavras (Ef 4.29), tendo cuidado uns com os outros (1Co 12.25,26; Gl 6.2; 1Ts 5.14).

Um dos principais meios pelo qual a igreja se edifica é a instrução ou ensino. Ensinar faz parte da tarefa mais ampla do discipulado (Mt 28.20). Outra maneira de edificar a igreja é através da comunhão (*koinonia*), que significa participar juntos de algo, isto é, da vida de Cristo. A comunhão está ligada à adoração, que é a base da comunhão cristã, a participação comum na vida de Deus (1Jo 1.3,7). O impulso que alimenta e qualifica a comunhão cristã é o amor pelos irmãos (1Co 13; 1Jo 3.16), sinal marcante

da nova comunidade (Jo 13.34,35) e um meio de levar o mundo a crer em Jesus (Jo 17.23).

4. Serviço de ajuda aos outros . O ministério de Jesus não foi só de pregação, ensino e perdão, mas também de cura e de outros atos de misericórdia e de justiça. A igreja, como corpo de Cristo, tem também o dever de agir como o seu Senhor, e procurar ajudar os que sofrem. Esta é a vontade de Cristo para os seus discípulos, a julgar pela parábola do bom samaritano (Lc 10.25-37) e pelo seu ensino em Mateus 25.31-46, onde ele mostra que os verdadeiros sinais dos que são dele são os atos de amor para com os necessitados e sofre-dores. Tiago salienta o aspecto da atenção aos órfãos e viúvas - desprotegidos na época - como parte da expressão da legítima religião (Tg 1.27). Também fala da necessidade de o cristão expressar a sua fé através de obras de ajuda aos necessitados (Tg 2.15-17).

No exercício de suas funções, a igreja manifesta ao mundo o poder de Deus agindo nela e por meio dela, e compartilha as bênçãos do evangelho com outras pessoas. Estas, por sua vez, se juntam à igreja na glorificação ao nome de Deus.

IV. LIDERANÇA E GOVERNO DA IGREJA

A igreja, como comunidade de pessoas que seguem e servem a Cristo, com funções definidas, precisa de liderança e governo.

1. Os principais líderes da igreja. O Novo Testamento fala de duas classes de líderes eclesiais: pastores (chamados de presbíteros e bispos) e diáconos.

(a) *Pastores (presbíteros, bispos)*. Nos relatos do Novo Testamento, “presbíteros” e “bispos” referem-se às mesmas pessoas, que têm a função de pastorear a igreja; são, portanto, pastores. Por exemplo, em Atos 20.17,28, os líderes da igreja de Éfeso são chamados de *presbíteros* (às vezes traduzido por “anciãos”), que deviam cuidar “de todo o rebanho sobre o qual o

Espírito Santo vos constituiu *bispos*, para *apascentardes* a igreja de Deus”. Eram as mesmas pessoas chamadas de “presbíteros” e “bispos”, com função de pastor. Em 1Pedro 5.1,2, o apóstolo conclama aos *presbíteros* (“anciãos”) para que *apascentem* o rebanho de Deus. Aqui também os deveres de um pastor são atribuídos àqueles presbíteros. Os termos *presbíteros* e *bispo* são também usados alternativamente em Tito 1.5-9.

O termo “pastor” (*poimen*), designando um líder da igreja, aparece em Efésios 4.11. O título é aplicado também a Cristo.

Ele é “o bom pastor” (Jo 10.11, 14), “o grande Pastor das ovelhas” (Hb 13.20), “Pastor e Bispo da vossa alma” (1Pe 2.25).

O termo “presbítero” quer dizer aquele que preside, governa; “bispo” designa supervisor de obras; “pastor” é aquele que cuida, apascenta. Os pastores da igreja desempenham todas essas funções. Entre os evangélicos, tem havido uma predileção pelo título pastor com relação ao líder espiritual da igreja.

As qualificações básicas para o cargo de pastor (presbítero ou bispo) estão explicitadas em textos como 1 Timóteo 3.1-7 e Tito 1.6-9. Os principais requisitos podem ser resumidos em conduta irrepreensível, caráter reto e capacidade para dirigir e ensinar. Além desses requisitos, o indivíduo terá que receber o chamado de Deus para a obra do ministério.

Todos os crentes são chamados para o serviço em geral, mas para a função de pastor ou de líder do povo de Deus é preciso um chamado específico. A igreja local também participa desse processo ao expressar sua convicção de que o candidato apresenta indícios de vocação para o ministério. O candidato ao pastoreio precisa também ter um preparo bíblico-teológico adequado para as funções.

(b) *Diáconos*. O segundo grupo de oficiais mencionados no Novo Testamento são os diáconos (Fp 1.1; 1Tm 3.8-13). De modo geral se aceita que os diáconos tiveram sua origem em Atos 6.1-7, embora haja controvérsia a este respeito. A palavra grega *diakonos* significa servo, e tem

no Novo Testamento um sentido geral e outro específico. No sentido geral, ela designa, sem distinção, qualquer um que serve, e as versões em português normalmente traduzem a palavra original por “servo” (1Co 3.5) ou “ministro” (Ef 3.7; Cl 1.23).

Mas a palavra passou a ter também um significado específico, conforme Filipenses 1.1 e 1 Timóteo 3.8-13. Nesta acepção, tendo em vista o exemplo de Atos 6, diáconos são aqueles que foram escolhidos para ajudarem os pastores no ministério, especialmente na administração da igreja e no atendimento às necessidades materiais das pessoas, embora pudessem também pregar e ensinar.

As qualificações para o diaconato estão em Atos 6.3 e também em 1 Timóteo 3.8-12. Eles devem possuir boa reputação, vida cheia do Espírito Santo e de sabedoria, e ter experiência comprovada (1 Tm 3.10).

Com o passar dos tempos, outros serviços foram aparecendo nas igrejas, de modo que hoje temos muitos que servem na igreja, além dos chamados pastores e diáconos.

Alguns consideram que todos os que ajudam na igreja, além dos pastores, são diáconos. Outros, entretanto, conservam a designação “diáconos” para o grupo mais específico **2. Formas de governo eclesiástico na história.**

No decorrer da história, as igrejas foram assumindo formas diferentes na sua organização. Com a cisão da igreja em 1054, criou-se a Igreja Ortodoxa, com seu governo centralizado em Constantinopla, e a Igreja Católica Apostólica Romana, governada pelo Papa, sediado em Roma. Em 1517 houve a Reforma Protestante, dando origem à Igreja Luterana, Igreja Reformada, Igreja Presbiteriana; e no impulso da Reforma, outras igrejas foram surgindo, como a Anglicana, por exemplo. Os batistas apareceram em 1609; os metodistas vieram mais tarde; a Assembleia de Deus começou no princípio do século 20; e na segunda metade desse mesmo século, outras igrejas da linha pentecostal apareceram.

As novas igrejas formam as *denominações*, que são “grupos de crentes ou igrejas que se reúnem na base de um conjunto comum de crenças e práticas”.^[Nota 26] As denominações e suas igrejas se organizam e se governam de formas diferentes.

De modo geral, podemos destacar três formas de governo eclesiástico: episcopal, presbiteriano, congregacional.

(a) *Governo episcopal*. Na forma episcopal, o governo da igreja é feito pelos bispos. O entendimento é de que Cristo confiou o governo da igreja a uma ordem de bispos. O colégio de bispos, podendo um deles ocupar uma posição superior, é que tem autoridade para governar a igreja. Os “leigos” ficam de fora desse governo. Um exemplo dessa forma de governo é o da Igreja Católica Romana, onde o bispo de Roma, o Papa, detém o poder máximo da Igreja.

(b) *Governo presbiteriano*. É o modelo usado pela Igreja Presbiteriana. De modo geral, esse governo, no âmbito da igreja local, é exercido pelo *Conselho*, que é composto de presbíteros leigos e clérigos da igreja. Acima do Conselho, abrangendo uma certa área regional, vem o *Presbitério*, formado de representantes dos Conselhos. Mais acima, abrangendo uma região maior, está o *Sínodo*, composto por presbíteros escolhidos pelos Presbitérios. E no nível mais alto, a *Assembleia Geral*, chamada de *Supremo Concílio*, composto de representantes leigos e clérigos dentre os presbíteros. Eles argumentam que no Novo Testamento os *presbíteros* é que tinham o governo da igreja (1Tm 5.17).

(c) *Governo congregacional*. No sistema congregacional, cada igreja local tem o seu próprio governo, de modo autônomo e democrático. Por autonomia entende-se um governo independente, sem subordinação a outra igreja ou entidade: a igreja local governa-se a si mesma. Por democracia diz-se da liberdade de participação de todos os membros nas decisões da igreja. A relação que há entre uma igreja e outras ou entre uma igreja e entidades da denominação, como Associações e Convenções, são de mera cooperação

em trabalhos, sem nenhum poder de mando dessas entidades sobre as igrejas locais. Essa é a forma de governo das igrejas batistas e de várias outras.

V. AS ORDENANÇAS DA IGREJA

A palavra *ordenança* significa aquilo que foi ordenado ou mandado, e tem sido usada em muitas igrejas para designar o batismo e a ceia do Senhor. Alguns chamam essas ordenanças de *sacramentos*, significando os meios pelos quais os benefícios da graça de Deus são transmitidos aos que creem. Os batistas e outros grupos usam a designação ordenanças, com o entendimento de que *ordenança* é um rito simbólico que põe em destaque as verdades centrais da fé cristã. O batismo e a ceia do Senhor são ritos que se tornaram ordenanças por ordem específica de Cristo.^[Nota 27]

1. O batismo. O batismo cristão foi instituído no contexto imediato do batismo de João Batista. O batismo de João relacionava-se com a necessidade de arrependimento dos pecados em virtude da proximidade do reino de Deus (Mt 3.2; 7-12). Jesus reconheceu a autoridade divina do batismo de João (Mt 21.25), e se submeteu a ele. Após consumir a obra da redenção na cruz, o Senhor Jesus incluiu o seu nome na fórmula do batismo (Mt 28.18,19). O batismo cristão baseia-se na autoridade de Cristo já demonstrada na sua vida e no seu ministério, especialmente através da morte e ressurreição, e por isto ele é ministrado também em seu nome.

(a) *O significado do batismo.* O batismo cristão está ligado ao arrependimento e à fé em Jesus (At 2.38; 8.36-38).

De fato, o batismo significa a união do crente com Cristo na sua morte e ressurreição, implicando na morte do crente para o pecado e o ressurgimento para uma vida nova com Cristo (Rm 6.3-11; Cl 2.12). O batismo não opera a salvação; ele é um rito simbólico que declara publicamente a fé pessoal em Cristo e sua união com ele, e a consequente

participação nas bênçãos da salvação. Noutras palavras, o batismo representa e confirma a união do indivíduo com Cristo em sua morte para o pecado e ressurreição para a nova vida, implicando nisso a purificação dos pecados e a vida santificada para Deus, no poder do Espírito Santo.

(b) *O modo do batismo.* A palavra grega *baptizein*, basicamente significa “imersão”, ou “mergulhar”. Assim, o batismo é, em si mesmo, um mandamento de imersão na água. Expressões bíblicas também indicam que o batismo era feito por mergulho na água. Por exemplo, João 3.23 diz que “João estava batizando em Enon... porque havia ali muitas águas”; Mateus 3.6 declara que João “batizava no rio Jordão”; Mateus 3.16 afirma que “batizado que foi Jesus, saiu logo da água”, e Atos 8.38,39, diz que Filipe e o eunuco “desceram ambos à água”, e que, depois do batismo, “saíram da água”. Todas estas declarações são indícios de que o batismo era mesmo feito pelo mergulho na água, e não com água aspergida ou borrifada sobre o indivíduo.

(c) *Quem pode ser batizado.* Segundo a Bíblia, o batismo deve ser precedido de arrependimento e fé (Mc 16.16; At 2.38; 8.37; 16.31-33). Isso implica salvação. O batismo não efetua a salvação; ele apenas expressa, simbólica e visivelmente, a salvação já recebida, na união espiritual com Cristo, mediante a fé. O batismo infantil (pedobatismo) não encontra base na Bíblia. Até mesmo aqueles que defendem a prática do batismo infantil reconhecem que a Bíblia não ensina isso.

Berkhof, teólogo que defende o batismo de crianças, declara: “Pode-se dizer de início que não há nenhuma ordem explícita na Bíblia para batizar crianças, e que não há um único exemplo no qual se nos diga claramente que crianças foram batizadas”.^[Nota 28]

2. A ceia do Senhor. A segunda ordenança é a ceia do Senhor. Ela foi instituída por Cristo na noite em que foi traído (Mt 26.26-30; Mc 14.22-26; Lc 22.17-20; 1 Co 11.23-29). Esta ordenança é chamada na Bíblia de “ceia do Senhor” (1 Co 11.20), “mesa do Senhor” (1 Co 10.21), “partir do

pão” (At 2.42; At 20.7). Há três interpretações acerca da natureza dos elementos da ceia, conhecidas pelos nomes de transubstanciação, consubstanciação e memorial.

(a) *A ideia da transubstanciação.* É o entendimento de que o pão e o vinho da ceia, após a consagração, transformam -se, realmente, em carne e sangue de Cristo. Esse entendimento é defendido pela Igreja Católica Romana. Entretanto, essa transformação da essência dos elementos da ceia no Cristo real não tem sustentação bíblica.

(b) *A ideia da consubstanciação.* Os reformadores rejeitaram a doutrina da transubstanciação e adotaram uma interpretação conhecida por consubstanciação, isto é, uma *presença* de Cristo nos elementos da ceia. Lutero afirmava que Cristo está *presente* corporalmente na ceia, isto é, o corpo e o sangue de Cristo estão presentes *em* e *sob* os elementos do pão e do cálice. A ideia da consubstanciação carece também de suficiente base bíblica.

(c) *A ceia como um memorial.* A terceira ideia, que entendemos ser a correta, é a da ceia como um memorial. O apóstolo Paulo disse que ele recebeu do Senhor Jesus o que ele ensinou à igreja de Corinto a respeito da ceia do Senhor.

E afirma que o Senhor lhe disse que o pão é o seu corpo dado por nós, e o cálice é a nova aliança no seu sangue; e que devemos celebrar a ceia “em memória” dele. Percebemos, então, que a ceia é um rito que se faz em memória de Cristo, que entregou sua vida por nós, selando assim a nova aliança de Deus conosco. E disse também o apóstolo que todas as vezes que comermos desse pão e bebermos do cálice proclamamos a morte do Senhor, até que ele venha (1Co 11.23-26; cf. Mt 26.26-28).

Podemos dizer que o propósito da ceia do Senhor é tríplice: (1) relembrar a morte expiatória de Cristo, com a qual ele selou a nova aliança; (2) ressaltar a comunhão dos crentes com Cristo e dos crentes entre si (cf. 1Co 10.16,17); (3) proclamar a morte do Senhor e lembrar da promessa da sua

vinda. Esse é o entendimento de várias igrejas evangélicas, inclusive os batistas.

A igreja é a comunidade dos seguidores de Cristo na face da Terra, que se organizam em comunidades locais e em grupos denominacionais. É um povo especial de Deus em formação e preparação para o reino vindouro. O destino da igreja de Cristo é ser “igreja gloriosa, sem mancha, nem ruga, nem qualquer coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (Ef 5.27). Para isso ela está sendo preparada neste mundo.

Um dia o Senhor virá em glória, e a igreja, que agora está espalhada pela face da Terra, será reunida, revestida e arrebatada pelo Senhor, para estar com ele para sempre na pátria celestial.

Essa realidade futura é o assunto do próximo capítulo.

Nota 24 - BRYANT, Thurmon. Ekklesia. São Paulo, 1976, p. 10. [Voltar]

Nota 25 - MULHOLLAND, Dewey. Teologia da igreja. São Paulo: Shedd Publicações 2004, p. 26.
[Voltar]

Nota 26 - ERICKSON, Millard J. Conciso dicionário de teologia cristã. Rio de Janeiro: JUERP, 1995. [Voltar]

Nota 27 - STRONG, v. 2, 2007, p. 1634. [Voltar]

Nota 28 - Op, cit., p. 638 [Voltar]



Chegamos ao último grande tema da teologia: *escatologia*.

A palavra “escatologia” vem do grego *eschatos* (último) e *logos* (estudo), e significa estudo das últimas coisas. A escatologia trata de uma série de temas relacionados com a consumação do plano de Deus na vida humana, na história e no mundo.

Ela vem preencher e dar sentido final a muitos tópicos já estudados, especialmente a doutrina da salvação. Como disse William Hendricksen, a escatologia é a “coroa e o respaldo da Teologia”.^[Nota 29]

A escatologia pode ser dividida em duas partes: escatologia *individual* e escatologia *geral*. A escatologia individual trata das coisas que ocorrem no final da vida de cada um, individualmente, e em tempos diferentes, como a morte e o estado entre a morte e a ressurreição. A escatologia geral estuda as coisas que vão acontecer com todos ao mesmo tempo. Os temas são a segunda vinda de Cristo e os eventos relacionados com ela: a ressurreição, o julgamento final e os estados finais; há também a questão do milênio. Começaremos com a escatologia individual.

I. A MORTE FÍSICA E O ESTADO INTERMEDIÁRIO

1. A morte física.

(a) *Conceito.* A morte física é o término da vida do corpo ocasionado pela separação do espírito do corpo (Jo 19.30; At 7.59; Tg 2.26). A morte do corpo não implica na morte da alma ou na extinção da vida pessoal. Jesus falou dos que “podem matar o corpo, mas não podem matar a alma” (Mt 10.28). O autor do Apocalipse diz que viu “debaixo do altar as almas dos que haviam sido mortos por causa da palavra de Deus e do testemunho que deram”, e que ali estavam clamando por justiça (Ap 6.9-11). Segundo a Bíblia, depois da morte, a pessoa continua a existir de uma forma diferente, mas consciente de sua existência e condição, esperando o julgamento final e o estado eterno.

(b) *O fim da morte.* Segundo a Bíblia, a morte, como realidade da vida humana terrena, terá um fim. Cristo venceu a morte quando ele ressuscitou. Com esse fato, ele “destruiu a morte e trouxe à luz a vida e a imortalidade pelo evangelho” (2Tm 1.10). Cristo declarou: “Eu sou o que vive; fui morto, mas agora estou aqui, vivo para todo sempre e tenho as chaves da morte e do inferno” (Ap 1.18). Tendo agora o domínio sobre a morte, Cristo concede o seu poder espiritual para todos aqueles que se unem a ele pela fé, para que vivam agora libertos do “medo da morte” (Hb 2.15), e no dia final sejam também ressuscitados para o gozo da vida eterna (Rm 8.10,11; Jo 6.40).

Mas se a ressurreição só vai acontecer no dia final, como ficam os mortos antes da ressurreição? A doutrina que trata da condição dos mortos no período entre a morte e a ressurreição é chamada de “estado intermediário”. Denomina-se assim porque durante esse tempo o indivíduo ainda não está no seu estado final. Ele ainda não passou pela ressurreição e pelo juízo final, e, portanto, encontra-se sem o corpo e sem as retribuições das obras. Vamos examinar o que as Escrituras ensinam sobre os salvos e os não salvos no estado intermediário.

2. O estado dos salvos entre a morte e a ressurreição.

(a) *Os salvos estão numa forma de existência consciente.*

A parábola do rico e Lázaro (Lc 16.19-31) nos ensina que os que morrem continuam existindo, embora sem o corpo, e estão conscientes da vida terrena que tiveram e do que se passa com eles depois da morte. O texto é uma parábola, mas a verdade central não teria sentido se após a morte a pessoa não continuasse a existir. Outro texto é Apocalipse 6.9,10, onde se lê que “as almas dos que haviam sido mortos por causa da Palavra de Deus e do testemunho que deram” estavam clamando a Deus por justiça. Mesmo sem o corpo, eles estavam existindo e conscientes do seu estado e da sua relação com Deus.

(b) *Os salvos estão com Cristo no paraíso.* Jesus afirmou ao ladrão convertido na cruz: “Em verdade te digo que hoje *estaráis comigo no paraíso*” (Lc 23.43). No Novo Testamento, a palavra “paraíso” designa o céu, a morada de Deus e dos salvos (2Co 12.2-4). É o lugar onde Jesus entrou depois da sua ascensão (Hb 9.24), onde ele está e recebe o crente ao morrer (At 7.59). É para lá que os salvos vão, imediatamente, após a morte (Ap 2.7).

(c) *Os salvos estão aperfeiçoados.* Hebreus 12.23 fala dos “espíritos dos justos aperfeiçoados”, com referência aos que morreram no Senhor. Eles estão livres de toda e qualquer imperfeição, e por isso gozam da perfeita comunhão com Deus. O apóstolo Paulo diz que Cristo “vos reconciliou no corpo da sua carne, pela morte, a fim de vos apresentar santos, inculpáveis e irrepreensíveis diante dele” (Cl 1.22). Ao deixar este mundo, o cristão é aperfeiçoado no seu conhecimento da realidade espiritual (1Co 13.12), no seu caráter, na sua personalidade e na sua relação com Deus.

(d) *Os salvos já estão no gozo da salvação.* Os que morrem crendo em Jesus entram imediatamente num estado de existência feliz (Ap 14.13). As fadigas do corpo e a tribulação do espírito cessam. Todo o peso da maldição do pecado, que caiu sobre o homem e o mundo (Gn 3.16-19), ficam para traz.

Mas ainda não é o fim. Faltam o corpo glorificado (Fp 3.21), o galardão das obras (2Co 5.10; Ap 20.12) e o novo céu e a nova Terra (Ap 21.1). A

glória ainda será maior, no estado final.

3. O estado dos não salvos no período entre a morte e a ressurreição.

(a) *Os não salvos também estão numa forma de existência consciente.* Na parábola do “Rico e Lázaro” (Lc 16.19-31), ambos estão existindo depois da morte e sabedores da sua existência e condição diante da justiça divina e do destino eterno. Porém, a condição deles é diferente.

(b) *Os não salvos estão sem Cristo, no “hades” ou no “inferno”.*

Jesus diz na mesma parábola que o rico morreu, foi sepultado, e achou-se no *hades* (ou “inferno”, dependendo da tradução, Lc 16.23). *Hades* é a tradução grega do hebraico *sheol* do Antigo Testamento. *Sheol* era o termo usado para referir-se, do modo geral, ao lugar para onde vão todos os mortos, justos e injustos, e pode ter o sentido de túmulo e sepultura.

Assim também a palavra *hades* no Novo Testamento pode ser traduzida de várias maneiras, como “túmulo” e “sepulcro” (At 2.27,31, A21 e NVI), ou “inferno” (Mt 16.18, A21).

Outra palavra grega usada no Novo Testamento para referir-se ao lugar e condição dos ímpios no além é *geena*.

O termo é transliteração da palavra hebraica “vale de Hinon”(2Rs 23.10). No tempo de Jesus, *geena* representava o estado final das pessoas que vivem sem Deus (Mt 10.28; Mc 9.43).

Joachim Jeremias, um erudito do Novo Testamento, faz uma afirmação interessante acerca do significado de *geena* e *hades*: “O *hades* recebe os ímpios no período entre a morte e a ressurreição, enquanto o *geena* é o lugar de punição designado permanentemente no julgamento final”.^[Nota 30] O fato é que os que partiram sem salvação estão no *hades* ou no *inferno*, sem a companhia de Cristo e dos salvos (estes estão no paraíso).

(c) *Os não salvos estão em sofrimento.* Na parábola, Jesus diz que o rico estava no *hades* (inferno) “em meio aos tormentos” (Lc 16.23). Os que morrem sem o perdão de Cristo levam consigo seus pecados e seus efeitos eternos. Eles já estão num estado de punição porque não aceitaram a

reconciliação com Deus; e estão aguardando o julgamento e o estado final (Ap 20.11-15).

4. Posições divergentes quanto ao estado intermediário. Nem todos concordam com a interpretação acima.

Alguns negam a existência consciente do indivíduo após a morte, e os católicos têm doutrinas diferentes a respeito.

As três principais teorias divergentes são: (a) *O sono da alma*. Alguns afirmam que a alma continua existindo depois da morte, mas em *repouso inconsciente*, uma espécie de sono profundo ou desmaio. Os principais argumentos usados são dois. Primeiro: a suposição de que o corpo é indispensável para que haja atividade consciente.

Em argumento contrário, salientamos que existe uma ordem de existência em que a parte material não é necessária para que haja atividade consciente; é o caso dos anjos, por exemplo.

Além disso, já vimos que a Bíblia aponta para uma condição de vida após a morte em que as pessoas sabem o que se passa.

O segundo argumento em defesa do sono da alma é que a Bíblia se refere à morte como sono (Mc 9.24; At 7.60; 1Co 15.51; 1Ts 4.13). Entretanto, num contra-argumento lembramos que os textos nunca falam do sono da alma, mas da pessoa como um todo. Certamente a linguagem bíblica leva em conta a similaridade entre um corpo morto e um corpo dormente, e é possível que a figura tomada seja para lembrar aos crentes da esperança da ressurreição. A ideia do sono da alma contraria o ensino da Palavra de Deus, segundo a qual os crentes mortos desfrutam de vida consciente na comunhão com Deus e com Cristo imediatamente após a morte (Lc 16.19-31; 23.43; 2Co 5.8; Fp 1.23; Ap 6.9).

(b) *A destruição da alma*. Para outros, a alma é destruída após a morte. Dizem que Deus não precisa da continuidade da existência da alma para dar sequência à existência no além.

Ele cria tudo novo, do nada. Mas a Bíblia ensina que a vida futura está intrinsecamente relacionada com esta vida presente, e que a alma, quer dos pecadores quer dos santos, continua existindo no além, sob punição ou na bem-aventurança da salvação (Ec 12.7; Mt 25.46; Rm 2.8-10; Ap 14.13; 20.10).

(c) *O purgatório*. A Igreja Católica Romana fala do *juízo particular* e do *purgatório* com relação aos que morrem. Ensina que “Cada homem recebe em sua alma imortal a retribuição eterna a partir do momento da morte, num Juízo Particular”.^[Nota 31]

Como resultado desse juízo, a pessoa entra de imediato na felicidade do céu, ou entra para num processo de purificação (purgatório) ou é condenado de imediato para sempre. Contudo, no entendimento evangélico, a doutrina do purgatório não tem fundamento bíblico, e contraria ensinamentos mais claros da Palavra de Deus. E o julgamento particular após a morte, onde já se recebe a retribuição, parece também contrariar as Escrituras que ensinam que o julgamento e a retribuição de cada um ocorrerão no juízo final, na volta do Senhor.

Considerando todas as razões expostas acima, cremos que o estado dos que morreram, até que venha a ressurreição do corpo, é aquele exposto nos itens “2” e “3”, sobre os salvos e os não salvos, respectivamente. E, deixando a escatologia individual, vamos agora tratar dos eventos da escatologia geral, começando com aquele que é central, a segunda vinda de Cristo.

II. A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

Este tema é grandemente enfatizado na Bíblia. A segunda vinda de Cristo foi anunciada por Cristo mesmo (Mt 24.30; 25.31; Jo 14.3), pelos anjos (At 1.10,11), e pelos apóstolos (1Co 15.51,52; 1Ts 1.10; 4.16,17; Tt 2.13; Tg 5.7,8; 2Pe 3.9,10). E a Bíblia termina dando certeza de que a promessa será cumprida (Ap 22.20).

1. A natureza da segunda vinda. Em que consiste o evento do retorno do Senhor? As Escrituras afirmam que Cristo vai voltar em pessoa, isto é, ele mesmo, e não o seu Espírito ou a sua influência poderosa (Jo 14.3; At 1.10,11; 1Ts 4.16). Será uma vinda exterior, e não subjetiva; visível, e não oculta ou espiritual (Hb 9.28; Fp 3.20; Ap 1.7); virá em glória resplendorosa (Mt 16.27; 25.31), e não em humilhação, como foi a primeira vinda.

Há três palavras gregas usadas no Novo Testamento com referência à segunda vinda de Cristo. A mais comum é *parousia* (Mt 24.3; 1Ts 2.19), que significa “presença”, “chegada”.

A segunda vinda será uma chegada, uma presença do próprio Cristo. A segunda palavra é *apocalipsis*, significando “revelação” (1Co 1.7; 2Ts 1.7); a ideia é que Cristo será revelado em toda a sua glória. A terceira palavra é *epifaneia* (Tt 2.13; 2Tm 4.8), que era usada para designar o aparecimento de uma divindade para socorrer o seu povo. Cristo vai aparecer pessoalmente em glória na Terra, “trazendo salvação” (Hb 9.28).

2. O tempo da segunda vinda de Cristo. Jesus afirmou que “quanto ao dia e à hora, ninguém sabe, nem os anjos do céu, nem o Filho, senão somente o Pai” (Mt 24.36). Na história do Cristianismo, alguns grupos calcularam o tempo e marcaram o dia da vinda de Cristo, mas todos fracassaram.

Isto reforça a lição de Jesus: “Não vos compete saber os tempos ou as épocas que o Pai reservou” (At 1.7). A vinda de Cristo será repentina, isto é, a qualquer momento (1Ts 5.2,3).

E para que aquele dia não nos apanhe desprecebidos, somos exortados a “estar preparados” (Mt 24.44), a vigiar (Mt 25.13) e a viver “de maneira santa e piedosa, esperando o dia de Deus” (2Pe 3.11,12).

3. Os sinais dos tempos. A Bíblia diz que embora não possamos saber o dia nem a hora da vinda de Cristo, contudo, podemos observar os sinais do

fim dos tempos e assim permanecer alertas. Os sinais indicados por Jesus estão nos evangelhos sinóticos (Mt 24.3ss; Mc 13.4ss; Lc 21.5ss).

Os sinais aparecem na esfera da vida civil, religiosa, moral, e na natureza. Em Mateus 24.4-28, os sinais estão distribuídos ao longo de todo o período, entre a ascensão e a segunda vinda. Guerras, terremotos, perseguição, falsos profetas, e a pregação do evangelho, são coisas características desse tempo, até a volta de Cristo. Os vs. 29-31 descrevem os sinais cósmicos envolvidos na própria vinda do Senhor.

Dentro desse tempo entre a primeira e a segunda vinda de Cristo está descrito também a grande tribulação (vs.15-21). Essa profecia de Jesus teve um cumprimento no ano 70 d.C., quando os romanos destruíram completamente a cidade de Jerusalém, o templo, e o povo foi disperso. Mas a Bíblia fala de uma grande tribulação no final dos tempos, com a participação do anticristo, descrita principalmente em 2 Tessalonicenses e no Apocalipse. Essa grande tribulação final será o cumprimento pleno e final da profecia de Jesus em Mateus 24.15-21, com alcance mundial. Referindo-se ao anticristo, o apóstolo Paulo afirma que “o mistério da iniquidade já está atuando, e falta apenas ser tirado do caminho aquele que agora o detém; e então esse ímpio será revelado, a quem o Senhor Jesus *matará com o sopro de sua boca e destruirá com a manifestação da sua vinda*” (2Ts 2.7,8). Portanto, esse anticristo estará atuando no fim dos tempos, e será vencido pelo Senhor na sua vinda.

4. Como proceder em face da promessa da segunda vinda. A promessa da volta de Cristo impõe sobre todos nós o dever de tomarmos atitudes compatíveis com o acontecimento esperado. Algumas dessas atitudes estão bem explícitas nas Escrituras. Devemos nos *regozijar* com essa promessa (1Pe 1.8), *vigiar* para não sermos apanhados desprecebidos (Mc 13.35,37; Lc 12.35-37); *servir* com dedicação ao Senhor (Mt 24.45-47; 1Ts 5.11; 1Pe 4.7-11; 2Pe 3.14,15), devemos nos *santificar* (1Jo 3.2,3; Rm 6.13; 12.1,2; Tt 2.12,13; 2Pe 3.11), e *perseverar* com paciência (Hb 10.36,37; Tg 5.7).

Como diz o autor de Hebreus: “desejamos que cada um de vós mostre o mesmo esforço dedicado até o fim, para completa certeza da esperança” (Hb 6.11). Quando ele vier, outras duas grandes coisas vão acontecer: a ressurreição e o julgamento final.

III. A RESSURREIÇÃO DO CORPO

A ressurreição do corpo é doutrina fundamental na escatologia bíblica. Enquanto a segunda vinda é um evento do fim da era presente, a ressurreição inicia a nova existência da era vindoura. Seremos “filhos da ressurreição” (Lc 20.36).

1. A base bíblica da doutrina. No Antigo Testamento já havia a crença na ressurreição dos mortos. Nos salmos lemos que os mortos descem ao *sheol*, mas há uma expectativa de os justos serem libertados dali para a vida na presença de Deus (Sl 16.10,11; 49.13-15). O profeta Isaías afirma que Deus vai aniquilar a morte para sempre (Is 25.8); que “os teus mortos viverão, os seus corpos ressuscitarão” (Is 26.19). Daniel 12.2 se refere à ressurreição tanto dos justos como dos ímpios. Jesus viu na Escritura do Antigo Testamento base para crer na ressurreição e na vida além (Ex 3.6; Mt 22.32), e critica os judeus por não compreenderem isso.

Mas é no Novo Testamento que a doutrina da ressurreição aparece com mais clareza e com grande ênfase. Jesus afirmou que “todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz e sairão; os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida, e os que tiverem feito o mal, para a ressurreição da condenação” (Jo 5.28,29). Jesus deu grande ênfase à ressurreição do último dia (Jo 6.39-40, 44,54; 11.25,26), e os apóstolos também o fizeram (At 24.15; 1Co 15.1-58; Fp 3.21).

2. A base da ressurreição. A ressurreição será efetuada com base na ressurreição de Cristo. O poder que atuou na ressurreição de Cristo, e que habita em nós que cremos, é o mesmo que ressuscitará os nossos corpos

(Rm 8.11). Esse poder divino foi dado pelo Pai ao Filho, para que seja também o agente da nossa ressurreição. Jesus afirmou: “Pois, assim como o Pai ressuscita os mortos e concede-lhes vida, assim também o Filho concede vida a quem ele quer” (Jo 5.21).

Na ressurreição de Lázaro o Senhor declarou: “Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, mesmo que morra, viverá” (Jo 11.25).

Os que se unem a Cristo pela fé já recebem a vida espiritual e desde já pertencem a essa nova ordem de existência (2Co 5.17). Espiritualmente, os cristãos já morreram e ressuscitaram com Cristo (Cl 3.1,2; Ef 2.5,6); e no futuro, eles serão também ressuscitados fisicamente (Fp 3.21). “Cada um, porém, na sua vez: Cristo, primeiro, e depois os que lhe pertencem na sua vinda” (1Co 15.23). A ocasião da ressurreição, portanto, será na segunda vinda de Cristo (1Ts 4.16; 1Co 15.52).

3. A natureza da ressurreição. “Como ressuscitam os mortos?” (1Co 15.35). Esta pergunta imaginada pelo apóstolo é respondida por ele mesmo, ensinando que a ressurreição é literal e corpórea. É o corpo que morreu que ressuscita de verdade (1Co 15.42). Assim como a ressurreição de Jesus foi literal e foi o seu corpo que ressuscitou, assim será também a nossa ressurreição. O nosso corpo será “semelhante ao corpo da sua glória” (Fp 3.21). Portanto, não se trata de uma ressurreição espiritual ou simbólica, mas literal e física.

O novo corpo tem uma identidade com o corpo que temos agora. O corpo que morre é o mesmo que ressuscita.

Essa identidade é evidenciada pela própria palavra “ressurreição”, e também por declarações como: “dar vida... aos vossos corpos mortais” (Rm 8.11), e outras (1Co 15.53). Ademais, Cristo, que é as primícias da ressurreição, provou aos discípulos que foi ele mesmo quem ressuscitou.

Mas o novo corpo será também diferente do corpo atual. Será um corpo transformado (1Co 15.51). O apóstolo Paulo usa quatro termos para caracterizar o novo corpo em contraste com o atual (1Co 15.42-44). Ele

diz: “ressuscita imperecível”, e não perecível; “ressuscita em glória”, e não em desonra; “ressuscita em poder”, e não em fraqueza; “ressuscita um corpo espiritual”, e não natural. O novo corpo será diferente deste em suas qualidades essenciais. Ele não pertence à ordem de existência deste mundo, e não estará sujeito às leis desta criação (animal), mas pertence à outra esfera de existência (espiritual). Será um corpo adequado para habitar na nova criação.

4. A ressurreição dos ímpios . Os ímpios também vão ressuscitar. Mas será uma ressurreição para a condenação (Dn 12.2; Jo 5.28,29). Quanto à qualidade do corpo deles, não temos clareza nas Escrituras. É certo que não terá as qualidades do corpo glorificado dos salvos, pois essas qualidades resultam da salvação em Cristo. Talvez possamos deduzir dos ensinamentos bíblicos que a ressurreição dos ímpios também tem sua fonte na ressurreição de Cristo. Como a morte é consequência do pecado da raça humana, e não apenas do pecado pessoal, a ressurreição de Cristo pode ter alcançado, em alguma medida, esse efeito mortal do pecado, “destruindo a morte” (2Tm 1.10). Entretanto, esse efeito da ressurreição de Cristo, que poderia ser para a glória, para os ímpios será “para vergonha e desprezo eterno” (Dn 12.2).

A ressurreição do corpo é parte essencial da salvação que está sendo operada por Deus em nós mediante o sacrifício de Cristo e a ação do Espírito Santo. É “a redenção do nosso corpo” (Rm 8.23). Por isso, nossa experiência presente de salvação é parcial; e a esperança na ressurreição constitui uma forte razão para perseverarmos na fé e na santificação.

IV. O JULGAMENTO FINAL

Depois da ressurreição vem o julgamento final. Haverá um julgamento no fim dos tempos para toda a humanidade. Os profetas do Antigo Testamento falaram do “dia do Senhor”, isto é, uma ocasião quando Deus julgará as pessoas e as nações (Is 2.12; Jl 1.15; Am 5.18; Ml 4.1). No Novo

Testamento as referências a um julgamento final são abundantes (Jo 5.27-29; At 17.31; Rm 2.5-11; 2Tm 4.1; Hb 9.27; 10.27; 2Pe 3.7; Ap 20.11-15). Vamos destacar alguns pontos da doutrina.

1. Natureza do julgamento. O julgamento final na Bíblia não se confunde com os julgamentos parciais e temporais de Deus sobre pessoas e nações na história. O julgamento final é um evento bem definido no fim dos tempos. É o “justo julgamento de Deus” (Rm 2.5), que levará em conta as obras de cada um (Mt 16.27; 25.31-46; Ap 20.13). O termo “obras” inclui tudo o que fazemos: os atos de obediência ou de desobediência, inclusive “toda palavra fútil” (Mt 12.36) e todos “os segredos dos homens” (Rm 2.16; 1Co 4.5). Portanto, não é propriamente a fé que será julgada, mas as obras, que mostram a fé ou a incredulidade e o caráter da pessoa.

2. O juiz e os que serão julgados. Deus é “o juiz de todos” (Hb 12.23). Porém, ele deu ao Filho a “autoridade para julgar” (Jo 5.27), e o constituiu “juiz dos vivos e dos mortos” (At 10.42; At 17.31, 2Tm 4.1). No julgamento, Cristo terá o auxílio dos anjos (Mt 13.41,42; 24.31; 25.31). Os santos também, de algum modo, vão participar do julgamento (1Co 6.2,3; Ap 20.4).

Todos serão julgados: “grandes e pequenos”; os salvos e os não salvos (Ap 20.12-15). Quando Jesus declarou que aquele que crê nele “tem a vida eterna e não vai a julgamento, mas já passou da morte para a vida” (Jo 5.24), certamente estava dizendo que o cristão não entra em julgamento condenatório, porque já está perdoado e justificado, quer dizer, absolvido da condenação (Rm 5.1,9-10). Contudo, o cristão será também julgado pelas suas obras e será retribuído pelo que fez (2Co 5.10). O julgamento alcança também os anjos maus (Mt 8.29; 1Co 6.3; 2Pe 2.4; Jd 6). Será o dia da ruína final de Satanás e seus demônios.

3. As consequências do julgamento . Quatro aspectos em destaque aqui.

(a) *No julgamento Deus vai declarar toda a verdade.*

O caráter e os segredos dos homens serão plenamente descobertos e se tornarão conhecidos.

(b) *No julgamento Deus vai retribuir cada um conforme as suas obras* (1Co 3.12-16; 2Co 5.10, etc.). Essa retribuição não significa salvação ou perdição. A salvação não vem das obras, é uma dádiva de Deus aos que creem em Cristo e demonstram essa fé em obediência (Jo 3.16, 18,36; 5.24; Rm 6.23, Ef 2.8,9; Hb 5.9). O cristão que praticou boas obras será recompensado (1Co 3.14). Mas se a obra de alguém for reprovada, “este sofrerá prejuízo, mas será salvo” (1Co 3.15). Provavelmente, como afirmou Berkhof, haverá diferentes graus, tanto de ventura no céu como de castigo no inferno”.^[Nota 32]

(c) *No julgamento Deus fará separação entre o bem e o mal.*

Os justos e os injustos (trigo e joio) que agora estão juntos no mundo serão definitivamente separados na vida além.

(Mt 13.24-30). Todo o pecado e suas manifestações serão erradicados do meio do povo de Deus.

(d) *No julgamento Deus vai ser glorificado.* O que será feito no juízo final refletirá o caráter santo, justo e bom do Pai celestial, bem como sua sabedoria e poder. E tudo isto se reverterá em louvor, honra e glória para o seu nome.

O julgamento final também faz parte do plano de salvação de Deus. No julgamento, todo o mal será revelado e punido; e os remidos viverão longe da presença do pecado, e “resplandecerão como o sol no reino de seu Pai” (Mt 13.41-43).

V. A QUESTÃO DO MILÊNIO

Antes de tratarmos da última parte da escatologia, que-remos considerar aqui a questão do milênio, um tema relacionado com a segunda vinda de Cristo e os eventos subsequentes. Na escatologia, a palavra “milênio”

designa o reinado de Cristo sobre a Terra por cerca de mil anos, com base numa interpretação de Apocalipse 20.1-10. Há três modos de entender esse reinado de Cristo mencionado nesse texto bíblico: o *pré-milenismo*, o *pós-milenismo* e o *amilenismo*. O prefixo *pré* significa que Cristo vem antes do milênio; o *pós* quer dizer que Cristo vem depois do milênio; e o prefixo *a* indica negação do reino pessoal e político de Cristo na Terra por mil anos.

Vamos apontar as principais ideias de cada corrente.

1. O pré-milenismo. O pré-milenismo interpreta Apocalipse 20.1-10 de modo mais literal. De modo geral, o pré-milenismo sustenta que num determinado momento da tribulação ou no final dela, Cristo virá numa primeira fase da sua segunda vinda, de modo invisível para o mundo. Nessa ocasião, os salvos que já estiverem mortos, serão ressuscitados (é a “primeira ressurreição”), e os salvos vivos serão transformados, e juntos serão arrebatados e julgados.

No final da tribulação, Cristo voltará à Terra com todos os salvos, à vista de todo o mundo, e estabelecerá o seu reinado na Terra, juntamente com os remidos, durante mil anos.

Durante esse período de reinado de Cristo, Satanás estará preso e amarrado para não mais enganar as nações. Passados os mil anos, Satanás será solto e ajuntará os seus aliados da face da Terra para combater contra os santos de Deus.

Mas descera fogo do céu e consumirá todos os inimigos do Senhor. Depois disso, os mortos que não se converteram e não participaram da “primeira ressurreição” serão ressuscitados e julgados. Então se seguirá o destino eterno, céu e inferno.

Note-se que no pré-milenismo a segunda vinda de Cristo se dará em duas etapas, sendo a primeira somente para os salvos, e a segunda, juntamente com todos os salvos, à vista de toda a humanidade. Haverá também duas ressurreições: a primeira antes do milênio, somente para os salvos, e a segunda, depois de milênio, para os demais. Haverá também no mínimo

dois julgamentos: o julgamento dos crentes antes do milênio, e o julgamento os demais depois do milênio.

Alguns falam em mais julgamentos.

2. O pós-milenismo. No pós-milenismo, o milênio significa um reinado espiritual de Cristo e dos crentes sobre a Terra no final da história, mas sem a presença pessoal de Cristo. O reinado milenar virá pelo avanço e influência do evangelho no mundo e a conversão de grande número de pessoas. Prevê-se um tempo quando quase todas as pessoas serão convertidas, e todo o mundo viverá em paz e prosperidade.

Será um longo período de tempo, não necessariamente mil anos. Alguns pós-milenistas incluem a conversão em massa dos judeus como fator determinante para o avanço do evangelho e a chegada do milênio.

Depois desse longo reinado espiritual de Cristo, sem a presença física dele, ele voltará para ressuscitar todos os mortos num só evento (crentes e não crentes), julgar a todos também num único julgamento, e dar o destino eterno: céu e inferno.

O pós-milenismo se apoia em textos do Antigo Testamento que afirmam que todas as nações se aproximarão de Deus (Sl 47, 72, 100, Is 45.22-25, Os 2.23, entre outros). Mas o pós-milenismo tira a expectativa da volta iminente de Cristo, pois afirma que Cristo voltará só depois desse longo período de glória do evangelho, que ainda não começou. Desta forma todo o sentido de vigilância pela volta repentina do Senhor fica prejudicado.

3. O amilenismo. Os amilenistas fazem uma interpretação mais simbólica do Apocalipse 20.1-10. Consideram que o gênero apocalíptico requer esse tipo de interpretação. Além disso, uma interpretação literal dessa passagem do Apocalipse acaba “forçando” a interpretação de outros textos mais claros em outras partes da Bíblia. Em linhas gerais, o pensamento amilenista pode ser resumido nos pontos seguintes:

(a) *A prisão de Satanás.* Entendem os amilenistas que a “prisão” de Satanás ocorreu na primeira vinda de Cristo (Mt 12.29; Lc 10.17,18; Jo 12.31,32).

A prisão de Satanás significa que Jesus restringiu o poder do inimigo de modo tal que ele não pode impedir que o evangelho seja anunciado entre as nações e os “oprimidos do diabo” sejam libertos. Neste sentido, Satanás já foi amarrado e por isto o evangelho está sendo pregado a todas as nações, e as pessoas estão sendo convertidas e libertadas.

(b) *O que é o milênio.* De modo geral, os amilenistas interpretam o milênio como sendo um governo espiritual de Cristo e seu povo, durante o tempo entre a primeira e a segunda vinda de Cristo. Alguns amilenistas entendem que esse reinado atual e espiritual de Cristo acontece no céu. Hendriksen argumenta que no Apocalipse os tronos estão colocados no céu, as almas que reinam estão no céu, e Jesus também está no céu. Daí que o reinado de mil anos não acontece na Terra, mas no céu.^[Nota 33]

A Bíblia afirma que Cristo já está reinando, com seu trono no céu (Ef 1.20,21; 1Co 15.27; Ap 3.21). O autor de Hebreus enfatiza que Cristo está no trono com o Pai (1.3,13; 8.1; 10.12,13; 12.2). Os crentes regenerados já participam desse governo celestial de Cristo (Ef 2.6; Cl 3.1,3). Os “mil anos”, então, seria linguagem figurada para referir-se ao longo período de tempo compreendido entre a primeira e a segunda vinda de Cristo. No fim dos tempos, Satanás será solto para organizar a luta contra Cristo e seu povo. Mas o livramento virá do céu. Isto marcará o fim da nossa história.

(3) *A natureza da primeira ressurreição.* Para os amilenistas, a “primeira ressurreição” é a ressurreição espiritual, que ocorre na regeneração (Ef 2.6; Cl 3.1). Outros veem aí uma espécie de ressurreição da alma para o céu depois da morte física, no estado intermediário. Sobre estes que participam da primeira ressurreição não tem poder a “segunda morte”, que é a condenação eterna. Eles já estão com Cristo.

(4) *Um só evento para todos.* Na perspectiva amilenista, a segunda vinda de Cristo se dará no final dos tempos e porá fim a este mundo (2Pe 3.10; Lc 21.25-27). Haverá uma ressurreição única para crentes e descrentes (Dn 12.1-2; Jo 5.28,29).

Segue-se o juízo final também para todos (Ap 20.11-15).

Depois disso, o destino eterno: céu e inferno.

Conclusão. Qualquer que seja a interpretação que se dê ao milênio – pré-milenismo, pós-milenismo ou amilenismo - ela não está isenta de dificuldades. Por isso não devemos ser muito dogmáticos nesta questão. Convém estar sempre aberto para poder considerar as opiniões dos outros. Também nunca devemos julgar a vida espiritual de ninguém como sendo inferior ou superior só porque ele segue esta ou aquela interpretação. Em qualquer posição acerca do milênio encontramos pessoas de vida espiritual profunda. O que fica muito claro nas Escrituras é que no final de tudo, a vitória é de Cristo e do seu povo. O Reino de Deus triunfará sobre Satanás e sobre todos os inimigos.

VI. O ESTADO FINAL DOS NÃO SALVOS

Após o julgamento, seguem-se os destinos e estados finais para ambos: *inferno*, para os que não foram salvos; e *céu*, para os salvos. Vejamos primeiro o estado final dos não salvos. O que podemos saber do inferno?

1. O inferno é lugar e estado final de castigo. A Bíblia afirma a existência real do inferno. Não se trata apenas de um estado subjetivo da pessoa sem Cristo no além. Inferno é também um lugar de castigo eterno para os ímpios (Mt 25.41,46; Mc 9.45,46; 2Ts 1.8,9; Ap 20.10; 21.8). A palavra *inferno* é tradução da palavra grega *geena*, que corresponde a expressão hebraica *ge hinon* (vale de hinon). *Geena* (ou *ge hinon*) originalmente indicava um vale próximo de Jerusalém onde os pagãos sacrificavam seus filhos ao ídolo Moloque. Depois passou a ser um vale onde as impurezas da cidade eram queimadas diuturnamente, com fogo que nunca se apagava. Assim, *geena* passou a designar um lugar de imundícias e de destruição, e se transformou num símbolo do destino eterno dos ímpios.

O inferno é apresentado no Novo Testamento como uma “fornalha de fogo” onde “haverá choro e ranger de dentes” (Mt 13.42,50); lugar “onde o seu verme não morre e o fogo não se apaga” (Mc 9.48). Outras expressões equivalentes são “fogo eterno” (Mt 25.41), “castigo eterno” (Mt 25.46), “lago de fogo e enxofre” (Ap 20.10; 21.8), “segunda morte”(Ap 21.8). Inferno é lugar de castigo escatológico de eterna duração (Mt 25.46). É o lugar de castigo para os ímpios bem como para Satanás e os demônios (Mt 25.41), a besta e o falso profeta (Ap 19.20; 20.10).

2. A natureza do castigo no inferno . O castigo consiste na supressão ou negação de todo bem que satisfaz a alma.

Haverá ausência total do favor de Deus. Nenhuma necessidade ou ansiedade será satisfeita (Lc 16.24). Aqui na Terra, Deus abençoa com a sua providência tanto bons como maus (Mt 5.45; At 14.17). O “joio” e o “trigo” desfrutam dos mesmos recursos naturais. Mas no além haverá uma separação entre justos e ímpios. E as bênçãos que eram comuns não serão mais. Ao contrário, os ímpios “serão atormentados dia e noite, para todo o sempre” (Ap 20.10).

No inferno haverá também completo domínio do pecado . Os que vão para lá levam consigo todos os seus pecados, pois não foram perdoados nem libertos da sua natureza pecadora. Eles continuam eternamente num estado de pecado e pecando em palavras, pensamentos e obras no reino das trevas. Disto resulta uma interminável punição e inquietude de vida.

No inferno, o sofrimento será também subjetivo. Haverá tormentos de consciência, angústia, desespero, choro e rager de dentes (Mt 8.12; 13.50; Mc 9.43-48; Lc 16.23-28; Ap 14.10; 21.8). Certamente o castigo será diferenciado de acordo com o grau de culpa de cada indivíduo (Mt 11.22,24; Lc 12.47,48). Se cada pessoa é julgada “segundo as suas obras” (Ap 20.12), então o castigo deverá ser de acordo com o caráter e as obras de cada um.

3. A duração do castigo no inferno. O castigo é eterno (Mc 9.48; Mt 25.41,46; Ap 20.10). Alguns acham injusto atribuir-se castigo eterno por uma falta que se cometeu num determinado tempo da existência terrena. Mas o castigo eterno não se refere apenas a alguns pecados cometidos neste mundo. Os que morrem no pecado continuarão num estado de pecado, e por isto, estarão pecando continuamente. Consequentemente, serão continuamente castigados.

Há duas teorias que negam a eternidade do castigo. Uma delas é o *aniquilacionismo*. Segundo essa teoria, a alma sem salvação será destruída completamente. Eles baseiam-se em expressões bíblicas que declaram que os ímpios serão destruídos, ou vão perecer (Mt 10.28; 1Co 1.18; 2Co 4.3; 2Ts 2.10).

Outra teoria é chamada de *restauracionismo*. Entende que a morte resultará na salvação de todos. Dizem que haverá uma segunda oportunidade para os perdidos, quando todos se converterão; ou então, sofrerão tanto que serão persuadidos a voltarem para Deus. Ao final, todos serão salvos.

Entretanto, entendemos que o ensino da Bíblia é que o castigo será eterno, sem nenhuma chance de retorno. Jesus falou dos dois destinos em termos de “castigo eterno e vida eterna” (Mt 25.46), quer dizer, os justos vivem para sempre, e os ímpios sofrem para sempre. Paulo fala da “destruição eterna” dos ímpios (2Ts 1.9), mas isto não significa deixar de existir, e sim algo como “ruína completa” pela exclusão da presença de Deus e de todas as suas bênçãos.

O fato de a Bíblia declarar que Deus deseja a salvação de todos, que Cristo morreu por todos, e que haverá uma espécie de reconciliação universal (Jo 12.32; Ef 1.10; Cl 1.20; Fp 2.10,11), não deve ser interpretado ignorando-se outro fato bíblico: que toda a evidência bíblica é claramente contra a ideia da salvação de todos. Como regra de hermenêutica, devemos

interpretar a Bíblia pela própria Bíblia, e os versículos difíceis à luz dos textos mais claros.

O sofrimento eterno dos ímpios no inferno deve servir de motivo suficiente para que nos envolvamos na obra da evangelização. Precisamos ter a mesma atitude do apóstolo Paulo: “Sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes. De modo que, no que depender de mim, estou pronto para anunciar o evangelho” (Rm 1.14,15).

VII. O ESTADO FINAL DOS SALVOS

Vamos ver aqui o estado final dos remidos do Senhor.

Há vários termos usados nas Escrituras para designar o lugar e estado final dos filhos de Deus.

1. Céu . Há pelo menos três sentidos da palavra céu na Bíblia. Primeiro: céu como parte do universo, a atmosfera imediatamente acima da Terra (Gn 1.1,20), o firmamento onde o sol, a lua e as estrelas estão localizados (Gn 1.17).

Segundo: céu como sinônimo de Deus: “Pai, pequei contra o céu e diante de ti” (Lc 15.18). A expressão “reino dos céus” em Mateus é equivalente a “reino de Deus” em Marcos e Lucas.

Terceiro: céu como habitação de Deus (Dt 26.15; Sl 2.4). Este é o sentido mais significativo da palavra. Jesus ensinou que Deus está no céu (Mt 6.9), e que ele desceu do céu (Jo 3.13; At 1.11). Neste sentido, céu refere-se à morada do Pai celestial, onde os salvos viverão (Jo 14.2). Portanto, céu designa a habitação dos remidos na presença de Deus, um lugar de bem-aventuranças eternas.

2. Pátria celestial/nova Jerusalém m. Os filhos de Deus são “estrangeiros e peregrinos na Terra” e estão buscando “uma pátria melhor, isto é, a celestial” (Hb 11.13,14,16). Nessa pátria está a cidade dos salvos, a “nova Jerusalém” (Ap 21.2).

O céu, como pátria e cidade permanentes, contrasta com a Terra onde somos “estrangeiros e peregrinos”.

3. Paraíso. O destino dos remidos que morrem é também chamado de paraíso (Lc 23.43). O apóstolo Paulo identifica o paraíso como o “terceiro céu”, a morada de Deus (2Co 12.2,4). Jesus disse que aquele que vencer irá comer da árvore da vida que está no paraíso (Ap 2.7). O paraíso designa o destino final dos salvos, o lugar onde estão o trono de Deus e do Cordeiro, a árvore da vida, lugar de perfeita comunhão com Deus, sem a maldição do pecado (Ap 22.1-5).

4. Nova criação . A Bíblia também fala da habitação final dos remidos em termos de “um novo céu e uma nova Terra”(Ap 21.1). O mundo presente será destruído (2Pe 3.10-13), ou transformado e liberto (At 3.21; Rm 8.19-21) para dar lugar à morada dos salvos. Embora haja opinião diferente, há fundadas razões para se crer que a nova criação será a velha criação completamente restaurada (Rm 8.19-21), e não outra criação distinta desta. [Nota 34]

5. Um estado de bem-aventurança eterna. Os termos apontados acima indicam mais o lugar do que o estado final dos salvos. Mais especificamente sobre o estado, vamos destacar quatro aspectos, com base no estudo de Walter T. Conner.[Nota 35]

(a) *Completo livramento do pecado.* O pecado não só será extirpado da nossa natureza, mas também de toda a ordem social e cósmica de que participaremos. Portanto, na ordem eterna haverá completa isenção de tudo que aflige a vida humana, tal como a tristeza, a doença e a morte (Is 25.8; Ap 7.17; 21.4). “Ali jamais haverá maldição (Ap 22.3).

(b) *Comunhão perfeita com Deus.* A comunhão com Deus é a fonte de toda a verdadeira alegria. O justo diz: “na tua presença há plenitude de alegria” (Sl 16.11). A comunhão com Deus no céu será irrestrita. A expressão que melhor expressa esta verdade é: “e verão a sua face” (Ap 22.4). A comunhão

com Deus implica na comunhão com o seu povo. Mas a relação fundamental será a nossa relação com Deus.

(c) *Serviço contínuo a Deus*. Serviremos a Deus continuamente (Ap 22.3). Não sabemos de que forma o serviremos.

Com certeza, o louvor e a adoração serão tributados para sempre a Deus (Ap 5.9; 12.10; 14.3). J. Grider pode estar certo ao dizer que “haverá atividades no céu a ocupar as faculdades mais nobres dos homens. Entre outras coisas, haverá ministérios governamentais”.^[Nota 36] Ele aponta como uma base bíblica Lucas 19.17, onde Jesus fala do servo fiel que recebeu “autoridade sobre dez cidades”.

(d) *Desenvolvimento constante*. O estado de perfeição não implica em que não haja crescimento. Paulo declara que haverá mudança no método e na qualidade do nosso conhecimento (1Co 13.9-12). Conheceremos assim como somos conhecidos. Isto não significa onisciência, e sim um crescimento muito mais completo e que certamente será constante.

No céu, todas as promessas relativas à salvação serão cumpridas na sua plenitude. Um novo lugar, sem a presença e os efeitos do pecado, para uma nova humanidade, onde a vida feliz será eterna, na presença de Deus e de Jesus Cristo.

Assim terminamos este estudo de teologia cristã. Que possamos nos sentir profundamente maravilhados e gratos pela infinita grandeza de Deus, suas incomensuráveis obras na criação e na providência, e pela “tão grande salvação... que tendo sido anunciada inicialmente pelo Senhor, foi depois confirmada a nós pelos que a ouviram” (Hb 2.3). Que Deus nos ajude a viver na salvação, em santificação e serviço, “fixando os olhos em Jesus, o Autor e Consumador da nossa fé” (Hb 12.3).

- Nota 29 - HENDIKSEN, William. A vida futura segundo a Bíblia. São Paulo: CEP, 1988, p. 7.
[Voltar]
- Nota 30 - JEREMIAS, Joachim apud ERICKSON, Millard J. Introdução à teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 492. [Voltar]
- Nota 31 - Catecismo da Igreja Católica, edição típica vaticana, 2000, p. 288. [Voltar]
- Nota 32 - BERKHOF, L. Teologia sistemática. Campinas: Luz para o Caminho, 1990, p. 739
[Voltar]
- Nota 33 - HENDRIKSEN, William. A vida futura segundo a Bíblia. São Paulo: CEP, 1988, p. 163.
[Voltar]
- Nota 34 - Para ver as razões desse entendimento, consultar Manual de teologia sistemática, do mesmo autor, 2014, p. 402. [Voltar]
- Nota 35 - CONNER, W. T. O evangelho da redenção. Rio de Janeiro: JUERP, 1981, p. 278-281.
[Voltar]
- Nota 36 - GRIDER, J. K. “Céu”. In: Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã. São Paulo: Vida Nova, 1990, v. 1, p. 273. [Voltar]

REFERÊNCIAS

- ANGLADA, Paulo. *Sola Scriptura*. A doutrina reformada das Escrituras. São Paulo: Editora Puritanos, 1998.
- BERKHOF, L. *Teologia sistemática*. Campinas: Luz para o Caminho, 1990.
- BARTH, Karl . *Introdução a teologia evangélica*. São Leopoldo: Sinodal, 1981.
- BRYANT, T. *Ekklesia*. São Paulo, 1976. *Catecismo da Igreja Católica – edição típica do Vaticano*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- CONNER, W. T. *O evangelho da redenção*. Rio de Janeiro: Juerp, 1981.
- CULVER, Robert D. *Teologia sistemática, bíblica e histórica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2012. *Dicionário HOUAISS da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 2009.
- ERICKSON, Millard J. *Introdução à teologia sistemática*. São Paulo: Edições Vida nova, 2007.
- _____. *Conciso dicionário de teologia cristã*. Rio de Janeiro: Juerp, 1995.
- _____. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2007.
- GRAHAM, Billy. *O Espírito Santo*. São Paulo: Vida Nova, 1980.
- GRIDER, J. K. “Céu”. In *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1990, v. 1.
- GRUDEM, Wayne. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HENDRIKSEN, William. *A vida futura, segunda a Bíblia*. São Paulo: CEP, 1988.

JEREMIAS, Joachim, *apud* M. Erickson. *Introdução à teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2007.

LADD, George Eldon. *O evangelho do reino*. São Paulo: Shedd Publicações, 2008.

LANGSTON, A. B. *Esboço de teologia sistemática*. Rio de Janeiro: JUERP, 1977.

MCDONALD, H. D. “Doutrina do homem”. In: *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, v. 2, 1988.

MILNE, Bruce. *Conheça a verdade*. São Paulo: ABU, 1987.

MULHOLLAND, D. *Teologia da igreja*. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.

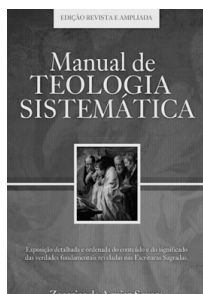
MULLINS, Edgar Young. *A religião cristã na sua expressão doutrinária*. São Paulo: Hagnos, 2005.

THIESSEN, Henry C . *Palestras em teologia sistemática*. São Paulo: IBR, 1987.

SEVERA, Zacarias de Aguiar. *Manual de teologia sistemática*. Curitiba: A. D. Editora, 2014.

STRONG, A. H. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, v. 1 e 2, 2007.

CONHEÇA O BEST-SELLER DO AUTOR



Estudar teologia significa buscar conhecimento logicamente ordenado acerca de Deus e seus desígnios. É uma tarefa que demanda esforço e persistência, mas o resultado é compensador. O profeta Oséias apelou ao povo de Israel para que buscassem continuamente o conhecimento de Deus, e fez menção dos benefícios que receberiam: “Conheçamos e prossigamos em conhecer o Senhor; como o sol nascente, a sua vinda é certa; ele virá a nós como a chuva, como a primeira chuva que rega a terra” (Os 6.3).

Através do profeta Jeremias, Deus afirma que a maior glória para o ser humano é entendê-lo e conhecê-lo: “Assim diz o Senhor: Não se glorie o sábio na sua sabedoria, nem o forte na sua força, nem o rico nas suas riquezas. Mas quem se gloriar, glorie-se nisto: em me entender e me conhecer, pois eu sou o Senhor, que pratico a fidelidade, o direito e a justiça na terra, porque me agrado dessas coisas” (Jr 9.23,24). Jesus Cristo declarou que o conhecimento de Deus significa vida eterna. “E a vida eterna é esta: que conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, que enviaste” (Jo 17.3).

Nas passagens acima citadas, temos a indicação da importância do conhecimento de Deus. Naturalmente, não se trata de um mero saber a respeito de Deus, mas sim de um conhecimento que envolve vivência pessoal com ele. É com esta convicção e com esta perspectiva que estudamos teologia.

I. O QUE É TEOLOGIA

Muitos têm uma concepção um tanto negativa de teologia. Argumentam que o que importa para o cristão é a fé, a vida prática, o serviço cristão. Sem dúvida, esta é uma idéia equivocada de teologia e da própria vida cristã. Precisamos, portanto, primeiro esclarecer o que é teologia, para depois tratarmos do seu conteúdo.

Definição

A palavra “teologia” vem do grego (theós, Deus, e logos, palavra, assunto, tratado), e significa, literalmente, tratado ou palavra acerca de Deus. Mas não basta saber apenas o sentido etimológico da palavra; precisamos entender o que realmente significa teologia. Seguem duas definições para serem consideradas.

A primeira é de Strong, uma definição clássica e sucinta, que diz: “Teologia é a ciência de Deus e das relações entre Deus e o universo”.

A outra é de Millard Erickson, para quem teologia “é o estudo, a análise e a declaração cuidadosa e sistemática da doutrina cristã”. Vamos considerar três aspectos dessas definições.

1. A teologia como ciência. A palavra “ciência”, empregada na teologia por Strong e por outros, não tem o mesmo sentido de quando é usada para as ciências naturais, como a física e a biologia, por exemplo. Na teologia, a palavra “ciência” tem sentido mais amplo, assim como é usada para as ciências humanas, como a psicologia, a sociologia, a história, e outras, querendo indicar conhecimento adquirido mediante critérios que asseguram a validade de tal conhecimento. Neste sentido se diz que teologia é ciência.

Clodovis Boff argumenta que o que a teologia tem em comum com outras ciências é o modelo formal, caracterizado pelos seguintes traços: *criticidade, sistematicidade e dinamicidade*. Ou seja, a teologia é um saber crítico, que procura criar um corpo de saber unificado, e que tende sempre a crescer, tanto em extensão quanto em compreensão.

Millard J. Erickson identifica quatro critérios tradicionais do conhecimento científico que precisam estar presentes na teologia para que esta seja considerada ciência. São eles: 1) *objeto* definido de estudo; 2) *método* para investigar o objeto em questão e para verificar suas declarações; 3) *objetividade*, no sentido de que o estudo lida com fenômenos externos à experiência imediata do pesquisador, sendo, portanto, acessível à investigação de outros; e 4) coerência entre as proposições do objeto em

questão, de modo que o conteúdo forme um corpo definido de conhecimento, não uma série de fatos desconexos.

Portanto, teologia é ciência na medida em que ela representa um conhecimento adquirido mediante critérios utilizados em estudos científicos e que, por isto, ela tem as características do saber científico.

Entretanto, a teologia é também uma reflexão que depende da fé, isto é, de se crer naquilo que está testemunhado nas Escrituras.

Porém, não se trata de uma fé cega, destituída de fundamentos racionais, sem qualquer comprovação. Ao contrário, a fé cristã é nutrida com as verdades reveladas e testemunhas nas Escrituras, verdades que são comprovadas em parte pelo crente em sua experiência de vida (Hb 11.1), e são explicitadas, racionalmente, de maneira ordenada e convincente na teologia. Portanto, teologia é a fé cristã vivenciada levada a conceitos.

2. O campo de estudo da teologia. A teologia se ocupa de *Deus e suas relações com o universo*. Ela não trata apenas de Deus em si, mas também de suas obras e seus desígnios, podendo abranger toda e qualquer realidade, desde que esta seja considerada na perspectiva de Deus e seus desígnios.

Contudo, o assunto principal da teologia, como bem expressou Karl Barth, é “Deus na história de suas ações”. Pannenberg também ressalta Deus como o assunto principal e centralizador da teologia ao afirmar que na história do pensamento cristão “Deus é o ponto de referência unificador de todos os objetos e temas que são tratados na teologia, e neste sentido, então, ele é naturalmente o objeto da teologia em si”.

3. O tipo de estudo. Conforme já foi citado nas palavras de Erickson, teologia “*é o estudo, a análise e a declaração cuidadosa e sistemática da doutrina cristã*”. Por doutrina cristã entende “a declaração das crenças mais fundamentais do cristão”. Portanto, não é qualquer estudo sobre Deus que pode ser chamado de teologia. Para ser teologia, o estudo deve envolver a análise e a declaração cuidadosa e unificada daquilo que a Escritura como um todo ensina sobre os tópicos fundamentais da fé cristã.

Concluimos dizendo que teologia *é um estudo criterioso acerca de Deus e suas relações com o mundo, envolvendo análise e declaração cuidadosas das verdades mais fundamentais do cristianismo*, formando um todo ordenado e consistente. Para ser relevante, a teologia deve ser expressada no idioma contemporâneo, no contexto da cultura geral e relacionada com a maneira de viver do homem. Daí o seu caráter dinâmico na sua forma de expressão e na sua aplicação. A verdade é a mesma que foi revelada nas Escrituras, mas a aplicação dela pode variar no tempo e no espaço, dependendo em parte da cultura de cada povo e do seu momento histórico.

SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE PARA NÓS.

Escreva para:

conhecendoateologia@adsantos.com.br e compartilhe conosco suas
impressões e sugestões.

Será um prazer trocar idéias com você.

Se desejar, acompanhe-nos nos seguintes endereços eletrônicos:

facebook.com/adsantoseditora

Twitter: @AdsantosEditora youtube.com.br/adsantoseditora10